

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO DA *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO* E DA
*REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO***

**São Carlos
2008**

MÁRCIA REGINA DA SILVA

**CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO DA *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO* E DA
*REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO***

Trabalho apresentado como cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof. Dra Marisa Bittar
Co-Orientadora: Prof. Dra Maria Cristina Piumbato
Innocentini Hayashi

**São Carlos
2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586cc

Silva, Márcia Regina da.

Configuração do campo da educação no Brasil : estudo bibliométrico da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação / Márcia Regina da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
207 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Pesquisa educacional. 2. História da educação. 3. Análise bibliométrica. 4. Periódicos científicos. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Marisa Bittar

Marisa Bittar.

Profª Drª Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi

Profª Drª Alexandra Bujokas de Siqueira

Alexandra Bujokas de Siqueira

Prof. Dr. Jose Aparecido da Silva

Jose Aparecido da Silva

Profª Drª Márcia Niituma Ogata

Márcia Niituma Ogata

Profª Drª Claudia Maria Simões Martinez

Claudia Maria Simões Martinez

À minha família, a força e o amor de vocês são minha fonte de vida.

Esta tese representa a concretização de um esforço interdisciplinar, contando com a cooperação efetiva de várias pessoas. A todas elas registro minha gratidão.

À Prof. Dra. Marisa Bittar, pela oportunidade oferecida, confiança depositada, orientação e principalmente pela generosidade, competência e ensinamentos.

À Prof. Dra. Maria Cristina Innocentini Piumbato Hayashi, co-orientadora do trabalho e amiga, com quem partilho diversos interesses comuns, entre os quais a temática de estudo indicadores da produção científica, meus afetivos agradecimento pela leitura atenta e recomendações valiosas, pela disponibilidade irrestrita e compreensão, pelo carinho e amizade.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi, pelas sugestões, pelo carinho e amizade e ao Prof. Leandro Innocentini Faria, sempre solícito em compartilhar e contribuir na utilização do software *Vantage-Point*, utilizado como ferramenta nesta pesquisa.

Aos professores Dr. Marcus Vinícius da Cunha e Dra. Cláudia Maria Simões Martinez, pelas sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação.

Ao Prof. Vitório Barato Neto, pela revisão ortográfica e pelo carinho em sempre contribuir com seu conhecimento.

À prefeitura do campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em nome do Prof. Dr. José Aparecido da Silva, da Sra. Marisa de Castro Pereira, da Diretora da Biblioteca Central, Sra. Paula de Oliveira Almeida Moraes e da chefe da Seção de Atendimento ao Usuário, Sra. Maria Cristina Manduca Ferreira, por permitirem as ausências durante os períodos de cumprimento dos créditos.

À minha inseparável amiga Luciana Aparecida Brasil, por estar presente em todos os momentos de minha vida e a Ednéia S. Santos Rocha por trazer suavidade aos meus dias de trabalho.

A todos da Biblioteca Central da USP de Ribeirão Preto, onde sou bibliotecária desde maio de 2006, pela agradável convivência.

Ao Rodrigo Ruiz Sanches, que me inspirou a concretizar mais esta etapa de minha vida. Obrigada por estar sempre disposto a escutar-me, a fazer críticas e sugestões aos meus trabalhos. Obrigada pela cumplicidade, amizade e amor.

Aos meus avós José e Dorvalina, agradeço pela linda e numerosa família que constituíram e por demonstrarem todos os dias que o segredo da vida é o amor incondicional ao próximo.

Aos meus irmãos Marta e Odair, dois guerreiros, duas pessoas maravilhosas, que, apesar das provações divinas, sempre me ofereceram um sorriso e um abraço nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Inês e Nézio, pelo exemplo de caráter e humildade, que, com esforço e muita dedicação, proporcionaram minha formação, por entenderem minhas ausências e, principalmente, por me receberem prontamente com sorrisos, carinhos e amor incondicionais. Amo vocês!

Agradeço a Deus por colocar em meu caminho pessoas que tiveram o dom de saber compartilhar o conhecimento e os sentimentos.

Mas, o trabalho e a paixão fazem com que surja a intuição, especialmente quando ambos atuam ao mesmo tempo. Apesar disso, a intuição não se manifesta quando nós queremos, mas quando ela quer. Certo é que as melhores idéias nos ocorrem (...) quando nos encontramos sentados em uma poltrona e fumando um charuto ou (...) quando passeamos por uma estrada que apresente um ligeiro aclive ou quando ocorram circunstâncias semelhantes. Seja como for, as idéias nos acodem quando não as esperamos e não estamos sentados a nossa mesa de trabalho, fatigando o cérebro a procurá-las. É verdade, entretanto, que elas não nos ocorreriam se, anteriormente, não houvéssemos refletido longamente em nossa mesa de estudos e não houvéssemos, com devoção apaixonada, buscado uma resposta.

Max Weber

RESUMO

Silva, M. R. da. **Configuração do campo da Educação no Brasil**: estudo bibliométrico da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

Esta pesquisa consistiu em realizar um estudo sobre a configuração do campo da Educação brasileira por meio da publicação científica em periódicos da área. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apoiou-se nas abordagens bibliométricas e cientométricas para a análise da produção científica. Para viabilizar a pesquisa, elegeram-se como fonte de dados duas publicações periódicas: a *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), e a *Revista Brasileira de Educação* (RBE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A pesquisa foi desenvolvida em cinco fases: 1) Construção do referencial teórico: pesquisa em Educação e História da Educação no Brasil, ciência, comunicação científica, avaliação da produção científica e análise de citações; 2) Coleta de dados: a amostra consistiu em 13 números de cada revista, totalizando 214 artigos; 3) Construção de indicadores bibliométricos; 4) Descrição e categorização dos dados levantados, utilizando ferramentas automatizadas (softwares *Vantage Point*) para a análise dos artigos científicos, visando à organização dos resultados obtidos para posterior análise e interpretação. 5) Análise e interpretação dos resultados obtidos, realizadas à luz do referencial teórico da Educação e das abordagens bibliométricas e cientométricas. Entre os resultados obtidos verificou-se que o comportamento de publicação dos pesquisadores que publicam na RBHE é similar ao dos pesquisadores que publicam na RBE. Isto permite inferir que a produção científica da História da Educação possui particularidades, porém traz em seu cerne características da pesquisa em Ciências Humanas em geral; por exemplo, índices elevados de publicação individual, predileção por publicações em livros e capítulos de livros, frequência elevada de comunicação científica em fontes nacionais, entre outras características.

Palavras-chave: Pesquisa em Educação e História da Educação. Análise bibliométrica. Revista Brasileira de História da Educação. Revista Brasileira de Educação.

ABSTRACT

Silva, M. R. da. **Configuration of the field of brazilian education**: bibliometric approach of the Revista Brasileira de Educação and of the Revista Brasileira de História da Educação. Thesis (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

This research aimed a study on the configuration of the field of Brazilian Education through publication in scientific journals in the area. From a theoretical- methodological point of view the research supported in the bibliometric approach to the analysis of scientific production. To facilitate the search, is elected as a source of data two periodicals: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) of the Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) and Revista Brasileira de Educação (RBE), the Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). The survey was developed in five parts: 1) Construction of theoretical reference: research in Education and History Education in Brazil, science, science communication, evaluation and analysis of scientific production of citations; 2) Data collection: the sample consisted of 15 numbers of each magazine, totaling 241 articles; 3) Construction of bibliometric indicators; 4) description and categorization of data collected using automated tools (software Vantage Point) for the analysis of scientific papers, seeking the organization of results for subsequent analysis and interpretation; 5) analysis and interpretation of results, carried out in the light of theoretical reference for Education and bibliometric approach. Among the partial results obtained it was found that the behavior of publication of the researchers who publish in RBHE is similar to that researchers who publish in RBE. This allows infer that the scientific production of the History of Education has particularities, however, brings in its core characteristics of research in human sciences in general, for example, high levels of individual publication, predilection for publications in books and chapters of books, high frequency of scientific communication on national sources, among others characteristics.

Keywords: Research in Education and History Education. Bibliometric Indicators. Revista Brasileira de História da Educação. Revista Brasileira de Educação.

RESUMEN

Silva, M. R. da. **Configuración de la esfera de la educación brasileña: análisis bibliométrica de la Revista Brasileira de Educação y de la Revista Brasileira de História da Educação.** Tesis (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

Esta investigación realizó un estudio sobre la configuración de la esfera de la educación brasileña por la publicación de revistas científicas en esta área. Desde un punto de vista teórico y metodológico, la búsqueda se basa en cienciométricos bibliométricos y enfoques para el análisis de la producción científica. Para facilitar la búsqueda, se eligió como fuente de datos dos publicaciones periódicas: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) de la Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), y la Revista Brasileira de Educação (RBE) de la Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). La investigación se llevó a cabo en cinco etapas: 1) Construcción del marco teórico: la investigación en Historia de la Educación y la Educación en Brasil, la ciencia, ciencias de la comunicación, la evaluación de la literatura científica y el análisis de citas, 2) Recopilación de datos: la muestra consistió de 15 número de cada revista, con un total de 241 artículos, 3) Construcción de indicadores bibliométricos; 4) Descripción y categorización de los datos recogidos, utilizando herramientas automatizadas (software Vantage Point) para el análisis de artículos científicos, con el fin de organizar los resultados para su posterior análisis y interpretación. 5) Análisis e interpretación de los resultados, llevados a cabo teniendo en cuenta el marco teórico de la educación y los enfoques bibliométricos y cienciométricos. Entre los resultados, concluyese que el comportamiento de la publicación de los investigadores que publican en RBHE es similar al de los investigadores que publican en la RBE. Esto demuestra que la producción científica de la historia de la educación tiene particularidades, pero trae en su interior características de la investigación en ciencias de la vida en general, por ejemplo, los altos niveles de publicación personal, predilección por las publicaciones en libros y capítulos de libros, alta frecuencia de comunicación científica en fuentes nacionales, entre otras características.

Palabras - clave: Investigación en Educación e Historia de Educación. Análisis bibliométrica. Revista Brasileira de História da Educação. Revista Brasileira de Educação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Artigos publicados na RBHE (2001-2007)	27
Tabela 2	- Artigos publicados na RBE (2003-2007)	28
Tabela 3	- Presença dos periódicos nacionais por área do conhecimento nas Bases ISI	45
Tabela 4	- Distribuição dos periódicos avaliados pela Capes por área do conhecimento	46
Tabela 5	- Artigos selecionados para a amostra na RBHE, no período 2001 a 2007, e na RBE, no período de 2003 – 2007	106
Tabela 6	- Distribuição dos artigos por quantidade de páginas (%) na RBHE e na RBE	108
Tabela 7	- Distribuição das palavras-chave contidas nos artigos publicados na RBHE	111
Tabela 8	- Temáticas oriundas das Palavras-chave contidas nos artigos publicados na RBE	112
Tabela 9	- Categorias dos artigos publicados na RBHE e RBE	115
Tabela 10	- Classificação das pesquisas dos artigos da RBHE e RBE	118
Tabela 11	- Instrumentos de coleta de dados presentes nos artigos da RBHE e da RBE	121
Tabela 12	- Periodização abrangida nos artigos da RBHE	123
Tabela 13	- Periodização abrangida nos artigos publicados na RBE	124
Tabela 14	- Foco geográfico dos artigos publicados na RBHE e na RBE	125
Tabela 15	- Distribuição da frequência de publicação dos autores na RBHE	127
Tabela 16	- Distribuição da frequência de publicação dos autores da RBE	127
Tabela 17	- Distribuição dos artigos de acordo com a autoria da RBE	129
Tabela 18	- Área de Especialização dos autores que publicaram na RBHE	131
Tabela 19	- Área de Especialização dos autores que publicaram na RBE	132
Tabela 20	- Gênero dos autores que publicaram artigos na RBHE e na RBE no período de 2000 a 2007	134
Tabela 21	- Vínculo Institucional dos autores dos artigos da RBHE	135
Tabela 22	- Vínculo Institucional dos autores dos artigos da RBE	137
Tabela 23	- Distribuição geográfica da proveniência dos autores (RBHE)	139
Tabela 24	- Distribuição geográfica dos autores dos artigos da RBE	139
Tabela 25	- Autoria na citação	142
Tabela 26	- Tipo de suporte das fontes citadas nos artigos da RBHE e da RBE	144
Tabela 27	- Ano de publicação das fontes citadas	147
Tabela 28	- Distribuição das fontes citadas conforme sua natureza (nacional/internacional) RBHE e RBE	148
Tabela 29	- Distribuição das fontes citadas conforme o local de publicação - RBHE	150
Tabela 30	- Distribuição das fontes citadas conforme o local de publicação – RBE	151
Tabela 31	- Distribuição das fontes citadas conforme idioma da publicação - RBHE /RBE	152
Tabela 32	- Abrangência das fontes bibliográficas periódicas citadas na	153
Tabela 33	- Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (jornais) nacionais na RBHE	154
Tabela 34	- Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (revistas) –nacionais na RBHE	156
Tabela 35	- Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (revistas) internacionais na RBHE	157
Tabela 36	- Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (Jornais) na RBE	158
Tabela 37	- Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (Revistas) na RBE	159
Tabela 38	- Distribuição das fontes bibliográficas em periódicos Internacionais - RBE	161
Tabela 39	- Índice de citação dos autores citados na RBHE	163
Tabela 40	- Índice de citação dos autores citados na RBE	170

LISTA DE SIGLAS

ABE	- Associação Brasileira de Educação
ANPED	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AULP	- Associação das Universidades de Língua Portuguesa
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPE	- Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRPE	- Centros Regionais de Pesquisas Educacionais
ENDIPES	- Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino
HISTEDBR	- Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil
IES	- Instituições de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ISI	- Institute for Scientific Information
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
PPGE	- Programde Pós-Graduação em Educação
PPGE	- Programa de Pós-Graduação em Educação
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
RBHE	- Revista Brasileira de História da Educação
RBE	- Revista Brasileira de Educação
RBEP	- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SBHE	- Sociedade Brasileira de História da Educação
SCI	- Science Citation Index
SHE	- Secção de História da Educação
SPCE	Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
SSCI	- Social Science Citation Index
UDF	- Universidade do Distrito Federal
UNB	- Universidade de Brasília
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	19
1.2 Hipótese	20
1.3 Organização da Pesquisa	21
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	24
2.1 Método de Abordagem	24
2.2 Delineamento e córpus da pesquisa	26
2.3 Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa: aspectos gerais das etapas	28
2.4 Instrumento de coleta de dados	30
2.5 Ferramenta automatizada para análise de dados	30
2.6 Validade e Confiabilidade dos Instrumentos de Pesquisa	31
3 ELABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	34
3.1 Ciência, comunicação e produção científica	34
3.2 Avaliação de periódicos científicos e da produção científica	42
3.3 Metodologias de análise da produção científica	52
3.3.1 Colaboração científica e co-autoria	53
3.3.2 Análise de Citação	56
3.3.2.1 Aplicação da bibliometria para análises de citações	63
4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA	67
4.1 Produção científica em Educação no Brasil	67
4.2 Produção científica em História da Educação no Brasil	76
4.3 Canais de Publicação da área de Educação	88
4.3.1 Associações e Grupos de Pesquisa em Educação e História da Educação	90
4.3.2 Periódicos Científicos da área de Educação e História da Educação	94
4.3.2.1 Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)	97
4.3.2.2 Revista Brasileira de Educação (RBE)	98
4.3.3 Trabalhos monográficos (livros)	99
5 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	105
5.1 Análise Bibliométrica dos Artigos	106
5.1.1 Artigos publicados na RBHE e na RBE	106
5.1.2 Extensão dos artigos (número de páginas)	107
5.1.3 Temáticas dos artigos	109
5.1.4 Dimensões Metodológicas dos artigos publicados na RBE e na RBHE	116
5.1.5 Instrumentos de Coleta de Dados	121
5.1.6 Periodização abrangida nos artigos científicos	122
5.1.7 Foco geográfico das pesquisas	124

5.2 Indicadores bibliométricos de autoria	126
5.2.1 Produtividade dos autores	126
5.2.2 Colaboração científica nas autorias dos artigos publicados na RBHE e na RBE	128
5.2.3 Área de especialização dos autores dos artigos publicados na RBHE e na RBE	130
5.2.4 Gênero (autoria)	133
5.2.5 Vínculo institucional	134
5.2.6 Região das instituições de vinculação institucional dos autores dos artigos	138
5.3 Análise de Citações	140
5.3.1 Colaboração científica presente nas citações dos artigos publicados na RBHE e na RBE	142
5.3.2 Tipologia das fontes citadas	143
5.3.3 Ano de publicação das fontes citadas	147
5.3.4 Fontes citadas conforme sua natureza (nacional/internacional)	148
5.3.5 Distribuição das fontes citadas conforme o idioma de publicação	151
5.3.6 Fontes bibliográficas periódicas citadas na RBHE e na RBE	153
5.3.7 Índice de citação dos autores citados na RBHE e na RBE	162
6 A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA RBHE E RBE	175
CONCLUSÕES	191
REFERÊNCIAS	194

A educação que se vive na escola não é a chave das transformações do mundo, mas as transformações implicam educação. É nesse sentido que sempre digo: a força da educação está na sua fraqueza; não podendo tudo, pode alguma coisa. Alguma coisa historicamente possível agora ou possível amanhã.

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado é resultante de minha trajetória acadêmica e profissional voltada para o interesse nos estudos sobre a avaliação da produção científica. Esta pesquisa vincula-se à área de concentração Fundamentos da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), que tem como interesse os estudos da história e da filosofia da educação brasileira, das políticas educacionais e das instituições escolares, e está inserida na linha de pesquisa *História, Filosofia e Sociologia da Educação*, que objetiva realizar reflexões histórico-filosóficas e sociológicas da educação.

A literatura sobre a pesquisa em História da Educação no Brasil está representada por um conjunto de textos que buscaram compreender as tendências da pesquisa nesta área. Podem-se citar os trabalhos de Gouveia (1970, 1974, 1976), o de Cunha (1979), Mello (1983) e aqueles de Warde (1990a, 1990b). O impulso de pesquisas dessa natureza advém da pós-graduação desde os anos de 1970; porém, nos anos de 2000, patrocinadas pelo Inep, surgiram novas pesquisas que também trouxeram contribuições teórico-metodológicas para a Educação. Observa-se, assim, o crescente interesse em estudos sobre a análise da produção científica na área de Educação, em decorrência da ampliação dos espaços de conhecimento sobre a pesquisa educacional no Brasil.

Os estudos da produção científica em História da Educação brasileira trazem contribuições significativas para a compreensão das tendências e lacunas da pesquisa em Educação no Brasil, além de oferecer subsídios para avaliação mais ampla da produção teórica da área. Sendo assim, objetiva-se realizar um estudo do campo da Educação brasileira por meio da publicação científica em periódicos da Educação.

A comunicação científica surge da necessidade de certificar, por meio da publicação, os achados científicos. O processo de produção e comunicação do conhecimento modificou o cenário científico desde a revolução científica (século XVII), quando surgiram os primeiros periódicos científicos, que passaram a ser fontes importantes de informação. De lá para cá, a “pressão” exacerbada sofrida pelos pesquisadores para a comunicação científica passa a ser o elemento propulsor da divulgação científica. Se, por um lado, essa “pressão” contribui para o

rápido desenvolvimento científico, observado a partir da segunda metade do século XX e que culminou com a explosão de novas tecnologias e avanços científicos, por outro lado, hoje, o pesquisador sente-se obrigado a publicar suas pesquisas, muitas vezes até mesmo sem tê-las concluído.

A quase totalidade das pesquisas brasileiras concentra-se nas universidades públicas, mais especificamente nos programas de pós-graduação (CAPES, 2006). Essa característica da pesquisa brasileira contribui para que os órgãos de fomento nacional dêem especial atenção para a avaliação desses programas de pós-graduação, de forma a preservar a qualidade da formação do pesquisador e para garantir a produtividade científica. A Capes, por exemplo, faz uma avaliação trienal dos programas. O principal foco de análise é a produção científica docente, e a questão central é o peso atribuído ao tipo de publicação e à qualidade da mesma. A pressão pela publicação advém, então, dos próprios pares que disputam o prestígio dentro da comunidade científica e da própria instituição na qual o pesquisador está inserido. Isso implica a necessidade de manter ou alcançar melhores posições para garantir os recursos necessários para a pesquisa.

O desenvolvimento do conhecimento científico é função da comunicação científica. Conforme refere Meadows (1999, p.VII):

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais o apoio às ciências é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica.

Dessa forma, a comunicação científica faz parte do processo da construção da ciência. Estudar a produção científica possibilita conhecer e caracterizar as tendências e lacunas da ciência. A importância da avaliação científica deu-se a partir da invenção da imprensa no século XV, quando houve grande aumento na disponibilidade de textos impressos na Europa, o que desencadeou o crescimento da produção de livros. Esse crescimento de fontes

informacionais causou impacto na difusão das informações, bem como na avaliação do que era divulgado. Ou seja, passou-se a produzir muito, mas não havia um sistema de avaliação. (PRICE, 1976).

A avaliação, em qualquer ramo do conhecimento, permite dignificar o saber na utilização de métodos confiáveis e sistemáticos, para mostrar à sociedade, como tal saber vem desenvolvendo-se e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam em sua área de abrangência. (HAYASHI, 2007).

A necessidade de avaliação científica contribuiu para o surgimento, na década de 1960, de uma nova área de estudo: a Cientometria. Conforme definem Pellegrini Filho, Goldbaum e Silvi (1997), a cientometria trata da análise de aspectos quantitativos referentes à geração, propagação e utilização de informações científicas, com o fim de contribuir para o melhor entendimento do mecanismo de pesquisa científica como atividade social. A principal ferramenta utilizada para os estudos de cientometria são os índices bibliométricos, geralmente obtidos a partir de bancos de dados. A aplicação da cientometria é uma das principais razões pelas quais, hoje, se dispõe de tantas informações quantitativas sobre a ciência e por que se faz tantas comparações sobre o desempenho científico, seja de um país, seja de uma comunidade científica ou de uma instituição.

Embora se saiba da importância da cientometria, estudos com este enfoque têm sido objeto de críticas em suas bases conceituais e metodológicas. Segundo relatam Pellegrini Filho, Goldbaum e Silvi (1997), tem-se criticado a cientometria por conceber a ciência como um modelo de produto de insumo e produtos da atividade científica, sem haver interesse por analisá-la como um processo que recebe a influência de fatores intrínsecos e extrínsecos. No aspecto metodológico, a crítica encontra-se na falta de parâmetros e critérios para avaliar a produção e a produtividade que, em geral, se limita a fazer comparações entre países ou a analisar séries históricas de um mesmo país, sem levar em conta as diferenças culturais em matéria de publicação, ou a produtividade nas diferentes áreas e os tipos de investigações (básicas e aplicadas) com padrões de publicações diferentes, mesmo porque nem todos os artigos são iguais nem representam esforços equivalentes.

Em que pesem essas críticas quanto ao aspecto quantitativo da abordagem cientométrica, no entanto, outros estudos (OKUBO, 1997; MACIAS-CHAPULA, 1998; VELHO, 1994) assinalam que a cientometria deve ser combinada com análises qualitativas.

Assim, pode-se considerá-la metodologia válida e ferramenta importante para a avaliação do impacto da produção científica.

Hayashi et al. (2005) consideram relevante a integração dos estudos de Educação com aqueles da Ciência da Informação, uma vez que os aportes teóricos da análise da produção científica, aliados às práticas de busca, recuperação e organização da informação dessa área, podem constituir-se em importantes contribuições na tarefa de identificar, selecionar, coletar, sistematizar, estruturar sistemas de informação que ampliem o campo de estudos em Educação, particularmente o da História da Educação brasileira, objeto de análise desta pesquisa.

De acordo com Ferraz, Hayashi e Hayashi (2004), a Ciência da Informação, enquanto área de conhecimento, propõe-se ao estudo da produção e disseminação da informação e do conhecimento, entre as quais aqueles advindos dos diversos grupos de pesquisa voltados para atender às necessidades das diferentes organizações humanas. Ademais, a informação e o conhecimento são fatores decisivos para o desenvolvimento científico e tecnológico através da articulação de diferentes áreas, gerando conhecimentos interdisciplinares, socialmente referenciados e autônomos.

A produção científica da História da Educação já foi objeto de outros estudos. Warde (1984), por exemplo, analisou a produção científica em História da Educação tendo como fonte de dados teses e dissertações. Mais recentemente, Zequera (2001) analisou a produção científica por meio dos congressos ibero-americanos. Por sua vez, Hayashi (2007) analisou a produção científica dos grupos de pesquisa em História da Educação presentes na Plataforma Lattes. É válido mencionar, ainda, o estudo de Catani e Bastos (2002), que se preocuparam em analisar a produção científica em História da Educação, que utilizou a imprensa periódica educacional como fontes de pesquisa.

Diferentemente desses trabalhos, esta tese propõe-se a analisar a produção científica em Educação e História da Educação tomando como objeto de estudos os artigos publicados em dois periódicos científicos (revistas científicas)¹ da área: *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), e a *Revista Brasileira de Educação* (RBE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Esses dois periódicos foram escolhidos pela importância que as

¹ Para fins desta pesquisa, os termos periódico e revista foram usados com a mesma acepção.

entidades que os mantêm (SBHE e ANPED), desfrutam na área de Educação. Cada uma dessas entidades tem organizado encontros científicos, estimulado estudos e promovido publicações, etc., de tal modo que ambas, além de suscitar novas pesquisas, se tornaram canais sistemáticos de veiculação da produção científica realizada na área. (BITTAR, 2006). A escolha desses periódicos deve-se também à importância das publicações para a área de Educação, a regularidade de publicação e sua avaliação pela Capes (atualmente a RBE está classificada no Qualis/Capes na área de Educação como Internacional A e a RBHE como Nacional B).

Além disso, cada vez mais os periódicos têm sido valorizados como veículos de divulgação/comunicação científica, tornando-se o canal de comunicação formal mais utilizado e reconhecido por muitas comunidades científicas. Acredita-se que estudar o campo da Educação e História da Educação brasileira com base nessa produção científica seja válido não só pela possibilidade de verificar a comunicação e a atividade científica dos atores envolvidos na produção do conhecimento deste campo de conhecimento, mas, principalmente, para contribuir com a historiografia da educação brasileira.

1.1 Objetivos

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apóia-se nas abordagens bibliométrica e cientométrica com vistas a obter indicadores da produção científica da área de Educação e História da Educação. Sob tal perspectiva, o objetivo geral deste trabalho consiste em realizar um estudo sobre como está representado o campo da Educação brasileira em periódicos científicos da área. Para alcançar esse propósito, a pesquisa deverá contemplar os objetivos específicos listados a seguir:

- realizar estudos teóricos sobre a pesquisa e a produção científica em Educação brasileira sob a perspectiva dos estudos bibliométricos e cientométricos;
- analisar a produção científica em Educação, em relação ao comportamento de publicação dos autores, conteúdo e referencial teórico adotado nos artigos;
- comparar os padrões de publicação nos periódicos analisados, e
- produzir indicadores de produção científica em Educação.

Assim, esta pesquisa possui dois enfoques: o primeiro refere-se à construção de um referencial teórico sobre pesquisa em Educação brasileira e a comunicação científica; o segundo refere-se ao estudo dos artigos publicados em dois periódicos da área de Educação no Brasil (RBE e RBHE). Por conseguinte, neste trabalho, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: A publicação científica periódica reflete a pesquisa em Educação? Em outras palavras, como está representado o campo da Educação em periódicos científicos? Outras questões ainda permeiam esta pesquisa: As características pertinentes à pesquisa em Educação reproduzem-se na pesquisa em História da Educação? Quem são os pesquisadores que atuam no campo da pesquisa em Educação brasileira? Quais são as principais temáticas já estudadas desse campo? Quais são as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores da Educação nos artigos publicados em revistas científicas da área?

1.2 Hipótese

A hipótese que permeia esta tese, é que a pesquisa educacional não segue o comportamento da produção científica geralmente observada em outras áreas do conhecimento, como as áreas de saúde e exatas, por exemplo, nas quais se observam, segundo Velho (1997), índices elevados de colaboração científica, predileção por publicações em periódicos, maior frequência de publicação em periódicos internacionais, entre outras particularidades. Acredita-se que a área de Educação tem refutado esses parâmetros de classificação utilizados pela Capes, e que são aplicados às outras ciências, justamente porque possui especificidades próprias. Além disso, a investigação parte do pressuposto de que a produção científica em Educação e História da Educação reflete-se nas revistas publicadas.

A produção científica pode ser analisada tendo como objeto de estudo diversas fontes, tais como: eventos, grupos de pesquisa, livros, teses, dissertações e artigos científicos. Verifica-se que há trabalhos que já fizeram a análise da produção científica por meio de algumas dessas fontes, como aqueles já citados (GOUVEIA, 1970, 1974, 1976; CUNHA, 1979; WARDE, 1990a, 1990b). Esses autores prestaram grande contribuição ao conhecimento da produção científica, realizando, na maioria dos casos, levantamentos e classificações sem ajuda de ferramentas ou softwares. Por exemplo, Gouveia, no começo dos anos de 1970, chegou a importantes conclusões sobre temas que reincidiram na pesquisa em Educação. Hoje, esses estudos podem ser realizados com maior facilidade se nos ampararmos na

bibliometria e na cientometria. Sendo assim, a utilização da análise bibliométrica e da cientométrica para a avaliação da produção científica contida em periódicos científicos pode revelar, com efeito, características da pesquisa educacional que ainda são desconhecidas para o mapeamento do campo.

Os periódicos têm como diferencial, em relação às outras publicações, a acessibilidade mais rápida à informação, maior rapidez na publicação, publicação de resultados parciais de uma pesquisa, apresentação de pesquisas de diversos autores e diversos enfoques em um mesmo número, etc. As características inerentes a esse tipo de fonte podem diferenciar o comportamento de publicação dos pesquisadores da área educacional. Sendo assim, acredita-se que a análise bibliométrica e a cientométrica dos artigos publicados em periódicos científicos em Educação e História da Educação possa revelar, também, as características desta área. Além disso, analisar a literatura publicada em revistas científicas desta área permitirá, possivelmente, traçar o caminho das atividades de parte da produção desse conhecimento.

1.3 Organização da Pesquisa

No capítulo 2, há uma descrição dos **caminhos metodológicos** percorridos para alcançar os objetivos da pesquisa. No capítulo 3, intitulado **Elaboração, comunicação e avaliação da produção científica**, há uma revisão dos estudos a respeito da ciência e da comunicação científica, dando ênfase à avaliação de periódicos científicos e das metodologias de análise da produção científica. No capítulo 4, **Produção e comunicação da pesquisa em educação brasileira**, são apresentadas e discutidas as características da pesquisa e da produção científica em Educação e em História da educação no Brasil com o propósito de caracterizar esse campo do conhecimento. Para tanto, realizou-se um levantamento histórico de estudos que analisaram essa área, além de identificar os principais canais de publicação da pesquisa educacional. No capítulo 5, encontram-se os **indicadores bibliométricos da produção científica em Educação e História da Educação**. Finalmente, no capítulo 6, **A Configuração do campo da pesquisa em educação na produção científica da RBHE e RBE**, buscou caracterizar o campo educacional com base nos resultados obtidos.

Apresentamos na Figura 1 um esquema para melhor visualização do estudo.

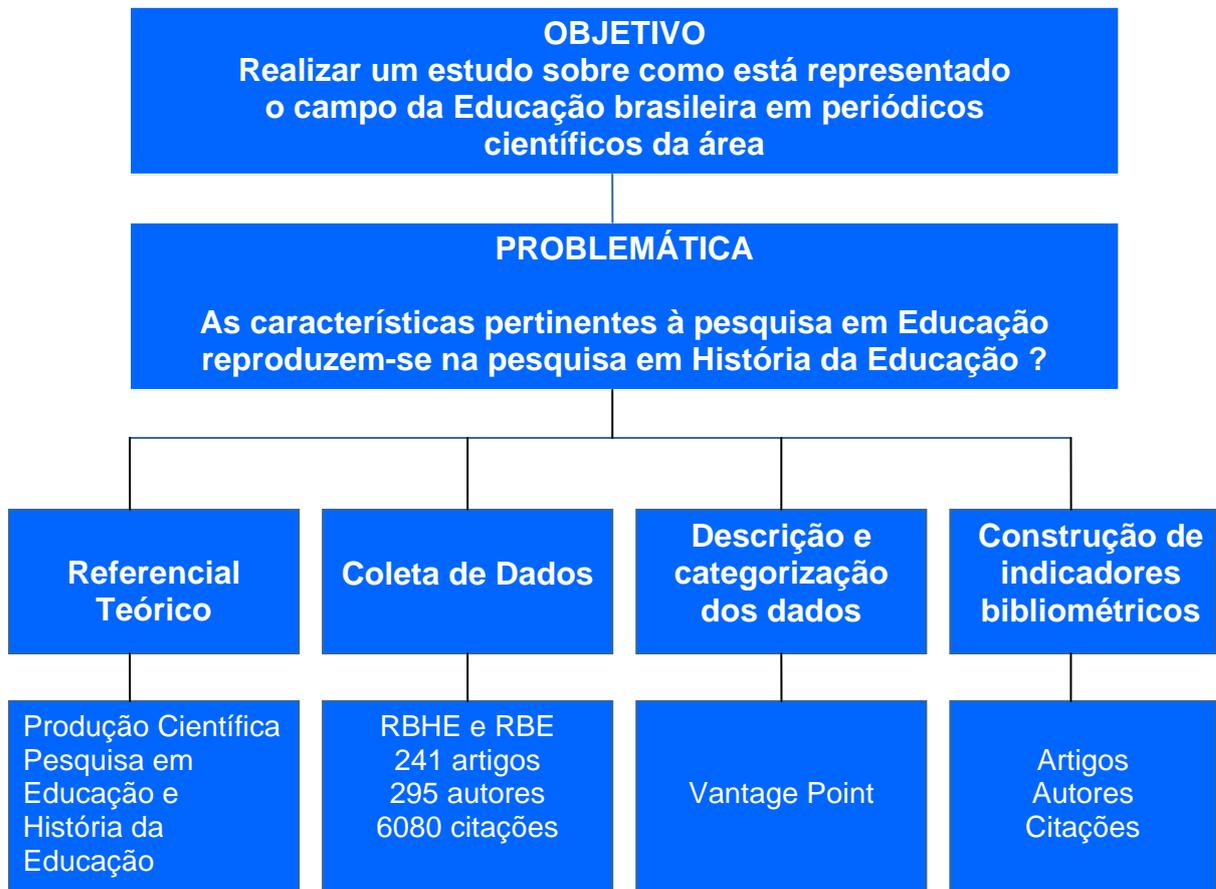


Figura 1. Organização do Estudo

CAMINHOS METODOLÓGICOS

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ao se propor realizar um mapeamento da produção científica do campo da História da Educação, representada pelos artigos científicos publicados em revistas científicas da área, torna-se necessário fazer algumas considerações de ordem teórico-metodológicas sobre o seu desenvolvimento. É isso que se pretende neste capítulo: traçar o caminho percorrido para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa de doutorado.

2.1 Método de Abordagem

Em relação aos aspectos metodológicos, esta pesquisa divide-se em duas partes. A primeira parte caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfico, na medida em que abrange a análise da literatura sobre o assunto pesquisado. Na segunda parte, a pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, uma vez que pretende verificar a configuração do campo de pesquisa da Educação e História da Educação no Brasil através dos artigos publicados em duas revistas científicas. Os dados obtidos na pesquisa exploratória foram tabulados e também apresentados de forma descritiva.

A bibliometria e a cientometria, conjunto de métodos analíticos de materiais publicados para desenvolver estatísticas descritivas, análises multidimensionais e representações gráficas da ciência, serão utilizadas para fazer a análise de citação proposta. Ressalta-se que a Ciência da Informação tem como interesse de pesquisa a produção científica, ou seja,

produto da comunicação científica, que proporciona a análise do estágio de desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento humano. Para tanto, recorre às disciplinas métricas (do grego metron), entre elas a bibliometria e, mais recentemente, a cientometria e a infometria. Por meio desses estudos, podemos mapear o avanço da ciência, conhecer as relações estabelecidas pelos pesquisadores, identificar núcleos de publicação de uma área, bem como a frente de pesquisa de um determinado campo. (MACHADO, 2007, p. 6).

Sendo assim, nesta pesquisa, elegeu-se como abordagem metodológica a cientometria, que utiliza a citação bibliográfica do documento científico como base para evidenciar as ligações entre cientistas e áreas do conhecimento, e a análise bibliométrica, que tem como objetivo o tratamento e a análise quantitativa das publicações científicas. Todas essas avaliações são realizadas com o auxílio de indicadores, que tendem a traduzir objetivamente, em termos de quantidade e de qualidade, os resultados estatísticos. (HAYASHI et al., 2007). Serão realizadas as análises bibliométricas dos artigos científicos com o intuito de obter indicadores científicos da produção científica em Educação e a análise cientométrica para analisar a colaboração científica e as frentes de pesquisa na área.

A despeito de todas as discussões existentes nas ciências humanas em relação à pesquisa quantitativa e à pesquisa qualitativa, compartilhamos da idéia de Gatti (2001, p. 74):

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza) e, de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significado em si.

Creswell (1994, 1998) observou que as discussões existentes sobre a utilização da pesquisa quantitativa ou qualitativa estão sendo amenizadas, dando lugar para a utilização de abordagens multimétodos. Para Gatti (2004), combinar os dados obtidos na pesquisa quantitativa com os dados obtidos de metodologias qualitativas enriquece a investigação científica.

Dessa perspectiva, propõe-se desenvolver uma pesquisa com abordagem multimétodo (quali-quantitativa), uma vez que a diferença entre esses aspectos é apenas de natureza, ou seja, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, complementam-se, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia, como afirma Minayo (1996).

Além das ações ligadas aos passos metodológicos em si, existe a destreza do investigador, que precisa olhar os dados com perspicácia, imaginação e sensibilidade teórica. É isso que irá conferir-lhe a possibilidade de desenvolver a habilidade analítica para

identificar e compreender os significados dos dados, bem como a capacidade de discernir o que é, ou não, pertinente ao seu estudo (STREUBERT; CARPENTIER, 1995).

2.2 Delineamento e *córpus* da pesquisa

O objeto de estudo nesta pesquisa são os artigos publicados em duas revistas científicas da área de Educação: *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), e *Revista Brasileira de Educação* (RBE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A escolha destes títulos levou em consideração os seguintes critérios:

a) Reputação e representatividade na área – pertencem a entidades de âmbito nacional na área de Educação (SBHE e ANPED).

b) Qualidade - estão classificadas na categoria Internacional A (RBE) e Nacional B (RBHE) na lista Qualis/CAPES.

c) Regularidade de publicação – desde seu primeiro número, ambas as revistas têm sido publicadas regularmente, não tendo sofrido descontinuidade.

Esses critérios atendem aos padrões de qualidade de um periódico científico conforme recomendado por Schwartzman (1984).

A escolha do período de análise levou em consideração a publicação do primeiro número da *RBHE*, em 2001, o que possibilitou caracterizar toda a coleção da Revista, totalizando quinze números. Tendo em vista que um dos objetivos da pesquisa é comparar padrões de comportamento nas duas revistas, optou-se por tomar como amostra de análise também quinze números da *RBE*, porém essa publicação, além de ser quadrimestral, é publicada desde 1995. Desse modo, optou-se por analisar quinze números referentes ao período de 2003 a 2007.

Assim, o período de análise compreende sete anos de pesquisas, representados pelos quinze números de ambas as revistas, publicados entre 2001 e 2007 (RBHE) e de 2003 a 2007

(RBE), o que contribui para caracterizar as principais características da produção científica em Educação selecionada para o estudo.

A somatória dos artigos publicados na *RBHE* e na *RBE* totaliza 241 artigos e 6.080 referências citadas ou consultadas. Os artigos estão distribuídos nas revistas da seguinte forma (Tabelas 1 e 2):

Tabela 1 – Artigos publicados na RBHE (2001-2007)

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
Número	Mês	Ano	Artigos	Artigos (Traduções)	Citações
1	janeiro/junho	2001	8	-	252
2	julho/dezembro	2001	5	1	86
3	janeiro/junho	2002	4	1	97
4	julho/dezembro	2002	5	1	133
5	janeiro/junho	2003	5	-	251
6	julho/dezembro	2003	7	-	227
7	janeiro/junho	2004	7	-	195
8	julho/dezembro	2004	6	-	142
9	janeiro/junho	2005	8	-	218
10	julho/dezembro	2005	2	-	59
11	janeiro/junho	2006	6	-	186
12	julho/dezembro	2006	6	-	213
13	janeiro/abril	2007	6	-	196
14	maio/agosto	2007	3	-	-
15	setembro/dezembro	2007	2	-	-
TOTAL			80	3	2255

Revista Brasileira de História da Educação (SBHE): A análise limitou-se aos 80 artigos originais e três traduções publicadas, totalizando 83 artigos, publicados em 15 números, no período de 2001-2007. Foram tomadas 2.255 referências citadas e consultadas como amostra para a análise de citação. Essas citações foram coletadas dos 13² primeiros números (1-13) da Revista.

² Devido à quantidade de a amostra ser expressiva optou-se por fazer a coleta de 13 números das revistas.

Tabela 2 – Artigos publicados na RBE (2003-2007)

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO				
Número	Mês	Ano	Artigos	Citações
22	janeiro/abril	2003	9	234
23	maio/agosto	2003	11	321
24	setembro/dezembro	2003	10	198
25	janeiro/abril	2004	12	320
26	maio/agosto	2004	11	158
27	setembro/dezembro	2004	10	292
28	janeiro/abril	2005	12	349
29	maio/agosto	2005	11	315
30	setembro/dezembro	2005	7	349
31	janeiro/abril	2006	11	295
32	maio/agosto	2006	11	340
33	setembro/dezembro	2006	12	315
34	janeiro/abril	2007	9	339
35	maio/agosto	2007	13	-
36	setembro/dezembro	2007	9	-
TOTAL			158	3825

Revista Brasileira de Educação (ANPED): A análise limitou-se a 158 artigos publicados em 15 números, no período de 2003-2007. Foram tomadas 3825 referências citadas e consultadas como amostra para a análise de citação. Essas citações foram coletadas de 13 números da Revista (22-34).

2.3 Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa: aspectos gerais das etapas

Esta pesquisa foi desenvolvida em cinco fases, conforme descrição a seguir:

Fase 1 - Construção do referencial teórico – Reflexões teóricas sobre pesquisa em Educação e História da Educação no Brasil, produção científica e canais de publicação em Educação. Essa revisão de literatura foi importante para identificar os problemas que foram postos e conceituados, dando acesso às teorias e modelos explicativos que já foram propostos na área de estudo, indicando a situação atual, os avanços e limites, os resultados alcançados e as posições divergentes sobre o problema.

Fase 2 - Coleta de dados – Foram utilizados como fonte de dados os artigos publicados na *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), e na *Revista Brasileira de Educação* (RBE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A coleta de dados foi realizada no próprio site da *RBHE*, onde estão disponíveis na íntegra todos os artigos publicados, e na biblioteca eletrônica *SCIELO*, que disponibiliza os artigos na íntegra da RBE. Foram então coletados artigos publicados em quinze números das revistas, conforme já explicitado nas Tabelas 1 e 2.

Fase 3 – Construção dos seguintes indicadores bibliométricos:

- Artigos: evolução dos artigos publicados; extensão dos artigos; temáticas tratadas nos artigos, identificadas por meio de palavras-chave; dimensões metodológicas dos artigos publicados na RBE e na RBHE; instrumentos de coleta de dados; periodização abrangida nos artigos científicos; foco geográfico das pesquisas.
- Autores dos artigos: produtividade dos autores; colaboração científica nas autorias dos artigos publicados na RBHE e na RBE; área de formação dos autores dos artigos publicados na RBHE e na RBE; gênero dos autores; vínculo institucional; região das instituições de vinculação institucional dos autores dos artigos.
- Citações: colaboração científica presente nas citações dos artigos publicados na RBHE e na RBE; tipologia das fontes citadas; nível de atualização das fontes citadas; distribuição das fontes citadas conforme sua natureza (nacional/internacional); distribuição das fontes citadas conforme o idioma de publicação; fontes bibliográficas periódicas citadas; colaboração científica nas citações; índice de citação dos autores citados.

Fase 4 - Descrição e categorização dos dados levantados utilizando ferramenta automatizada (software *Vantage Point*) para a análise dos artigos científicos publicados nas revistas, visando à organização dos resultados obtidos para posterior análise e interpretação.

Fase 5 - Análise e interpretação dos resultados obtidos realizadas à luz das abordagens bibliométrica e cientométrica e do referencial teórico da Educação.

2.4 Instrumento de coleta de dados

Para a execução da pesquisa, foi necessário conceber uma estrutura de pesquisa e definir as diversas categorias de análise. Foi elaborado um protocolo de coleta de dados, utilizando como formulário a planilha do *Excel*. A escolha do *Excel* baseou-se na possibilidade de transferência dos dados para o *Vantage-Point*. O protocolo de coleta de dados, contendo as categorias definidas para a análise, teve o objetivo de guiar a leitura a fim de que todos os dados necessários para a pesquisa fossem destacados. O protocolo de coleta, foi dividido em três planilhas: informações sobre os artigos, sobre os autores e sobre as referências citadas e consultadas.

2.5 Ferramenta automatizada para análise de dados

Optamos, nesta pesquisa, por utilizar uma ferramenta automatizada para as análises bibliométrica e cientométrica. Nossa escolha baseou-se em experiências bem-sucedidas realizadas anteriormente (HAYASHI, 2007; HAYASHI et al., 2006; SILVA, 2004), as quais demonstraram que a utilização desses softwares, além de trazer vantagens, como agilizar o processo de análise bibliométrica, facilitar o manuseio de uma quantidade grande de dados, contribuindo, ainda, para uma melhor apresentação dos dados.

É preciso atentar para os avanços das tecnologias de informação, já que a exploração de registros contidos em bases de dados e a análise textual de informações são facilitadas com o uso de softwares desenvolvidos para essas finalidades. Se essas informações fossem analisadas através de uma simples leitura seqüencial das informações obtidas em forma de lista, não seria possível conhecer as relações, as redes e as estruturas. (HAYASHI, 2007).

Nesta pesquisa, utilizamos o Software *Vantage-Point*, ferramenta automatizada para a análise bibliométrica e cientométrica, geração de dados quantitativos e identificação de indicadores científicos. O software *Vantage Point* foi desenvolvido nos EUA por Allan Porter,

do *Georgia Institute of Technology* da *University of Georgia*, em parceria com a empresa *Search Technology* e o *Technology Policy and Assessment Center*.

O *Vantage Point* é um software que extrai conhecimento de bases de dados textuais, possibilitando a descoberta de novas tecnologias, pessoas e organizações; realizando mapeamento e decomposição de dados através da identificação de suas relações de dependência. É uma ferramenta usada para transformar informação em conhecimento extraído de bases de dados. Além disso, é uma ferramenta analítica flexível, que pode ser configurada em qualquer tipo de base de dados estruturada em texto. (HAYASHI, 2007). A análise bibliométrica foi facilitada com a utilização do *Vantage Point*, pois o software gerou listas de frequência dos campos escolhidos e mapas de relacionamento.

Para maior aproveitamento dos recursos disponíveis no *software*, foi preciso estruturar os dados antes de transferi-los para o *Vantage Point*. A padronização dos dados foi realizada no próprio *Excel*, por exemplo: Entre dois autores, utilizamos o sinal de ponto-e-vírgula (;), de modo que o Software de destino dos dados (*VantagePoint*) pudesse reconhecer a existência de dois autores .

Antes de transferir os dados para o *Vantage Point*, é interessante, também, analisar as possibilidades de relacionamento existentes. O *Vantage Point* é uma ferramenta de grande precisão, mas, para explorar seu potencial, é preciso saber, antes, o objetivo que se pretende alcançar (SILVA, 2004). Dessa maneira, a utilização do *Vantage Point* permitiu a sistematização das informações sobre os artigos científicos.

2.6 Validade e Confiabilidade dos Instrumentos de Pesquisa

Segundo Winter (2000), alguns autores discutem a necessidade de validação em pesquisas nas quais não se espera estabelecer relações causais, como no caso de pesquisas exploratórias e alguns tipos de pesquisa qualitativa. Geralmente, a validação é aplicada às pesquisas quantitativas, mas entendemos que é necessário aplicá-la em algumas etapas que merecem maior cuidado por influenciarem diretamente no resultado da pesquisa. Sendo

assim, a preocupação nesta pesquisa recaiu sobre a inserção dos dados no protocolo de coleta e na representatividade da descrição e justificativa dos resultados.

Os dados coletados foram contabilizados e comparados com a fonte de pesquisa, no caso os artigos publicados na RBHE e na RBE.

Além disto, todos os protocolos foram submetidos à avaliação de dois juízes da área de Ciência da Informação para a validação das categorias construídas para registro e coleta dos dados.

Após a descrição dos caminhos metodológicos seguidos para a construção da pesquisa, será apresentada, a seguir, a literatura de apoio para a análise bibliométrica realizada na RBHE e na RBE.

**ELABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA**

3 ELABORAÇÃO, COMUNICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Nos capítulos 3 e 4, serão apresentados o arcabouço teórico que contribuirá para o embasamento da pesquisa. Vale ressaltar que o referencial teórico escolhido não pretende esgotar o assunto, os autores presentes no delineamento deste capítulo serviram de apoio para alcançar o principal objetivo deste trabalho, que é o de realizar um estudo sobre como está representado o campo da História da Educação brasileira em periódicos científicos da área de Educação.

3.1 Ciência, comunicação e produção científica

O conhecimento humano pode ser medido de várias formas: senso comum, mito, arte, religião, filosofia e ciência. Essas formas de conhecimento não surgem de forma cronológica, e também não são excludentes, pois existe uma coexistência de todas essas formas de conhecimento na sociedade. Neste momento, serão explanadas algumas considerações que nos permitirão entender a relação entre ciência, comunicação e produção científica.

A ciência é resultante do processo de elaboração do conhecimento científico. Segundo Abbagnano (1998, p.136), conhecimento científico é “todo conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade”. Ninguém pode ver a ciência; o que se conhece são os cientistas e os resultados dos trabalhos realizados por eles, o que implica afirmar que a “ciência” é um conceito abstrato. (MORAIS, 1978). Sendo ciência um conceito abstrato, o que se pode ver são os registros da ciência, que se materializam através da divulgação científica ou comunicação científica.

De acordo com Macias-Chapula (1998), a ciência é um processo social que tem como funções primordiais disseminar informações, assegurar a preservação de padrões e atribuir crédito e reconhecimento àqueles cujas descobertas têm contribuído para o desenvolvimento do conhecimento. Essa definição de ciência reforça ainda mais a idéia de que a ciência só é

ciência a partir do momento em que o cientista torna público os resultados obtidos pelas pesquisas. Ao torná-los público, esses resultados são submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares. Esse processo de julgamento da comunidade científica propicia confiança nesses resultados. (MUELLER; OLIVEIRA, 2003).

Para entender o processo de elaboração e divulgação da ciência, retroceder-se-á ao século XVII, quando ocorre definitivamente a separação entre filosofia e ciência. Com a explosão do desenvolvimento da ciência moderna, na Renascença, cria-se a necessidade de os cientistas organizarem-se em academias científicas. Nas academias é que se inicia o movimento do experimentalismo e do método científico. Surgem as ciências particulares (física, astronomia, química, biologia, psicologia, sociologia, etc.), e o conhecimento científico passa a ter características próprias, como o uso do método, da observação, da experimentação e da sistematização de dados. Cada ciência possui um objeto de estudo próprio e delimitado. (SILVA, 2004).

A institucionalização e a comunicação da ciência no mundo ocidental foram impulsionadas pela Revolução Científica. Antes, a comunicação entre os “homens da ciência” era feita através de cartas particulares para informar colegas sobre os progressos obtidos, e observa-se que, nesse processo, a informação era restrita. Em um segundo momento, surgiram as atas direcionadas a um público maior, as quais evoluíram para as primeiras revistas científicas e para a formação da Royal Society.

Os primeiros periódicos surgiram no século XVII, mais especificamente em 1665, são eles: *Journal de Savants* e o *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. O surgimento dos periódicos científicos deveu-se à necessidade das academias e sociedades que floresciam e acentuavam o interesse pela aquisição de novos conhecimentos. Já se observava nesse período que o livro, como forma de publicação oficial, tinha um alto custo e morosidade nas publicações, o que inviabilizava a prioridade da descoberta.

Já no século XIX, a indústria beneficiava-se diretamente pelas descobertas científicas, o que contribuiu para o aumento do número de pesquisadores e, conseqüentemente, do número de pesquisas. Nesse período, dá-se a fragmentação do conhecimento e a conseqüente especialização em determinada área. Lyotard (1973) fala da existência de uma crise dos grandes relatos na pós-modernidade que decorreu da fragmentação dos saberes, sendo as especificidades e os objetos de estudo cada vez mais particulares. A fragmentação dos saberes

implica a fragmentação da comunicação científica; os cientistas se fecham em suas comunidades científicas e divulgam suas pesquisas em eventos científicos e/ou em fontes direcionadas para um público extremamente especializado. Nesse contexto, é possível afirmar que existe a divulgação científica, mas cabe ao interessado a iniciativa de buscar a informação em fontes especializadas.

Em síntese, o processo de comunicação científica inicia-se com a produção e com o fluxo de informação que gera o conhecimento. Esse conhecimento deve ser disseminado através das publicações. Esse processo é o que se pode chamar de ciência. Na inter-relação entre ciência, comunicação e produção científica há um ciclo que pode ser representado pela Figura 2.

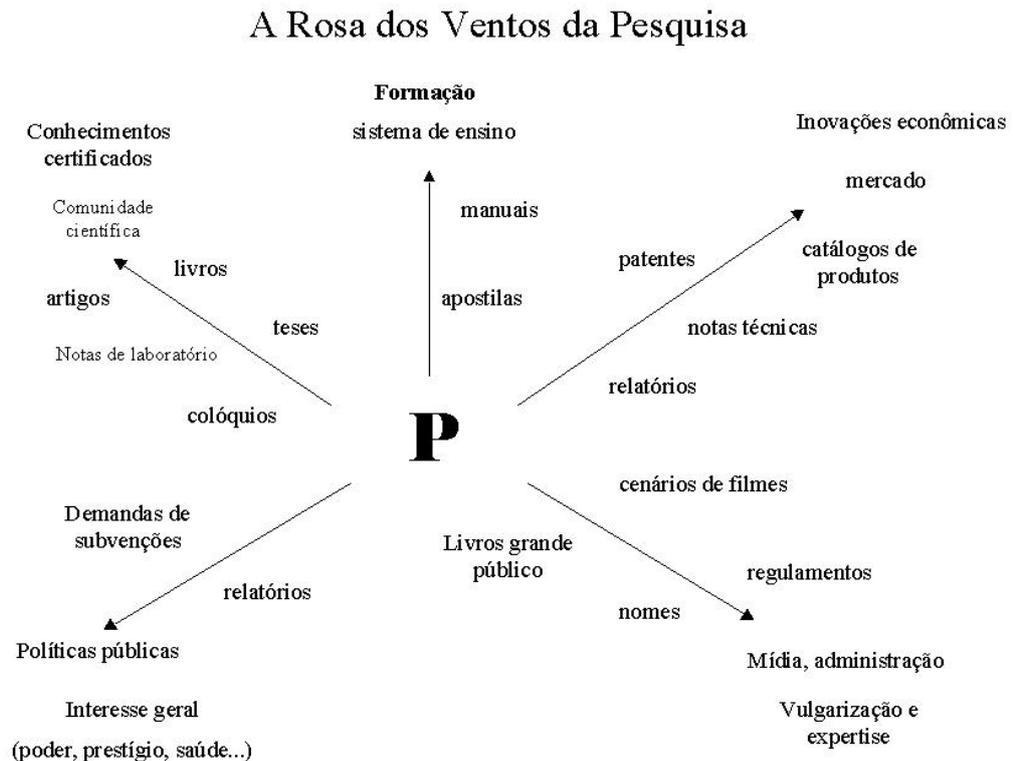


Figura 2. Rosas dos Ventos da Pesquisa

Fonte: Callon et al. (1993)

De acordo Callon et al. (1993), na representação gráfica das Rosas dos Ventos da Pesquisa, esta é uma atividade cuja natureza e resultados podem ser analisados e avaliados segundo cinco dimensões principais:

- Conhecimentos certificados – trata-se de produtos já certificados pela comunidade científica. Esses produtos colocam os autores em estado de concorrência. Somente o conhecimento cujos resultados resistiram a críticas coletivas (índice de citação e co-citação), consegue sobreviver e expandir-se.
- Formação – os conhecimentos dos pesquisadores são transformados em produtos para o sistema de ensino, na forma de apostilas e manuais, auxiliando na formação dos estudantes.
- Inovação – a pesquisa voltada para o resultado econômico/comercial pode dar origem à geração de inovações, com conseqüente comercialização de novos produtos e procedimentos, obtendo das empresas vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.
- Mídias, administração – a pesquisa não pode desenvolver-se junto a uma sociedade hostil à ciência e ao progresso técnico. É preciso que os pesquisadores se esforcem para apresentar suas atividades e despertar interesse em um público dito não iniciado seja pela publicação de obras, seja através de campanhas de mobilização de opinião pública para apoiar pesquisas sobre problemas maiores.
- Políticas públicas – a pesquisa pode ser igualmente mobilizada para contribuir para ações de “interesse geral”, tendo como objetivo a realização de objetos técnicos complexos, neste caso com a tutela de uma agência ou de organismos públicos.

As cinco dimensões da figura de Callon et al. (1993) são exaustivas no que se refere aos tipos de produção científica resultantes da atividade de pesquisa, porém representam bem o processo de construção e divulgação da ciência. O processo de comunicação científica inicia-se no momento em que o pesquisador é impulsionado a desenvolver uma idéia e concretiza-se no momento da divulgação de seus resultados, ou seja, quando a comunidade científica toma conhecimento desses resultados. A divulgação científica, representada pelas inúmeras fontes de pesquisa (livros, teses, relatórios, artigos), é, portanto, o cerne do trabalho

de pesquisa. A escolha dos canais de publicação está diretamente relacionada ao público a que se destina o conhecimento produzido.

O conjunto de publicações de um determinado autor e/ou instituição e/ou grupo é o que se chama de produção científica. Cavalcanti et al. (2000) afirmam que a produção científica é resultante de geradores ou produtores de informação ou conhecimento a qual passa por um crivo avaliativo, ou seja, um grupo composto por profissionais conceituados na área em que atuam. Dessa forma, a produção tem credibilidade e reconhecimento, podendo ser transmitida por canais formais e informais de uma comunidade técnica e científica. Nesse sentido, Cavalcanti et al. (2000) partiram do pressuposto da importância da avaliação da produção científica para o alcance da confiabilidade da publicação.

A produção científica faz parte de um ciclo que percorre a geração de idéias, o desenvolvimento da pesquisa e a comunicação. Essa comunicação é que impulsiona os progressos científicos, tecnológicos e culturais do País. Conforme refere Hayashi (2000, p. 12):

A comunicação científica inclui as atividades associadas com a produção, disseminação e uso de informação desde o instante em que o cientista concebe a idéia para a sua pesquisa até quando as informações de seu trabalho são aceitas como constituintes do conhecimento científico. Da identificação do problema, que gera a pesquisa, até a publicação dos resultados finais dessa pesquisa, o cientista entra em contato com diferentes tipos de canais de comunicação. Esses canais podem ser agrupados fundamentalmente em dois grupos: canais formais e informais, que não são estanques, uma vez que suas relações formam uma espécie de rede na qual fluem aqui e ali conforme as etapas da pesquisa e as necessidades de troca de informações que estas podem acarretar. A comunicação formal é efetuada principalmente através de livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas, resumos, boletins e relatórios.

O aumento das fontes em CD-ROM e bases de dados provocou uma substancial alteração no processo de comunicação dos produtos científicos. Hoje, devido às facilidades da Internet e à comunicação entre os cientistas, a informação científica pode ser conhecida antes mesmo de ser publicada formalmente. Com isso, forma-se uma espécie de “ciclo de informação”, que é explicado por Spinak (1998, p. 141) da seguinte forma:

A comunicação e a informação são intrínsecas à prática da ciência. A pesquisa é estimulada e se sustenta por um fluxo constante de nova informação. Quando o ciclo de nova informação se completa, outra vez se administra nova informação em uma interação infinita, gerando um ciclo renovado de criação e descobrimento.

A constatação do autor sobre a existência de um ciclo contínuo de criação e descobrimento implica dizer que a informação e a comunicação fazem parte do processo cíclico do fazer ciência. Esses elementos são dependentes e não excludentes. Enquanto estiver no plano da investigação e experimentação, a ciência ainda é um conceito abstrato. (MORAIS, 1978). Ela passa a existir a partir do momento em que os resultados são comunicados.

A atividade científica não está alheia ao comportamento da comunidade científica. Consideram-se comunidade científica os pares no universo da ciência. É possível afirmar que o indivíduo faz parte de uma comunidade científica quando está incluído no processo do fazer ciência, independentemente da área. De forma específica, faz parte da comunidade científica da Educação, por exemplo, aquele que tem como objeto de pesquisa a área de História da Educação. A comunidade científica da área, ou seja, os próprios pares, impõem “regras” para a realização da atividade científica.

A literatura científica direcionada ao estudo da atividade científica sempre nos remete aos estudos de Pierre Bourdieu (1983). Esse autor trouxe grandes contribuições para as discussões que permeiam o comportamento do pesquisador no cenário científico. Para Bordieu (1983), a atividade científica é exercida a partir de dois tipos de capital, ou poder: o institucional e o específico. O primeiro está ligado tanto à ocupação de posição de destaque nas instituições (diretorias, chefias, comissões de avaliação) quanto ao poder sobre os meios de produção (contrato, postos, etc.) e reprodução (poder de nomear, construir as carreiras) da ciência. O segundo tipo de capital, o específico, relaciona-se ao prestígio pessoal que repousa quase que exclusivamente no reconhecimento dos pares. Essa base da atividade científica lhe dá uma ambigüidade estrutural, de modo que os conflitos intelectuais são também, num certo sentido, conflitos de poder. Toda a estratégia do cientista/pesquisador envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão política e uma dimensão científica. Refletir sobre a atividade científica implica, na avaliação do autor, sempre levar em consideração esses dois aspectos, em conjunto.

A partir dessa análise, Bourdieu considera que a atividade científica embute questões que vão além da criação e comunicação. Na ciência voltada para as funções sociais, acentuam-se a diferenciação das funções e a integração dos agentes e instituições num projeto coletivo comum, por uma organização sistemática de circulação de informações. Bourdieu defende a construção da solidariedade (na concorrência) entre os pesquisadores, sem distinção, através da discussão permanente do trabalho em instâncias institucionais específicas, onde os temas e interesses pudessem circular livremente, sem constrangimento de qualquer ordem.

Sobre a concorrência existente entre os pesquisadores, Santos (2003, p.137) ressalta:

A comunidade científica coloca os pesquisadores em estado de concorrência. A competição estimula a produção de conhecimentos. Como consequência da competição, os conhecimentos gerados precisam ser atestados: somente sobrevivem os resultados que resistem à crítica coletiva.

Destaca-se aqui um ponto de interesse desta pesquisa: a “pressão” exercida pelos pares para a comunicação dos resultados da pesquisa contribuiu para a crescente preocupação com os métodos de avaliação da produção científica, já que é através da análise dessa produção que se observam as características presentes na pesquisa científica.

Essa preocupação com a publicação e com o prestígio decorrente dela não é tão recente. Hagstrom, em 1965 (apud OLIVEIRA, 2002, p.27), no texto intitulado *A doação de presentes como princípio organizador da ciência*, já dizia que, no mundo científico, é importante publicar resultados de pesquisa.

Os manuscritos submetidos a revistas científicas são frequentemente chamados ‘contribuições’, e são, na verdade, presentes. Os autores usualmente não recebem *royalties* ou pagamentos de qualquer outra natureza, e suas instituições podem ter de colaborar para o financiamento da publicação.[...] Em geral, a aceitação de um presente por um indivíduo ou uma comunidade implica o reconhecimento do *status* do doador e a existência de certos tipos de direitos recíprocos. Tais direitos podem ser o de receber em troca um presente do mesmo tipo e valor, como em muitos sistemas econômicos primitivos, ou a certos sentimentos

apropriados de gratidão e respeito. Na ciência, a aceitação de manuscritos por parte das revistas estabelece o *status* de cientista do doador – na verdade, é apenas por meio de tais doações de presentes que este *status* pode ser obtido – e garante a ele prestígio dentro da comunidade científica. [...] A organização da ciência consiste numa troca de reconhecimento social por informação.

Hagstrom (1965 apud OLIVEIRA, 2002) trata com certa sutileza o processo de reconhecimento entre os pares. Ele vê a produção científica como presente a ser doado às revistas científicas em troca de reconhecimento social, ou seja, não basta publicar em qualquer fonte informacional, é preciso publicar naquelas que já possuem status dentro da comunidade científica, pois, assim, a chance de alcançar prestígio entre os pares é maior.

Sobre o reconhecimento do cientista, Latour (1994) fala da credibilidade e da legitimidade. Para esse autor, o reconhecimento do cientista passa também por outras formas mais tangíveis, como as bolsas, os cargos, etc., que não são somente os “sinais visíveis do capital simbólico”. O autor quer dizer que os cientistas investem nos domínios e assuntos que garantem o maior retorno de credibilidade, e esses investimentos podem traduzir-se tanto por publicações como por outras formas de produção científica: a formação de alunos, o desenvolvimento de um equipamento, os pareceres, etc.

Latour (1994) intitula este processo de legitimação de “ciclos de credibilidade”. A publicação científica aparece como um elemento indispensável para o pesquisador em sua busca de legitimidade: um artigo conduz ao reconhecimento pelos pares e, com isso, gera subvenções; as subvenções investidas em um novo equipamento darão lugar a novas produções de dados, depois a novos artigos, que assegurarão um suplemento de reconhecimento, etc. Sob esse ponto de vista, os pesquisadores podem converter uma forma de credibilidade em outra.

Oliveira (2002), no texto *A ciência que queremos e a mercantilização da universidade*, destaca, entre outros aspectos, a questão da mercantilização dos processos de produção do conhecimento científico na universidade. O autor sugere que, na produção e na etapa inicial de circulação do conhecimento científico, tudo se passa como se os pesquisadores fossem os produtores diretos (o equivalente dos sitiantes); a universidade, o acadêmico, e o Estado, os representantes da sociedade, uma espécie de comprador final. Mesmo sabendo que a idéia do autor se relaciona à sua posição a respeito das diretrizes da reforma que está sendo imposta às

universidades, utiliza-se sua teoria para, mais uma vez, ressaltar a necessidade imposta pela comunidade científica para a publicação dos resultados de pesquisa.

Oliveira (2002, p.17) tece, ainda, uma crítica quanto à avaliação quantitativa do conhecimento científico:

O vigor da tendência mercantilizadora do capitalismo se manifesta em sua capacidade de fazer as pessoas aceitarem, por exemplo, que se um cientista publica duas vezes mais artigos que outro, então é duas vezes mais produtivo, sem levar em conta a qualidade dos artigos publicados, ou mesmo que a relação entre as contribuições de dois pesquisadores quaisquer possa ser expressa por uma simples ponderação numérica.

Em relação à crítica de Oliveira (2002) a respeito da avaliação quantitativa do conhecimento científico, ressalta-se que, neste tipo de avaliação, não se deve interpretar os resultados como números exatos, é necessário associar a interpretação a todo contexto que abarca os resultados obtidos.

Paralelamente a toda discussão existente na atividade científica, é necessário precaver-se ao enxergar a ciência como a salvadora da sociedade. Sobre isso, Morais (1978, p. 21) já alertava: “Parece-nos que seria de grande validade educativa demonstrar sempre ao estudante que, sendo a ciência um produto humano, vem marcada das riquezas e das precariedades do homem”.

3.2 Avaliação de periódicos científicos e da produção científica

Como referido anteriormente, existe uma preocupação latente com os métodos de avaliação da produção científica. Essa preocupação ocorre, pois a análise da produção científica traz à margem indicadores científicos que podem caracterizar uma área do conhecimento, um grupo de pesquisadores, uma instituição, etc.

Como a fonte de dados da presente pesquisa são periódicos científicos da área de Educação, ressalta-se, neste tópico, a importância dessas fontes para a divulgação do conhecimento científico, bem como a importância da avaliação desses periódicos para obtenção de indicadores científicos.

A avaliação da produção científica pela comunidade científica surge concomitantemente com as revistas científicas no século XVII. O sistema de avaliação realizado pela comunidade científica é conhecido como *peer review* (revisão por pares) ou *referee system* (sistema de arbitragem). No Brasil, notam-se outras traduções para *referee*, como árbitro, avaliador, parecerista e revisor. Conforme relata Pessanha (1998, p. 226):

Embora os primeiros periódicos datem da primeira metade do século XVII, o início oficial do processo de arbitragem deu-se, segundo Charles R. Weld, apenas em 1753, quando a Royal Society of London passa a responsabilizar-se formalmente pela avaliação dos textos publicados. A necessidade de organizar e selecionar o material a ser publicado fez surgir os dois principais atores no processo de avaliação: o editor científico, representado pelo secretário da Sociedade, encarregado da organização da revista, e os avaliadores, representados pelo Conselho da Sociedade.

Ainda hoje, permanece essa estrutura do periódico científico, composto por um conselho editorial responsável pela publicação científica, o qual se responsabiliza por manter os padrões e a qualidade dos periódicos.

Essa necessidade de manter a qualidade gera verdadeira “corrida” para o reconhecimento de uma publicação no cenário científico. Esse reconhecimento é alcançado principalmente pelos indicadores de ciência, tecnologia e inovação. A construção desses indicadores é realizada com base na medição e avaliação do conhecimento disseminado nos portais de publicações.

A avaliação da produção científica tornou-se regra para a medição da qualidade das pesquisas científicas, o que implica dizer que a pesquisa, antes de ser publicada, é avaliada pelos pares, e o resultado da avaliação é sua aceitação para a publicação.

Os periódicos científicos brasileiros seguem caminhos diferentes para alcançar o reconhecimento da comunidade científica. Muitos periódicos nascem de forma amadora, muitas vezes não possuem recursos suficientes e/ou uma equipe comprometida para o seu desenvolvimento. Sem boa estrutura, essas revistas apresentam irregularidades na periodicidade e acabam extinguindo-se.

Há periódicos que priorizam a abordagem de temáticas que são de interesses nacionais e locais e, mesmo prezando pela qualidade, acabam não despertando o interesse internacional. Este fato, já observado anteriormente, não deve ser tomado como crítica, pois esses periódicos, mesmo despertando o interesse local, são importantes para o desenvolvimento da pesquisa educacional. Outros periódicos apresentam disparidades em relação à qualidade da apresentação e da seleção dos artigos, ou por não possuírem um corpo editorial consistente ou por não priorizarem os aspectos formais da revista como um indicador de qualidade.

Os periódicos que alcançam seu espaço na comunidade científica internacional, isto quer dizer, que possuem bom fator de impacto, são geralmente aqueles que tiveram recursos suficientes para garantir sua continuidade. Fator de impacto é o número de vezes que os artigos das revistas são citados durante um período específico (o numerador), dividido pelo número total de artigos publicados por essa revista no mesmo período (denominador), num período comercial de 2 anos.

Somente os periódicos de maior prestígio são incluídos nos índices de citação internacionais. Os índices de maior reconhecimento internacional são os publicados pelo *Institute for Scientific Information* (ISI). Os principais índices do ISI são: *Science Citation Index* (SCI), e o *Social Science Citation Index* (SSCI). Essas bases de dados disponibilizam a medição da citação e o impacto dos artigos, autores e títulos. “As agências de fomento, ao analisarem a concessão de auxílios, avaliam a produção científica do pesquisador que os pleiteia. Nessa avaliação, a publicação em revistas indexadas pela SCI tem maior pontuação que a realizada em revistas não indexadas pela SCI”. (KURAMOTO, 2006, p. 92).

Atualmente, apenas vinte e quatro periódicos brasileiros fazem parte do ISI. Esse número nos permite observar que periódicos provenientes de países em desenvolvimento, como o Brasil, têm baixa representatividade nessas bases. Para a ciência brasileira, o uso do ISI para a determinação do fator de impacto dos periódicos é, no mínimo, prejudicado. Na

área de Humanas, por exemplo, somente um periódico faz parte das Bases do ISI, como é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Presença dos periódicos nacionais por área do conhecimento nas Bases ISI

Áreas do Conhecimento	Social Science Citation Index	Science Citation Index
Humanas	1	0
Exatas e da Terra	0	4
Biológicas	0	7
Saúde	1	3
Agrárias	0	6
Sociais Aplicadas	0	0
Engenharias	0	1
Linguística, Letras e Artes	0	1
Total	2	22

Fonte: Web of Science (2008)

Os motivos para essa diferença observada na Tabela 3, entre outros aspectos, dizem respeito ao comportamento de publicação das áreas e dos pares. Existe uma preferência maior dos pesquisadores da área de biológicas e saúde pela publicação em periódicos internacionais. Especificamente na área de Educação, a representatividade de publicações em periódicos internacionais é baixa. O fato de os periódicos da área de Educação não estarem indexados em bases internacionais, como o ISI, de certa forma, revela o baixo interesse dos pesquisadores brasileiros dessa área para as temáticas estrangeiras, além da dificuldade de indexação dos periódicos da área de Educação nas principais bases de dados internacionais. Há, também, pouco interesse dos pesquisadores estrangeiros pelos periódicos nacionais e locais da área de Educação.

No Brasil, a avaliação dos periódicos científicos é realizada pela Capes por meio do Qualis. O sistema Qualis³ classifica periódicos e anais de congressos, nacionais e internacionais, em conceitos A, B e C, definindo uma escala de pontuação utilizada em processos de avaliação de pesquisadores e programas de pós-graduação. “Atualmente, é

³ Está previsto para 2009 modificações no sistema Qualis. Segundo o atual diretor da Capes, Jorge Guimarães, “o novo Qualis deve valorizar o caráter qualitativo da avaliação, corrigindo a errônea impressão de que o Qualis é a própria avaliação”. (Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2456-capes-discute-aco-es-prioritarias-para-proximo-bienio> Acesso em: 01 out. 2008)

incomum um pesquisador, ao encaminhar um artigo, não levar em conta a classificação Qualis do periódico. É cada vez mais comum ele interessar-se acerca de como a avaliação Qualis é feita e em que critérios ela se baseia” (TRZESNIAK, 2006, p.347).

Na Tabela 4, encontra-se a relação dos periódicos avaliados pela Capes em relação à área do conhecimento. Nota-se que a área de Saúde possui 24,9% dos periódicos avaliados, enquanto a área de Humanas, 13,3%, o que revela existir uma diferença bastante significativa do número de periódicos existente na área de Humanas.

Tabela 4 – Distribuição dos Periódicos avaliados pela Capes por área do conhecimento

Áreas do Conhecimento	Quantidade de periódicos	%
Humanas	4532	13,3
Exatas e da Terra	3950	11,6
Biológicas	4547	13,4
Saúde	8497	24,9
Agrárias	2751	8,0
Sociais Aplicadas	1733	5,0
Linguística, Letras e Artes	513	1,5
Engenharias	3857	11,3
Multidisciplinar	3641	10,7
TOTAL	34021	100

Fonte: Capes (2008)

Essa preocupação exacerbada com a avaliação dos periódicos científicos existe porque a grande maioria da produção técnica, científica e artística é encontrada principalmente em periódicos científicos. Os artigos arbitrados e publicados em periódicos são a forma - padrão da disseminação dos resultados de pesquisa científica no mundo todo e em todas as áreas do conhecimento.

O periódico científico, bem como o artigo nele publicado, tem sido objeto de muitos estudos, motivados pelo papel que representa na construção do conhecimento científico. Eles são usados como indicadores do desenvolvimento científico de um país ou de uma região, podendo ser utilizados para medir o estágio de desenvolvimento de uma área do saber. Os periódicos científicos são, ainda, indicadores do desempenho individual de um cientista ou instituição de pesquisa. (MUELLER, 1999). O periódico científico é o principal modelo dos

canais formais de comunicação da ciência, representando o espaço de divulgação e registro dos resultados de pesquisa e elaborações teóricas.

Quatro funções são geralmente atribuídas ao periódico científico: 1) O estabelecimento do conhecimento que recebeu o aval da comunidade científica; 2) O canal de comunicação entre os cientistas e de divulgação mais ampla da ciência; 3) O arquivo ou memória científica; 4) O registro da autoria da descoberta científica.

Segundo Miranda e Pereira (1996), os periódicos científicos cumprem também outras funções: função de estabelecimento de prioridade da descoberta científica, fator importante na motivação do cientista; função de definir e legitimar novas disciplinas e campos de estudos, constituindo-se em um legítimo espaço para a institucionalização do conhecimento e avanço de suas fronteiras; como veículo de comunicação entre os pares, cumpre funções que permitem a ascensão do cientista para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de poder em seu meio, e, por fim, a função de disseminação de informações para os cientistas. Essas informações podem ser históricas, metodológicas, pedagógicas, etc.

Bourdieu (1983, p. 138) atribuiu às revistas científicas a função da qualificação da produção científica, ou seja, elas têm o "poder" de aceitar ou não a publicação de artigos de acordo com seus critérios.

Pela seleção que operam em função de critérios dominantes, consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial, oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente, seja desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõem.

Alvarenga (2003), por sua vez, enxerga o periódico como um espaço de conflitos de interesses. Segundo a autora, existe uma disputa entre diversos grupos para ter chances de comunicar seus pensamentos. Essa disputa, muitas vezes, tem o objetivo implícito à intenção de manutenção de status e poder no desempenho de cargos em instituições públicas ou privadas. Sendo assim, as revistas representam o principal suporte dos resultados da pesquisa e prestam-se à avaliação da pesquisa e dos pesquisadores. Os artigos publicados são utilizados como indicadores da performance acadêmica dos cientistas e, também, são utilizados pelas

instituições como um dos principais critérios para premiações e promoções. Mas não se deve considerar que a quantidade total de conhecimento gerado e a importância dos mesmos sejam medidas somente por meio da quantidade de artigos publicados. Um número maior de publicações reflete melhor a atividade criadora, mas ressalta-se que nem todas as áreas têm o mesmo padrão de publicação. De acordo com Hayashi (2000, p. 67):

Mesmo havendo considerações a respeito da quantidade de artigos não ser o melhor indicador, a publicação científica pode ser considerada como um dos indicadores quantitativos mais importantes da qualidade da ciência. Assim, os artigos científicos publicados nas revistas constituem um meio de analisar certos aspectos do desenvolvimento da ciência. Por sua vez, no que concerne aos principais indicadores da ciência produzidos com a finalidade de oferecer uma ajuda no processo de decisão, as revistas científicas são freqüentemente utilizadas para delimitar o referencial da entidade estudada, quer se trate de um laboratório ou mesmo de um indivíduo. Qualquer que seja a escala de observação e a entidade considerada, as revistas permitem estabelecer e caracterizar as fronteiras temáticas e geográficas do domínio no qual se posiciona a entidade a ser estudada.

É por meio das revistas científicas que o trabalho de pesquisa situa a contribuição dos pesquisadores em um marco teórico e no contexto do conhecimento existente. Portanto, a qualidade da revista científica também deve ser avaliada por meio de indicadores, para, assim, alcançar a sua aceitabilidade junto à comunidade científica. O *status* de qualidade de uma publicação pode ser conferido de acordo com os seguintes critérios: a regularidade na publicação; a normalização técnica dos artigos e da revista como um todo; a composição e atuação do corpo editorial e dos *referees*, e o grau de originalidade e novidade dos trabalhos publicados.

As revistas científicas também são conhecidas como publicações científicas primárias ou, ainda, revistas primárias, pois constituem-se em publicações seriadas com regularidade de aparição, além de serem dotadas de um título e composta de uma série de artigos avaliados por um comitê de leitura, tudo isso em função de critérios científicos. Esses critérios normativos aos quais a publicação científica está sujeita, constituem-se no processo de *peer review* (revisão pelos pares), entendido como avaliação dos manuscritos enviados para publicação por parte de especialistas da mesma disciplina. A avaliação pelos pares, segundo Spinak (1996), constitui-se em uma arbitragem necessária para o processo de edificação do

consenso necessário para a construção do conhecimento científico. A revisão pelos pares é o que distingue a ciência de outras atividades de observação e interferência na natureza, como a astrologia e a alquimia. Para Schelp (2004), o método científico, com sua implacável lei da fiscalização pelos colegas, constitui o mais rigoroso instrumento de medição da qualidade da pesquisa, além de ser um dos pilares do método científico.

O reconhecimento de que a atividade científica pode ser recuperada e estudada a partir de sua literatura, é que sustenta a base teórica para construção de indicadores bibliométricos de desempenho científico. Morita-Lou (1985) citada por Velho (1997, p. 23), exprime a seguinte premissa quando justifica o uso dos indicadores bibliométricos: "O fato de a ciência ser publicada de uma forma ou de outras permite usar o número e a qualidade destas publicações como indicador".

Kuramoto (2006, p. 92), ao discutir a questão dos direitos autorais que são entregues aos editores das revistas, faz a seguinte observação:

Os autores nada recebem pelas publicações de seus trabalhos, tendo muitas vezes de pagar para ver os seus trabalhos publicados. Portanto, os autores não se interessam pelo retorno financeiro obtido pela publicação de seus trabalhos, mas pelo prestígio e notoriedade que essas publicações podem lhes trazer. O peso desse prestígio é sentido no momento em que esses pesquisadores submetem um projeto ou pedido de auxílio junto às agências de fomento, ou mesmo no seu próprio ambiente de trabalho, quando de sua avaliação de desempenho.

Ao partir para a discussão a respeito da disputa pelo prestígio obtido através da publicação em periódicos, novamente, recorrer-se-á a Bourdieu (1984), que fala da existência de uma espécie de luta política pela autoridade científica que visa a assegurar um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo, como, por exemplo, os fundos para as pesquisas. Aliás, o pesquisador depende de sua reputação junto aos colegas para atrair estudantes de qualidade, para conseguir bolsas, convites, consultas, distinções, etc.

Trzesniak (2006, p. 348) levantou a existência de quatro dimensões da qualidade dos periódicos científicos no momento da avaliação: a de adequação técnico-normativa do

produto, a de finalidade do produto, a de processo de produção e a de mercado. Segundo o autor, essas quatro dimensões se diferenciam entre si,

na forma de avaliar: para as duas primeiras (ambas de produto) precisa-se examinar um ou mais fascículos físicos ou o *site*; para a terceira examina-se como a revista é feita, a sua retaguarda de produção; e, para a última (mercado), consultam-se pessoas, usuários, clientes. Outra diferença está nos procedimentos que promovem, que melhoram cada dimensão: para a técnico-normativa, respeito a normas; para a finalidade de produto, seleção criteriosa do conteúdo científico; para a do processo de produção, treinamento de equipe, documentação dos padrões de execução de tarefas e obediência dos executores a esses padrões; para a de mercado, divulgação, indexação e *marketing*.

Em relação à independência das quatro dimensões apontadas por Trzesniak (2006, p.348), o autor afirma: “é possível que uma dimensão varie ou exista sem a influência, sem a simultânea variação ou existência das demais. No momento em que um produto pode desfrutar de uma avaliação positiva do mercado, mesmo sem ter as qualidades que o justifiquem, as dimensões de produto e de mercado se caracterizam como independentes”.

Neste sentido, o que se observa na literatura é que as revistas científicas são avaliadas em seus aspectos formais e em relação ao seu conteúdo. Os aspectos formais abrangem a estrutura, a periodicidade e o corpo editorial. As características formais dos periódicos científicos asseguram à publicação sua disseminação e confiabilidade, além de sua aceitabilidade pelas comunidades nacional e internacional. (BOMFÁ, 2003). Na avaliação do conteúdo, geralmente abrangem o estudo das temáticas abordadas, metodologias aplicadas, análise de citação, etc. Para a avaliação de periódicos científicos, existem alguns modelos de avaliação, como, por exemplo, o modelo de avaliação de periódicos impressos desenvolvido por Bomfá (2003). Esse modelo, além dos aspectos formais, também analisa o conteúdo dos artigos. O conteúdo dos artigos é analisado em relação à: a) autoria – procedência, vínculo institucional, co-autoria, e b) identificação dos elementos principais – data de publicação e avaliação do artigo, filiação do autor, título, resumo, palavras-chave em inglês.

Hayashi et al. (2006) utilizaram o modelo de Bomfá (2003) para a análise dos aspectos formais de publicações periódicas brasileiras em Educação Especial. A aplicação do modelo

contribuiu para que os autores fizessem a seguinte observação: “a situação da comunicação científica periódica brasileira em Educação Especial tende a se adequar aos padrões formais vigentes conforme a própria Educação Especial consolida-se como área do conhecimento, ao mesmo tempo em que essa adequação formal também contribui diretamente para a consolidação dos periódicos científicos desta área”. (HAYASHY et al., 2006, p. 389).

Na Figura 3, encontra-se o modelo de análise de periódico desenvolvido por Bomfá (2003), na qual observam-se quais são os aspectos dos periódicos a serem avaliados.

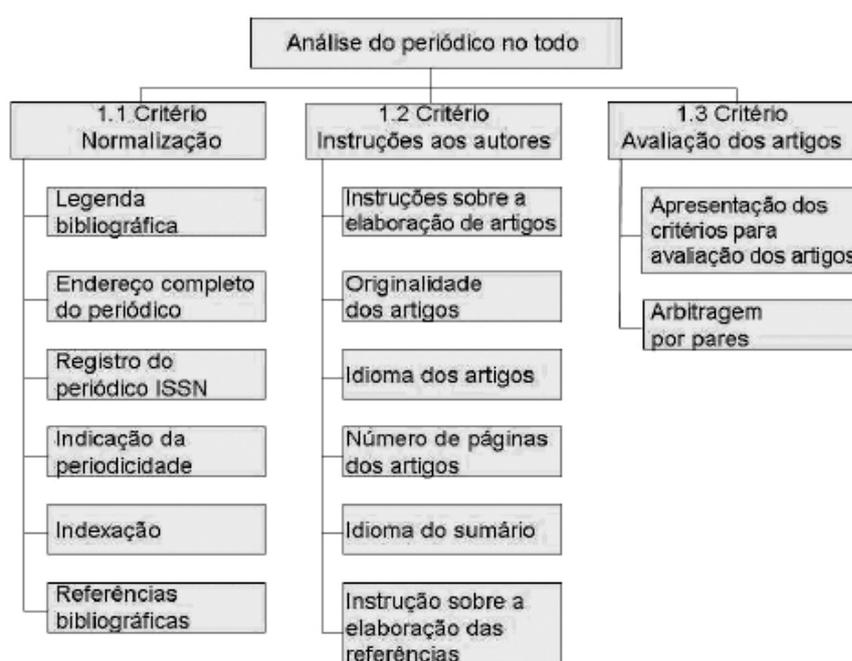


Figura 3. Organograma da análise do periódico no todo

Fonte: Bomfá (2003, p.63)

Em relação à análise de conteúdo, muitas metodologias são utilizadas. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar a Bibliometria e a Cientometria, por meio da análise de citação, para alcançar o objetivo proposto.

Antes de encerrar este tópico, vale lembrar que atualmente os periódicos impressos passam por uma crise. Essa crise está alicerçada no alto custo de publicação, e no tempo ainda grande entre o envio para avaliação e a data de publicação, o que, em alguns casos, pode tornar os resultados obsoletos. Neste cenário, a publicação eletrônica está ganhando espaço, já que suas características principais são: rápido acesso, facilidade da operação com hipertextos, possibilidade de incluir textos integrais das citações bibliográficas. Porém, conforme salienta

Epstein (2002, p. 215), “as novas tecnologias não consertarão todas as fraquezas do sistema”. Segundo o autor,

os editores destas publicações [impressas], se mudarem para a mídia eletrônica, insistirão no seu uso pago com taxas proporcionais ao tempo de utilização. Isto implicará controle da utilização, cobrança dos usuários e bloqueio aos não registrados como usuários. Novos sistemas de arquivo, novas configurações de *sites* deverão ser desenvolvidos, inclusive para preservar esta memória científica, tornando-a imune aos avatares da concorrência comercial, mudanças rápidas da tecnologia, *software*, etc. (EPSTEIN, 2002, p. 216).

Em maio de 2007, foi realizado em Ribeirão Preto um Simpósio Científico⁴ com o objetivo de discutir os caminhos necessários para a editoração científica eletrônica de periódicos da área de saúde. Destaca-se, nessa discussão, a existência de uma preocupação contínua para que se mantenha a qualidade das revistas que são publicadas eletronicamente. Além de todos os questionamentos sobre o acesso a essas publicações, discutiu-se o fato de que as revistas eletrônicas aumentarão o número de acesso e, por conseguinte, o aumento da divulgação científica.

Essa breve explanação teve a intenção de situar às condições de publicação dos periódicos científicos. A RBE e a RBHE, fontes de informação para este estudo, disponibilizam o acesso eletrônico gratuito. Vale acrescentar que essa condição facilitou a coleta de dados para a realização do trabalho, diminuindo consideravelmente esta etapa da pesquisa.

3.3 Metodologias de análise da produção científica

Pretende-se, nesta etapa da pesquisa, descrever as metodologias de análise da produção científica, as quais foram utilizadas para o seu desenvolvimento.

⁴ Seminário de Editores Científicos da USP, Ribeirão Preto, 2007.

3.3.1 Colaboração científica e co-autoria

Já que houve um crescimento na produção científica nacional, é necessário compreender como o pesquisador se comporta em relação à comunicação científica. Paralelamente ao processo de comunicação, ocorre a colaboração científica, almejando o reconhecimento da comunidade científica. A colaboração científica está presente desde os tempos mais remotos, embora, em muitas épocas, tenha sido altamente elitista e exclusivista, como no caso dos membros das sociedades dos séculos XVII e XVIII. (MEADOWS, 1999; ZIMAN, 1981).

Segundo Beaver e Rosen (1978), o primeiro artigo científico escrito em colaboração científica entre diferentes pesquisadores surgiu em 1678. Sendo assim, a troca de idéias para se fazer ciência não é uma característica da atividade científica contemporânea, apesar de permanecer a idéia de que a ciência não pode ser vista como um trabalho individual. Uma única pessoa não poderia, sem alguma contribuição, dar conta da complexidade de um trabalho de pesquisa, porém chamo a atenção para a área de Humanas, na qual essa premissa é relativizada. Obras de referência, como as de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Milton Santos, Caio Prado Junior, etc. são todas individuais. Nessa área, a constituição do pensamento (como algo de referência) é, na maioria das vezes, um trabalho individual. Embora saibamos, por exemplo, que o pensamento de Anísio Teixeira é construção dele, não podemos ignorar que ele adquiriu seu conhecimento com a leitura de outras obras. O que se pode afirmar, então, é que a ciência provém de um trabalho coletivo e cumulativo. Cumulativo à medida que os pesquisadores sempre recorrem a resultados já obtidos por seus pares para alcançarem seus objetivos de pesquisa.

De acordo com Balancieri (2004, p. 15),

de uma maneira genérica, a colaboração científica é um empreendimento cooperativo que envolve metas comuns, esforço coordenado e resultados ou produtos através dos quais os colaboradores compartilham a responsabilidade e o crédito. Assim a colaboração científica oferece uma fonte de apoio para melhorar o resultado e maximizar o potencial.

Ao se falar de contribuição científica, estamos referindo-nos à contribuição entre pesquisadores para o desenvolvimento de um projeto científico, mas não se pode esquecer que o resultado final da contribuição científica seja, necessariamente, a co-autoria em publicação. A contribuição pode ser desde um aconselhamento a respeito de idéias até a participação direta em um projeto de pesquisa. O que se pretende enfatizar, é que um colaborador pode não ser um co-autor, mas muitas vezes um colaborador pode tornar-se um co-autor por fornecer dados, materiais ou simplesmente por contribuir com alguma operação de rotina.

Em outros casos, conforme relata Balancieri et al. (2005, p.23), “pesquisadores de diferentes organizações podem colaborar através do uso coletivo de dados ou idéias, de correspondência ou discussões em conferências, de visitas ou da execução, de maneira separada, de diferentes partes de um projeto e da integração posterior dos resultados e da análise”. Os motivos que levam os cientistas a colaborarem entre si, podem ser de diferentes naturezas: a necessidade de contribuição especializada, otimização de recursos materiais e financeiros.

Mesmo não sendo sinônimo de colaboração, a co-autoria é um indicador, ainda que parcial, de que houve um trabalho compartilhado entre indivíduos que dividem a autoria de determinado trabalho científico. Nesta tese, as características de colaboração científica são investigadas por meio das co-autorias. A maior vantagem destes estudos é que permitem reunir uma quantidade razoável de dados que podem ser reproduzidos e utilizados por outros pesquisadores e que se constituem em uma amostra expressiva, pois permitem resultados estatísticos bem significativos. (KATZ; MARTIN, 1997).

A existência da colaboração científica implica o estabelecimento de redes informacionais entre os cientistas. Dessa forma, essas redes informacionais fazem parte do conhecimento científico.

O avanço das tecnologias de comunicação, aliado às facilidades dos meios de transporte, aumentou o número de redes de colaboração (MEADOWS, 1999). Conforme relata Silva (2002, p.121):

Na ciência, a imagem do cientista como um ser isolado faz parte do passado. Na atualidade, o processo de produção do conhecimento

científico requer associações, negociações, alinhamentos, estratégias e competências para interligar o maior número de elementos que darão viabilidade à construção do conhecimento.

Geralmente, os resultados finais de um projeto são expressos em forma de publicação. Para Macedo (1999), o trabalho publicado é resultado de uma série de informações e conhecimentos que são trocados informalmente no âmbito de redes de suporte, as quais são consolidadas ao longo do tempo pelas várias comunidades científicas.

Merlin e Persson (1996) acreditam que a colaboração é como uma intensa forma de interação para efetivar a comunicação bem como para compartilhar competências e recursos. Na realidade, o compartilhamento de recursos é incentivado pela política científica como forma de reduzir custos. A colaboração científica é uma prática utilizada com mais frequência em determinadas áreas do conhecimento humano. Porém, independentemente dos motivos e das especificidades de cada área, é possível afirmar que a co-autoria de produtos gerados pela atividade científica, particularmente de publicações científicas, é um indicador de colaboração. (KATZ; MARTIN, 1997; KIM, 2006; NEWMAN, 2004).

Os estudos sobre colaboração científica têm sido desenvolvidos, principalmente, através das redes de citação, sendo que, atualmente, tem sido observado um crescimento nos estudos de colaboração utilizando redes de co-autoria. Os dois tipos de estudo são bem distintos, pois, nas redes de citação, os autores são os artigos citados e revelam a estrutura de um campo acadêmico, enquanto nas redes de co-autoria, os autores são os autores e revelam a estrutura de determinada comunidade acadêmica. (NEWMAN, 2004).

A colaboração científica é vista como indicador de produção científica, sendo que uma das formas de colaboração científica é a co-autoria. Espera-se verificar, nesta pesquisa, se os pesquisadores que publicam na RBE e na RBHE, seguem esta tendência de publicação. A princípio, parte-se da idéia de que a área de Educação e, mais especificamente, a História da Educação, seguem a tendência das ciências humanas da publicação individual.

3.3.2 Análise de Citação

Como já foi dito anteriormente, o processo de comunicação científica inicia-se com a produção e com o fluxo de informação, gerando o conhecimento. Esse conhecimento deve ser disseminado através das publicações. Meadows (1999) acredita que a comunicação seja etapa vital para a ciência, tanto quanto a pesquisa, pois, para ser ciência, deve antes passar pelo crivo dos pares. Griffith (1989) ainda ressalta que a comunicação científica é o único comportamento geral entre os cientistas, sendo os outros procedimentos específicos e técnicos de cada área do conhecimento.

A comunicação científica gera um conjunto de publicações conhecidas como literatura científica. Essa literatura contém a documentação das pesquisas produzidas pelos cientistas. Conforme esclarece Vanz (2003, p. 248):

Ao comunicar seus trabalhos, o pesquisador necessita ter acesso ao conhecimento já registrado e, nesse processo, faz referência às idéias ou aos resultados de pesquisas de autores que o precederam, o que gera uma lista de referências bibliográficas consultadas pelo seu autor

Uma comunicação científica sempre traz elementos que podem tornar-se indicadores científicos, como a lista de autores, a lista de agradecimentos, os descritores, as palavras do texto, as fontes de consulta, o local de publicação, a instituição de origem do autor, etc. Esses elementos, pela natureza de onde provêm, são objetos para os estudos bibliométricos.

Assim como Maia (2006), identificamos alguns trabalhos que utilizaram esses elementos para a obtenção de indicadores científicos. Balancieri et al. (2005), Lee e Bozeman (2005) e Arroyo-Alonso (2005) utilizaram a listagem de autores para verificar os padrões de colaboração. Celis (2002) trabalhou com listas de agradecimentos para estudar o reconhecimento financeiro e não-financeiro envolvidos no processo de produção científica; Macias-Chapula (1998) e Queiroz e Noronha (2004) utilizaram os descritores para identificar os principais temas estudados; a lista de referência foi objeto de estudo nos trabalhos de Noronha (1998) e Vanz (2004) para, através dela, estudar as fontes de consulta.

Esses elementos, como foi possível observar, são indicadores que apontam características da produção e comunicação científica e podem indicar padrões de comportamento na atividade científica de determinada comunidade, instituição, região ou país, grupos de excelência, interdisciplinaridade, disciplinas emergentes ou redes de colaboração.

Para quantificar a investigação científica nesta pesquisa, recorrer-se-á à análise bibliométrica e cientométrica. A análise bibliométrica consiste em analisar a atividade científica ou técnica por meio de estudos quantitativos das publicações. De acordo com os objetivos a que se propõe um determinado estudo bibliométrico, diferentes elementos podem ser usados de forma isolada ou agrupada. Os elementos que serão tratados nesta pesquisa, estão contidos nos artigos publicados na *RBE* e na *RBHE*.

Sobre a bibliometria, Mostafá e Máximo (2003, p.96) fazem a seguinte observação:

A bibliometria é uma área da ciência da informação que, *grosso modo*, mede a ciência; baseia-se no pressuposto da cumulatividade/dispersão da ciência, o que leva também a desdobramentos socioculturais, se pensarmos que a produção científica é sempre uma produção cultural e coletiva. Dentre os vários pontos de vista com que podemos analisar a ciência, a ciência da informação e sua subárea chamada bibliometria escolhem uma abordagem empírico-analítica da produção científica. A abordagem empírico-analítica apenas aponta indicadores da produção científica; sua utilidade pode ser comparada com um catálogo de biblioteca; ninguém espera que um catálogo possa explicar mais do que sua lógica permite: autores relacionados a suas produções dentro de uma determinada ordem. Em que pesem essas marcações serem semióticas em essência e reveladoras de certas epistemologias, a contribuição da bibliometria está em revelar as relações internas à produção do conhecimento. Se essas relações revelarem pontes com as externalidades da ciência, tanto melhor, mas a ciência da informação tem construído seu objeto de forma preferencialmente empírico-analítica.

Neste sentido, a bibliometria é uma abordagem quantitativa que, ao ser aplicada com criatividade, proporciona uma grande quantidade de combinação de dados, oferecendo uma gama de análises. “O levantamento de indicadores, a fim de estudar a ciência, constitui um campo de estudo instrumental que possibilita estabelecer prognóstico e tendências a partir de

determinados números de variáveis que, quando analisados, permitem o estabelecimento de indicadores para a tomada de decisão”. (MACHADO, 2007, p. 5).

Entre as aplicações da análise bibliométrica, encontram-se os estudos de frente de pesquisa e fator de impacto, bem como análise de citações e co-autorias de artigos científicos. A bibliometria utiliza a análise de citações como uma de suas ferramentas. A análise de citação é utilizada para medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica.

A valorização ou reconhecimento de um cientista pode ser medido por meio de citações. As citações têm como função estabelecer direitos de propriedade e prioridade de contribuição científica de um autor, a identificação de fontes de informação, o auxílio na avaliação dos hábitos de coleta de informações e a exposição da literatura que é indispensável para o trabalho dos cientistas. (CARVALHO, 1975).

Dessa forma, as citações representam o conjunto das fontes de informação utilizadas e apresentadas pelo autor como base teórica de seu trabalho, podendo ser registradas em notas de rodapé ou no final dos textos, no item referências. As referências demonstram os elos existentes entre os indivíduos, as instituições e as diversas áreas de pesquisa.

Sobre a importância das referências em trabalhos científicos, Lima (1984, p. 57) acrescenta:

As referências bibliográficas representam um vínculo com trabalhos anteriormente publicados, a que o autor deseja dar destaque, reafirma idéias e opiniões, ou também para discordar do que já foi afirmado. As citações podem revelar relações entre indivíduos, instituições, idéias e área de pesquisa, relacionando o citante com o citado e dirigindo o leitor a outras fontes relacionadas.

Ainda segundo o autor, por meio das referências bibliográficas, é possível,

identificar os pesquisadores cujos conceitos, métodos e teorias serviram de inspiração, ou foram utilizados pelo autor no desenvolvimento de seu

próprio trabalho, estabelecendo assim um processo de referência e citação. A análise de citações, através da “contagem” das referências arroladas no final do texto, identifica características e mapeia a comunicação científica. (LIMA, 1984, p. 57).

Pelo que foi visto até o momento, as citações são elementos reveladores dentro de uma pesquisa científica, conforme Foresti (1990, p. 54) :

As citações presentes nos textos publicados estabelecem os direitos de propriedade e prioridade da contribuição científica de um autor, constituem importantes fontes de informação, ajudam a julgar os hábitos de uso da informação e mostram a literatura que é indispensável para o trabalho dos cientistas.

Além disso, segundo Garfield (1995), as citações refletem o impacto de um autor, de um documento ou de um periódico no meio científico. Spinak (1996) observa que a acessibilidade a um documento é um dos fatores mais importantes para sua seleção como fonte. Embora nem sempre a quantidade signifique qualidade, o número de citações que um trabalho recebe, acaba sendo vista, por uma boa parcela da comunidade científica, como um valor objetivo da qualidade do trabalho.

Na literatura, observa-se que a citação ocorre de maneiras diferentes nas diversas áreas. É o que observou Meadows (1999, p. 62) ao estudar como ocorre a citação nas três grandes áreas do conhecimento:

[...] os cientistas em geral precisam, ao realizar seus próprios estudos, estar cientes apenas dos trabalhos recentes. Ao contrário, as informações nas ciências sociais com freqüência são menos facilmente codificadas, de modo que a literatura antiga continua sendo mencionada. As humanidades constituem um caso especial, pois a literatura antiga representa para elas muitas vezes a matéria-prima de suas investigações.

Apesar de Meadows (1999) identificar certa predileção das áreas de humanidades em geral pela citação de literatura antiga, a idade de publicação das obras citadas é apenas uma das características do padrão de citação de uma área. Conforme observado por Velho (1986), as formas de distribuição da idade de citações variam entre as áreas científicas. A autora sugere que a proporção substancial de citações à literatura internacional antiga indica o passado educacional da amostra de cientistas, ou dos orientadores. Por exemplo, se esses fizeram doutorado no exterior, é possível que as referências antigas sejam correspondentes a artigos que esses pesquisadores encontraram quando estudantes nas universidades.

Além das características formais das citações, outros fatores também afetam o ato de citar, conforme indica Alvarenga (1998, p. 6):

O ato de citar é permeado de todo um aspecto de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, além de influências de outras naturezas, como o narcisismo (autocitações), influência entre autores e instituições, adesão aos paradigmas vigentes.

Os diferentes padrões de citação ocorrem porque cada comunidade científica tem particularidades na maneira de tratar, explicar e comunicar as experiências e fenômenos com que se preocupam (BOURDIEU, 2004; BURKE, 2003; KUHN, 2005; MEADOWS, 1999).

Kuhn (2005, p.22) chama a atenção para um importante aspecto da comunidade científica:

A comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similar, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e delas retiraram muitas das mesmas lições.

O autor acredita que os cientistas que fazem parte de uma mesma comunidade possuem a mesma formação e, por sua vez, comportamento similar na prática da ciência.

Bourdieu (1983, 2004) e Latour (1994) ressaltam que a necessidade de os autores adquirirem autoridade e competência científica, torna a estrutura da comunidade científica um campo de lutas e disputas.

Conforme esclarece Vanz (2003), a noção de campo científico, amparado em uma relação de poder, supõe uma comunidade científica bem diferente daquela solidária, desinteressada e colaborativa apresentada por Merton (1973). O que os autores têm em comum, é a concordância de que o conhecimento científico é construído no interior das comunidades científicas, seja por solidariedade, seja por competição.

Dessa forma, a comunicação científica passa a ser o elemento que propicia a soma dos esforços individuais dos membros da comunidade científica, através da troca de informações, configurando um ciclo inesgotável de recepção e transmissão de dados. É a ciência comunicada no seu próprio âmbito, ou seja, é a ciência filtrada dentro de sua própria estrutura. Sendo assim, o conhecimento científico é construído e validado dentro dos limites das comunidades científicas. (TARGINO, 1998, p.22).

Ao se fazer a análise das citações de um trabalho, é possível avaliar a informação coletada de acordo com o tipo de literatura utilizada, dirigir o leitor para outras fontes de informação sobre o assunto, além de contribuir para o reconhecimento de um cientista em particular, entre os pares. (NORONHA, 1998). A análise de citações permite, também, conforme Araújo (2006), a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico, tais como: autores mais citados, autores mais produtivos, tipos de documentos mais utilizados, idade média da literatura utilizada, obsolência da literatura, entre outros.

Nesse sentido, a aplicação da análise de citações permite o mapeamento dos processos de comunicação científica. Foi o que concluíram as autoras Vanz e Caregnato (2003) ao realizarem uma revisão de literatura dos estudos de citação. De acordo com as autoras, ao se analisar as referências utilizadas em uma pesquisa, é possível identificar o comportamento dos pesquisadores na comunicação científica, bem como mapear suas áreas de conhecimento e identificar sua linha de pesquisa.

Existem inúmeras razões que levam um ator a citar. Entre elas, destacam-se: uso de determinada teoria ou paradigma, promoção das publicações, atualizar-se com trabalhos

recentes (BAVELAS, 1978). Outras razões podem ser elencadas: prestar homenagem; reconhecimento aos trabalhos relacionados; identificar metodologia e equipamentos; retificar o próprio trabalho e o trabalho dos outros; identificar publicações originais; sustentar declarações, etc.

Essas razões, segundo Price (1979), são questionadas, já que não se pode supor que todos os autores tenham sido precisos, consistentes e conscienciosos em anotar as suas fontes de informação. Alguns o fazem de modo escasso, outros de modo excessivo. Por isso, ao considerar a análise de citações como uma medida objetiva de qualidade, pressupõe-se que o autor citante, além de mencionar todas as fontes utilizadas, mencione-as corretamente, no sentido de dar crédito ao autor certo; pressupõe-se que ele tenha utilizado realmente todas as fontes citadas e, mais que isso, pressupõe que a investigação científica tenha um caminho lógico e reto, como o exposto no texto científico. (FREITAS, 1997).

Em relação às críticas quanto à utilização de métodos quantitativos, são válidas as palavras de Edge (1979, p. 102), que diz: “análises de citação têm de ser usadas de modo crítico, cuidadosamente e dentro de um contexto. Os estudos de citação abrangem apenas a parte da comunicação científica denominada formal”, deixando, segundo o autor, de analisar aspectos e formas de comunicação informal que refletem importantes aspectos da organização social e do ambiente de pesquisa.

Porém, segundo Noronha (1998, p.66),

a análise de citação, como uma das técnicas cientométricas, que estão sendo aplicadas em crescente progressão na avaliação de trabalhos de pesquisa, nas diferentes áreas, é descrita de várias maneiras na literatura. No entanto, mesmo com toda literatura existente, os estudos de avaliação da quantificação e caracterização científica ainda sofrem críticas e são considerados insuficientemente desenvolvidos, em nosso meio, para serem objeto de uma abordagem qualitativa. Embora sejam apontadas limitações no seu uso, numerosos pesquisadores consideram a frequência de citação de um documento indicador de qualidade percebida.

Nesse sentido, as análises quantitativas não devem deixar de ser consideradas. Na verdade, essas avaliações devem ser estudadas e incrementadas, já que elas contribuem para a

identificação de indicadores científicos. É importante a preocupação em gerar indicadores científicos nacionais, podendo, assim, livrar-se da dependência dos indicadores científicos gerados pelos países avançados, já que os mesmos estão distantes da realidade nacional.

3.3.2.1 Aplicação da bibliometria para análises de citações

Dentre as aplicações da análise bibliométrica, encontram-se os estudos sobre a análise de citações e co-autorias de artigos científicos. E são nesses estudos que se apoiará a pesquisa. Esse tipo de análise permite a identificação e a descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico, tais como autores mais citados, autores mais produtivos, tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura, entre muitos outros. (ARAÚJO, 2006).

Encontram-se na literatura inúmeros estudos que se apóiam na análise de citação para a obtenção de indicadores científicos. Além da área de Ciência da Informação, da qual vários pesquisadores se valeram para a investigação da comunidade científica, outras áreas do conhecimento também utilizam a análise de citação com esta finalidade.

Na área biológica, destaca-se o trabalho de Mello (1996), que fez um estudo exploratório das citações na área de Botânica. O objetivo do trabalho foi identificar as razões que levam os pesquisadores a citar um documento em detrimento de outros, e permitiu a identificação dos hábitos de citação e de pesquisa. A pesquisa realizada por Mello (1996) permitiu ao autor fazer a seguinte afirmação:

O pesquisador em botânica lê, no dia-a-dia de seu trabalho, aquela literatura que lhe é oferecida de maneira mais fácil, rápida e subjetivamente atraente (nacional), publica seus trabalhos, na maioria, em periódicos (nacionais) editados por suas instituições pelas facilidades oferecidas e consideram o periódico nacional muito importante para a área, embora tenham indicado o periódico estrangeiro como o mais importante para o desenvolvimento de seu trabalho.

A análise de citação de grupos de pesquisa foi realizada por Mostafa e Máximo (2003). As autoras analisaram citações presentes em trabalhos no tema da comunicação educativa, apresentados nos grupos de trabalho da Sociedade Interdisciplinar para Estudos da Comunicação (Intercom) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Com esse trabalho foi possível identificar os autores que constituem as frentes de pesquisa das duas literaturas e visualizar as tendências epistemológicas na produção científica dessas áreas.

Na área de educação, os trabalhos de Silva (2004) e Hayashi (2005, 2007) utilizaram a abordagem bibliométrica para estudar a produção científica de docentes e grupos de pesquisa atuantes nesse campo de conhecimento.

Vanz e Caregnato (2003) verificaram, através de uma revisão dos estudos de citação na literatura, que embora problemas e críticas tenham sido levantados em relação à ferramenta bibliométrica, os estudos de citação constituem-se em importante metodologia para o entendimento dos processos de comunicação científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Como ressaltado anteriormente, a área de Ciência da Informação possui várias experiências com a utilização da análise de citação. Ohira, Prado e Schmidt (2004), por exemplo, utilizaram a análise de citações para mensurar a média de citações por artigo e os tipos de documentos mais citados em um trabalho que teve como objetivo pesquisar o tema “profissional da informação” abordado nos periódicos brasileiros da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, no período 1995-2002.

Mesquita e Stumpf (2004) demonstram que a análise de citação por meio de estudos bibliométricos também pode ser utilizada para verificar se os endereços dos documentos eletrônicos *online* citados por autores de artigos publicados nas revistas científicas brasileiras da área da Comunicação servem para a recuperação dos documentos científicos. O trabalho de Leal (2005) relata o desenvolvimento e aplicação de uma ferramenta de análise de citações que foi utilizada em um estudo de produção científica de uma comunidade da área de Ciência da Informação.

Silveira e Moura (2006) trataram do uso do artigo científico como fonte de informação na construção de trabalhos em anais de eventos profissionais em biblioteconomia e

destacaram a importância da citação e dos estudos de citações como instrumentos de mensuração da produção e uso da literatura científica.

Como foi possível observar, são vários os estudos que se apropriam dos métodos bibliométricos para realizarem pesquisas de análise de citação. Esse fato nos faz acreditar na importância desses estudos para o conhecimento das características e tendências da pesquisa científica na área da Educação.

A educação não molda o homem em abstrato, mas em uma dada sociedade e para ela. A unidade educacional fundamental nunca é o indivíduo, mas o grupo, que pode variar em extensão, objetivo e função. Com isso variarão os padrões predominantes de ação, aos quais terão de conformar-se os membros desses grupos. Os objetivos educacionais da sociedade não podem ser adequadamente entendidos quando separados das situações que cada época é obrigada a enfrentar e da ordem social para a qual eles são formulados.

Karl Mannheim

**PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo, será enfatizada a pesquisa na área de Educação, com especial atenção para o campo da História da Educação. A intenção é caracterizar as pesquisas e fontes de informação desse campo do conhecimento para obter subsídios para a interpretação dos resultados da pesquisa.

4.1 Produção científica em Educação no Brasil

Uma boa definição de pesquisa educacional encontra-se em Charles⁵ (1988 apud LIMA, 2001, p.144). Para ele,

a pesquisa educacional é o estudo sistemático, paciente e cuidadoso dos muitos aspectos da educação para descobrir os melhores caminhos no trabalho com a educação, estabelecendo princípios que possam ser seguidos, ao mesmo tempo que abrindo novos caminhos, através de questionamentos de sua própria prática e desses mesmos princípios, objetivando dinamizar um olhar orientador, reflexivo e transformador da educação como objeto de pesquisa numa perspectiva multidimensional.

A pesquisa educacional, no Brasil, está em franca expansão. Historicamente, como assinala Vieira (2003), até os anos de 1930 não havia um esforço sistemático de produção de conhecimento nesta área. Esse esforço só vai esboçar-se a partir de 1930, com o processo de institucionalização das Ciências Humanas e Sociais no País. Destaca-se, nesse período, a criação, em 1938, do Instituto de Estudos Pedagógicos (Inep), inaugurando a primeira fase de implantação da pesquisa em educação no Brasil. Em 1956, no interior do Inep, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) e, em seu interior, os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), inaugurando a fase de implementação da pesquisa educacional no Brasil.

⁵ CHARLES, C. M. **Introduction to educational research**. New York: Longman, 1988.

Nos anos de 1950, a investigação científica na área educacional alcançou espaço no cenário científico nacional por meio do CBPE e dos CRPE, que foram criados no Governo Kubitschek. A política do País, nesse período, voltou-se para as questões da industrialização. A Educação era vista como parte integrante do Programa de Metas, que buscava o desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, a modernidade. A idéia era aproximar a escola da realidade do País, de forma que a Educação pudesse transformar o cidadão para o processo industrial. Anísio Teixeira que, a partir de 1952, estava na administração do Inep, contribuiu para a criação do CBPE, subordinado ao Inep.

Segundo Cunha (1991, p. 184):

Em março de 1956, iniciou-se a publicação da revista Educação e Ciências Sociais, boletim do CBPE, especializado “no setor de estudos e pesquisas sociais relacionados com a educação”. O mesmo decreto que instituiu o CBPE, criou também os Centros Regionais (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre). O CR de São Paulo passou a funcionar mediante ao convênio entre o Inep e a USP, ficando a cargo do Depto. de Sociologia e Antropologia da FFCL. O CRSP foi dirigido na década de 50 por Fernando Azevedo. Em 1957 iniciou-se a publicação da revista Pesquisa e Planejamento, boletim do CRSP.

O CBPE e os CRPE tiveram papel de destaque na pesquisa educacional no Brasil. As atividades dos Centros Regionais tiveram várias frentes: empenho na formação dos professores primários, através de bolsas de estudos no exterior e cursos de capacitação, promoção de eventos, como o I Seminário de Professores Primários e o I curso de especialistas em Educação para a América Latina , além de, como já exposto na citação de Cunha (1991), publicações próprias.

Segundo Xavier (1999, p. 67):

A idéia de formar pesquisadores educacionais e especialistas em educação consubstanciava a crença de que a multiplicação de lideranças tecnicamente competentes constituiria a base sobre a qual o sistema escolar e a vida educacional dos país da América Latina se ajustariam às necessidades de desenvolvimento cultural e econômico. A análise das atividades divulgadas pelas DEPES na revista do CBPE revela a ambição de promover a profissionalização de quadros aptos a liderarem os

processos educativos com base em critérios técnicos resultantes da aplicação dos conhecimentos científicos na solução e encaminhamento das questões educacionais. Os cursos oferecidos demonstram claramente essa tendência revelando ainda a intenção de formar um corpo técnico autônomo de especialistas e de pesquisadores dedicados essencialmente à temática educação.

Observa-se a presença marcante de organismos internacionais nas atividades dos Centros. Desde a posse de Anísio Teixeira à frente do Inep, já se destacava a participação da Unesco. Conforme Cunha (1991, p. 186):

Todas as atividades do CBPE e do CRSP – fossem elas ligadas à formação de recursos humano, ao desenvolvimento de pesquisas ou à simples divulgação de idéias por meio de seus boletins – pareciam norteadas por certos princípios: a educação deveria assumir um papel instrumental diante da condição histórica, política, econômica e social em que se encontrava o País.

A situação vivenciada no País era refletida nas pesquisas. Em pesquisa realizada por Xavier (1999), observa-se que as temáticas preferenciais, baseadas no primeiro número da revista de divulgação do CBPE, centravam-se nas questões que envolviam a mudança social. Lembrando que a década de 1950 foi marcada por uma sociedade em trânsito, na qual se via o aceleramento da urbanização e da industrialização.

A preocupação com os métodos científicos na arte de educar ganhou força no discurso e nas atividades dos Centros. Grandes intelectuais fizeram parte dos Centros: Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Cândido. Esses intelectuais, além de outras atividades, faziam parte ativamente dos centros como uma das estratégias para a Educação.

Conforme observou Xavier (1999, p. 253),

a ambição de transformar o campo educacional em área de aplicação científica por meio da implementação de um programa de pesquisas que visava transformar o Brasil em um imenso laboratório de pesquisas encontrava-se atravessada pela paradoxal relação entre ciência e política.

O desenvolvimento do Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório exemplifica a contento essa questão.

Os pesquisadores sociais brasileiros foram incentivados a tomar a educação e a escola como objeto de suas pesquisas. “A busca de padrões positivos de análise dos fenômenos sociais implicava, assim, a opção por determinadas metodologias de coleta e análise dos fatos, de acordo com o que se apresentava como científico, positivo ou mais refinado” (XAVIER, 1999, p. 148).

As pesquisas passaram a utilizar com maior frequência os métodos de inspiração norte-americana, como os estudos de comunidade, baseados na observação etnográfica e na análise de dados da realidade empírica, assim como proliferaram as técnicas de surveys. O CBPE foi marcado pelo culturalismo que, por sinal, influenciou nas pesquisas educacionais, por meio dos intelectuais brasileiros, que circulavam nos ambientes acadêmicos internacionais, e dos pesquisadores norte-americanos e europeus, que introduziram as linhas de pesquisas socioantropológicas. (XAVIER, 1999).

Após quase uma década de funcionamento e de contribuição efetiva para a pesquisa educacional, o CBPE sofre, entre os anos de 1961 e 1964, um processo de esvaziamento. Neste período, alguns intelectuais foram para Brasília, onde assumiram cargos políticos ou participaram da fundação da Universidade de Brasília (Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, por exemplo); além disso, “com o movimento político de 1964, o Inep perdeu sua característica de agência de produção de pesquisa, transformando-se em órgão essencialmente burocrático, e posteriormente, em agência financiadora de pesquisas e estudos da área”. (XAVIER, 1999, p. 246).

Apesar de tomarmos a criação do Inep como marco da atividade de pesquisa, para Cunha (1979), essas atividades antecedem a criação do Inep em 1938. De acordo com o autor, as atividades de pesquisa iniciam-se com Anísio Teixeira ao introduzir um serviço de Teses do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.

Porém, é a partir da década de 1940, que se observa um crescimento substantivo na pesquisa educacional. Entre a década de 1940 e parte da década de 1950, os estudos caracterizavam-se pela natureza predominantemente psicológico-pedagógica; posteriormente,

já no final da década de 1950, a predominância dos estudos passa a ser de natureza sociológica. Segundo Gouveia (1971, p. 2):

Nesse período que se prolongou até 1964, produziram-se, sob a responsabilidade de sociólogos e antropólogos, monografias, surveys e tentativas de análise macroscópica em que o foco da atenção são as relações entre a escola, ou o sistema escolar, e certos aspectos da sociedade local, regional ou nacional.

Gouveia (1971) ainda observa que, entre os anos de 1964 e 1971, a pesquisa educacional caracterizou-se com estudos de natureza econômica. Além dos aspectos econômicos, de acordo com Mello (1985), a pesquisa educacional pós-1964 chama a atenção para outro aspecto: o autor identifica o surgimento da segurança como um novo elemento no contexto da Educação. Observa-se, em suas palavras, a divisão do campo da pesquisa educacional:

[...] de um lado, uma tendência que poderíamos caracterizar como “oficial”, numa linha de pesquisa bastante voltada para o aprimoramento do próprio trinômio educação, desenvolvimento, segurança e, de outro, uma tendência de reflexão e, conseqüentemente, de investigação e de pesquisa educacional onde predominarão a crítica e a denúncia deste atrelamento da educação e do desenvolvimento às questões de segurança” (MELLO, 1985, p. 26).

Sobre essa divisão, nota-se que, de um lado, o papel da Educação é visto sob a óptica economista, onde havia interesse em encontrar técnicas para operacionalizar a preservação e o desenvolvimento existente. Para Goergen (1986, p. 6), “trata-se de um momento negativista e pessimista, porque se fixa numa crítica à Educação, que é percebida, exclusivamente, como uma atividade a serviço do aperfeiçoamento e perpetuamento do trinômio educação-desenvolvimento-segurança sem avanços para propostas novas”. Do outro lado, observa-se um posicionamento mais crítico nas pesquisas.

Esse posicionamento mais crítico é observado nos primeiros tempos da pós-graduação em Educação no Brasil. Sabe-se que a criação da pós-graduação se deu em pleno regime

militar. Logo que foi instituída, os primeiros resultados de pesquisas surgidas no exercício dos anos de 1970 revelaram estudos críticos, de contestação à própria política educacional da ditadura militar, o que, em si, é interessante porque a pós-graduação começou a se constituir em locus do pensamento crítico, divulgando inclusive o marxismo, numa época de censura a esse pensamento.

Desde a criação da pós-graduação, a história da pesquisa brasileira, conforme Silva, Abramowicz e Bittar (2004, p. VIII), toma outro direcionamento com “a criação dos programas de pós-graduação em Educação, no início da década de 1970, durante o regime militar, trazendo para as universidades a produção científica que, até então, se realizava fora dela”. Ainda, segundo as autoras, desde a edição do primeiro número da mais antiga revista da área – a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, surgida em 1944 – passando pelo advento da pós-graduação em Educação, em 1971, o processo de constituição da pesquisa educacional no Brasil teve avanços e recuos. Sobrevivendo ao período da ditadura militar no País, a pesquisa da área constitui-se num “espaço de contestação intelectual à própria política educacional da ditadura” (SILVA; ABRAMOWICZ; BITTAR, 2004, p. viii).

Durante muitos anos, a produção científica em Educação ficou centrada nos trabalhos de alguns professores vinculados às universidades brasileiras. O aumento dessa produção deveu-se, principalmente, ao surgimento dos primeiros programas de pós-graduação em Educação, como o da PUC-Rio, em 1965, e o da PUC-SP, em 1969. O aumento da produção científica via pós-graduação é observado na pesquisa científica brasileira em geral. Segundo a Capes (2006), os cursos de pós-graduação são responsáveis por mais de 80% de toda produção científica brasileira.

A partir de 1982, com a abertura política, a pesquisa em Educação brasileira toma novos rumos, voltando-se para a ação transformadora, onde a escola é vista com mais realismo e começa a aceitar as aspirações populares em relação ao ensino. Buscava-se superar o imobilismo reprodutivista, que se baseava principalmente nas idéias de Bourdieu e Passeron, o qual predominou durante a década de 1970. Havia então uma expectativa de mudança que trouxe esperança para o campo educacional.

Ainda no início da década de 1980, Gatti (1983) observa outra característica da pesquisa educacional, a falta de continuidade das pesquisas em decorrência da inexistência de grupos de pesquisa na Educação. Ressalta-se, porém, que, a partir da segunda metade dos

anos de 1980, inicia-se uma tendência de a produção científica concentrar-se em grupos de pesquisa.

Goergen (1986, p. 10) acrescenta outra crítica à pesquisa em Educação, a persistência de um acentuado modismo metodológico, “adoção de um determinado método é muitas vezes mais uma profissão de fé ideológica do que escolha de um caminho adequado à exploração do objeto em questão”.

Porém, é importante destacar que, a partir da década de 1980, houve a recuperação da pesquisa empírica, o que significou o aumento de pesquisas que abordavam a realidade brasileira, enfatizando a escola, a sala de aula, o professor, a sociedade.

O interesse em conhecer a pesquisa em Educação e levantar as principais tendências na área pode ser observado com maior destaque desde a década de 1970, quando quantidade significativa de textos foi produzida com o objetivo de delinear essa área; dentre esses trabalhos, podem-se destacar os de Gouveia (1970, 1974, 1976), o de Cunha (1979) e aqueles de Warde (1984, 1990a, 1990b).

Segundo Warde (1990a, 1990b), na década de 1990, houve um crescimento quantitativo da pesquisa em Educação associado à expansão dos cursos de pós-graduação. O Inep patrocinou no início dos anos de 2000, uma série de trabalhos que tinham como objetivo analisar o estado da arte da educação no Brasil. Essa iniciativa trouxe contribuições teórico-metodológicas para a área.

Em relação ao foco de pesquisa, André (2001) levanta as principais características da pesquisa em Educação: nas décadas de 1960 e 1970, os estudos da área de Educação centravam-se na análise das variáveis do contexto e no seu impacto sobre o produto. Na década de 1980, os trabalhos da área tinham como foco da pesquisa o processo educacional e, na década de 1990, as pesquisas voltaram-se para os problemas que emergiram do uso de novas abordagens. Segundo afirma André (2001), nos anos de 1980, ocorreu uma modificação de interesse, das questões genéricas (universais) para as problemáticas localizadas, em que as pesquisas são desenvolvidas em seu contexto específico, por exemplo, o estudo do currículo, do cotidiano escolar, das interações sociais na escola, etc. Nesse período, segundo a autora, abriu-se espaço para as abordagens críticas de pesquisa. De acordo com Gatti (2001), essa

mudança ocorreu devido ao descrédito de que as soluções técnicas iriam resolver os problemas da educação brasileira.

Conforme observa André (2001), para responder à problemática da educação e interpretá-la, é preciso lançar mão de enfoques multi/inter/transdisciplinares e de tratamento multidimensional. Foi o que aconteceu. Os pesquisadores da área educacional começaram a recorrer à antropologia, à história, à lingüística, à filosofia e não mais exclusivamente à psicologia ou à sociologia. Esta então pode ser outra característica dos estudos em Educação: a apropriação de estudos produzidos em outras áreas afins. Os estudos produzidos em outras áreas são utilizados como embasamento, já que a Educação não os avalia em uma perspectiva própria.

Sobre as questões teórico-metodológicas entre os pesquisadores da Educação, destacam-se Luna (1988) e Franco (1988), que trouxeram contrapontos importantes para a discussão. Luna (1988) trata da existência de um falso conflito entre tendências metodológicas da área de educação. O autor defende a idéia de que o próprio sentido da palavra metodologia era confuso, ora aproximando-se do âmbito das técnicas estatísticas, ora da filosofia ou da sociologia da ciência. O autor acredita que, se o pesquisador obedecer a todas as etapas de pesquisa, explicitando sua problemática, destacando os passos que o levam a obter a informação desejada, é possível avaliar seu produto dentro do referencial próprio do pesquisador. Sendo assim, o autor supõe que os conflitos metodológicos são falsos, pois só poderiam estabelecer-se no âmbito da ciência e de confrarias restritas.

Já Franco (1988) acredita que o conflito entre tendências metodológicas não é falso. Segundo a autora, os requisitos que Luna (1988) levanta como básicos em qualquer pesquisa, não são suficientes para expressar tendências metodológicas nem explicitar a abordagem teórica, muito menos expor o fio condutor que dá significado aos procedimentos que adota, quaisquer que sejam, e mesmo a investigação como um todo.

Segundo Gatti (2001), nas décadas de 1980 e 1990, nota-se uma busca de métodos alternativos aos modelos experimentais e aos estudos empíricos. Conforme Gatti (2001 p.73):

O confronto salutar, explicitado em todos esses trabalhos, foi o contexto no qual se avançou nos anos 90, nas produções e preocupações com a

pesquisa em educação. Conflitos entre posturas epistemológicas, métodos diversos e formas específicas de utilização de técnicas, avanços na explicitação do objeto, problemas de natureza institucional fazem parte da experiência nas lides dos que trabalham com a investigação científica.

Em relação ao direcionamento das pesquisas em educação, Gamboa (2002, p. web) observou que elas estão passando de um modelo teórico para um modelo de análise da realidade:

Se antes se estudava uma temática, hoje, se estuda uma problemática. Tem crescido, em grande medida, os estudos voltados à análise da política educacional brasileira, dos desdobramentos dessa política, dos problemas de alfabetização, das relações professor-aluno, da aprovação automática no ensino fundamental, da violência na escola.

A pesquisa em Educação no Brasil, segundo Schwartzman (1993), está dividida entre pesquisas voltadas para os aspectos pedagógicos e curriculares do ensino, geralmente desenvolvidas por especialistas em educação, e pesquisas voltadas para os aspectos institucionais e econômico-financeiros do problema, desenvolvidas por economistas e sociólogos. A crítica do autor em relação a essa divisão consiste na necessidade de unir as pesquisas entre educadores e não-educadores, de forma a buscar conhecimento e tecnologias no exterior e a melhorar a qualidade dos estudos para que os mesmos possam acompanhar os grandes e pequenos projetos educacionais criados por nossos governantes.

Gatti (2003, p.1) faz a seguinte observação em relação às críticas existentes sobre a estrutura da pesquisa educacional: “a educação tem-se caracterizado em sua história constitutiva pela grande diversidade de teorias e, um pouco mais tardiamente, de procedimentos de pesquisa, o que tem gerado áreas de oposição e confronto nas formas de compreensão de seus problemas”.

O que se observa na literatura é que a pesquisa em educação, durante várias décadas, foi modificando suas características. Houve mudança nas temáticas e problemáticas, nos referenciais teóricos, nas abordagens metodológicas e no contexto da produção dos trabalhos científicos. Essas modificações parecem estar relacionadas com o próprio contexto histórico

da sociedade. Embora haja críticas à atividade de pesquisa em Educação, não se podem deixar de mencionar os avanços quantitativos da pesquisa educacional no Brasil.

Segundo dados obtidos na Capes, atualmente, 96 cursos de pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) obtiveram nota igual ou superior a “3”, o que implica dizer que atendem ao requisito básico estabelecido pela legislação vigente para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, em decorrência, expedirem diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional. (CAPES, 2008). Hoje, existem cerca de 1.452 grupos de pesquisas da área de Educação cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq (HAYASHI, 2007). Como se pode observar, a área de Educação encontra-se muito bem representada no cenário científico brasileiro. Há espaço para a formação do pesquisador em Educação, além de grupos de pesquisa. A produção científica gerada é divulgada nos Eventos organizados por importantes entidades representativas da área (Anped, SBHE) ou em publicações periódicas do próprio campo.

O crescimento da produção científica brasileira foi uma realidade nos últimos anos. Esse crescimento ocorre, aparentemente, devido ao próprio contexto social global: uma sociedade competitiva e sedenta por informação, conhecimento e tecnologia, cujo lema, e porque não dizer “obrigação”, do pesquisador é criar, registrar, divulgar e ser reconhecido. Como foi observado, também na área da pesquisa em Educação, observa-se esse crescimento, o que nos leva a inferir que, no interior das áreas de conhecimento, também se observa uma espécie de corrida em busca da divulgação da produção científica.

4.2 Produção científica em História da Educação no Brasil

Na última década do século XX, surgiram sociedades nacionais e grupos permanentes de estudo em História da Educação no Brasil e em vários países, tais como: Portugal, Espanha, Chile, Colômbia, Argentina, México, Equador e Venezuela. Esses grupos, que se formaram em jornadas permanentes de estudo, organizaram Congressos Internacionais em países ibero-americanos, como, por exemplo, na Colômbia, no Brasil, na Venezuela, no Chile, na Argentina, em Portugal e na Espanha. A existência de eventos específicos em História da

Educação, bem como a organização de grupos de estudos sobre essa temática, fez surgir a necessidade de registrar, sistematicamente, a produção científica gerada nesse ambiente, além de análises da produção, que permitissem caracterizar essa massa documental de forma a levantar as problemáticas abordadas, os resultados obtidos, as tendências da pesquisa, a circunstância da pesquisa, as características da formação do historiador em educação e a formação de grupos de estudo.

Não serão abordados nesta tese todos os aspectos relacionados à produção científica resultante de eventos, apesar de ser importante para entender o desenvolvimento da História da Educação brasileira. O interesse particular neste trabalho é a análise dos artigos publicados em periódicos científicos do campo da Educação e História da Educação. Nesses periódicos, concentram-se os principais pesquisadores brasileiros que se dedicam ao estudo da História da Educação.

Os estudos sobre a produção científica em relação à História da Educação ganharam maior destaque a partir dos anos de 1980 com os eventos da Associação ANPED, da criação do Grupo de Estudos e Pesquisa: “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

A História da Educação foi objeto de estudos em 1984 na Revista *Em Aberto*, do Inep, com textos de pesquisadores da área que se propuseram a analisar este campo de conhecimento sob diferentes perspectivas.

Em 1986, Lopes fez um trabalho que pode ser considerado pioneiro no campo da História da Educação. O trabalho intitulado “*Perspectivas históricas da Educação*” trouxe novas questões relativas à problemática, aos métodos e a novos objetos. Em 1991, Ghiraldelli Junior publica o trabalho “*Sobre a discussão historiográfica da Educação no Brasil*”. Na visão de Zequera (2001), esses trabalhos trazem importantes contribuições para as pesquisas sobre a História da Educação no Brasil.

Vidal e Faria Filho (2003, p. 38) enfatizam que, nos últimos anos, é crescente o interesse pelos estudos que analisam a produção científica sobre História da Educação: “Estes estudos têm buscado delinear um panorama da atual historiografia em educação, destacando temáticas e períodos privilegiados pela pesquisa, bem como aportes teóricos mais recentes nessa escrita disciplinar”. Entre esses estudos, destacam-se alguns autores, como: Warde

(1990b), Lombardi (1994), Gamboa e Santos Filho (1995), Sanfelice (2000) e Saviani et al. (1998). Esses autores chamaram a atenção para a importância da análise dessa produção, bem como levantaram discussões epistemológicas sobre a produção dos historiadores.

De acordo com Lombardi (2000), o estudo da História da Educação tem a função de provocar reflexão, pois definir os fins educativos é definir, ao mesmo tempo, a sociedade, a cultura e o homem que se pretende formar. Lombardi (2000) mostra que a produção educacional brasileira no âmbito da produção histórica, por exemplo, dá-se no interior dos trabalhos que têm por objetivo analisar, e em alguns casos periodizar, a pesquisa educacional no Brasil, apesar do crescente interesse pelos estudos que analisam a pesquisa educacional. O autor observa que o debate sobre as principais questões da pesquisa-educacional tem-se concentrado a partir de algumas poucas iniciativas, geralmente associadas a pesquisadores ligados a alguma instituição, como é o caso do HISTEDBR, Inep e também a pesquisadores que participam do Grupo de Trabalho em História da Educação da ANPEd. Lombardi (2000) acrescenta que se pode facilmente “contar nos dedos” os principais trabalhos elaborados e que tratam da produção em História da Educação descritiva ou analiticamente.

A importância da pesquisa, porém, sobre a História da Educação brasileira, dá-se, principalmente, pelo desconhecimento de nossa própria história e, mais especificamente, da história dos nossos pensadores e pedagogos.

Em trabalho realizado em 1984, Warde aponta algumas preocupações com a pesquisa histórico-educacional no Brasil:

- a escassez de pesquisas histórico-educacionais alicerçadas em fontes primárias (documentais e outras);
- a insuficiência (quantitativa e qualitativa) de pesquisas que abranjam os diferentes períodos históricos e, nestes, que tratem de temas considerados basilares e que propiciem a produção de sínteses globalizantes;
- a deficiência e a problemática utilização de referenciais teórico-metodológicos, ponto de partida e de chegada do trabalho científico;
- a pobreza do debate em torno de questões metodológicas e teóricas da pesquisa educacional, absolutizada quando se trata do debate historiográfico. (WARDE, 1984).

Apesar de verificar-se a existência de trabalhos que analisam a produção científica sobre a pesquisa em História da Educação brasileira, nota-se que a percepção de alguns autores sobre a situação da pesquisa educacional não é tão animadora. Observa-se que há uma tendência para as pesquisas que priorizam a discussão sobre as práticas educacionais que, de certa maneira, é uma necessidade do campo, porém as discussões teóricas parecem estar sendo deixadas para o segundo plano. Sobre esse aspecto, destacam-se as palavras de Moraes (2001, p.10):

Meu argumento é o de que, no mais das vezes, a discussão teórica tem sido gradativamente suprimida das pesquisas educacionais, com implicações políticas, éticas e epistemológicas que podem repercutir, de curto e médio prazos, na própria produção de conhecimento da área.

Souza Júnior e Galvão (2005, p.397) acrescentam:

Por muito tempo, a História da Educação, no Brasil e também em outros países ocupou-se de estudar a organização dos sistemas de ensino e de ideário e discursos pedagógicos, baseando-se em fontes como leis, regulamentos, reformas educacionais e obras de grandes pensadores. Em virtude de sua aproximação com a filosofia da educação, essa história se tornou, muitas vezes, um estudo das recomendações. A História da Educação tratou muito pouco, até recentemente, das práticas escolares e do cotidiano escolar, pois, via de regra, procurou obter de tais fontes e objetos como o passado educacional se projetou.

Souza Junior e Galvão (2005) ressaltam ainda que os estudos sobre a História da Educação no Brasil deixaram mais evidentes a história política, a história das intenções dos sujeitos civis (pensadores) e dos sujeitos políticos (Estado). Segundo eles, “Muitas dessas pesquisas tiveram como objetivo a descrição de fatos notáveis e a ação dos sujeitos – quase identificados como personagens heróicos -, em um tempo histórico linear, ordenado de maneira cronológica e sucessiva a partir de uma lógica formal”. (SOUZA JÚNIOR; GALVÃO, 2005, p.397).

Nos últimos tempos, porém, nota-se, no campo de estudos sobre a História da Educação, uma nova forma de escrever a história. Os estudos passaram a ser mais localizados e contextualizados. Segundo Lopes e Galvão (2001), essa área passou a se preocupar com a organização e o funcionamento interno das escolas, com a expressão e/ou construção cultural do cotidiano escolar, com o estabelecimento do conhecimento, do currículo, das disciplinas escolares. Além das fontes oficiais, que têm recebido um novo olhar e um novo tratamento, outras fontes passaram a ser utilizadas, tais como a fotografia, a literatura, os manuais escolares, os jornais e revistas, a “história” oral, etc.

Goergen (1986, p.8) ressalta que a pesquisa educacional “superou a fase da crítica reprodutivista que dominou o cenário educacional ao longo dos anos 70”. Apesar de esta fase ter tido sua importância para o campo, devido ao pessimismo e imobilidade, não estava em consonância com a necessidade da população em busca de Educação para todos. “Neste contexto, ocorreu também a recuperação da pesquisa empírica, que deixou de ser execrada como uma mera descrição positivista de fatos e contagem de números que, em nada, contribuía para a análise mais profunda e para além das aparências da realidade educacional”. Ainda segundo Goergen (1986, p.8): “A reabilitação da pesquisa empírica significa a volta para a nossa realidade, para a nossa escola, a nossa sala de aula, o nosso professor e, também, para o relacionamento desta nossa escola com a sociedade na qual ela existe. Esta era uma condição indispensável inclusive para as elaborações teóricas mais amplas”.

O que se observa é que a passagem de uma pesquisa mais macro para uma pesquisa micro influenciou na escolha de outras temáticas e de outras metodologias para o desenvolvimento das pesquisas educacionais. Essa característica do campo da pesquisa educacional que se perpetua até hoje, envolve também a pesquisa em História da Educação.

Warde (1984), num texto que faz balanço e avaliação crítica das dissertações e teses em História da Educação Brasileira, de 1970 a 1984, elaborado nos programas de pós-graduação na área de Educação, identificou tendências presentes da produção historiográfica do período estudado. Embora tenha constatado a existência de tendências teóricas nos trabalhos, a autora observou a ausência da discussão dos caminhos teóricos e metodológicos da historiografia da educação brasileira. Em um segundo momento, ao retomar seu estudo, conforme relata Bittar (2006), Warde chega a afirmar que, por incapacidade de enfrentamento filosófico, o conceito de pesquisa fora abandonado, tornando-se “primitivo”, passando-se a discutir, em seu lugar, “as vantagens e desvantagens da pesquisa qualitativa x pesquisa

quantitativa, teórica x empírica (prática?), dialética x positivista... parece que acabamos por optar pela velha senda: adjetivar para não enfrentar o substantivo”. (WARDE, 1984, p. 7).

O estudo de Warde (1984) identificou as principais temáticas abordadas, os períodos mais estudados e as referências teóricas em que se basearam os trabalhos. Em relação à temática, a autora distingue como mais relevantes aquelas que se referem ao Estado. Quanto à periodização, a autora observou que, “independentemente do objeto e da ótica a partir da qual é tomada, a periodização é dada pelos marcos consagrados na chamada referência « política» - Colônia, Império, Primeira República, Período Vargas, República Populista e o Pós-64”. (p.1). É possível, conforme relata a autora, observar duas tendências de estudos: aquela cujo objeto determina a periodização ou aquela cujo objeto independe da periodização como marco.

Os estudos que tratam do período colonial, abordam, basicamente, o caráter elitista da educação jesuítica. Ao tratar do Império, os estudos desconsideram o ensino elementar. A grande maioria se refere à etapa Republicana, predominando ou a Primeira República ou a Era Vargas (o Estado Novo). Muitos estudos são sobre os anos 30, pois há uma tendência a voltar a eles para explicar 1945-1964; estes estudos falam da organização escolar e da legislação, ora o Estado e as Leis Orgânicas dos anos de 1937 e 1945, ora um paralelo entre os anos 1930/1937 e pós - 1964, focalizando-se no exame dos conteúdos ideológicos da legislação do ensino ou dos movimentos populares. (FERREIRA, 1994).

Os estudos sobre a pesquisa em História da Educação revelam que alguns períodos da história da educação brasileira são menos favorecidos do que outros, em relação à quantidade de trabalhos. No período colonial, por exemplo, principalmente a fase jesuítica, alguns temas permanecem na sombra ou ainda poderiam ser mais bem explorados. O pesquisador que prioriza este recorte temporal em suas pesquisas, necessita de maiores investimentos, pois as iniciativas de digitalização de fontes primárias existentes no Brasil e no exterior e o financiamento para pesquisa, através de agências de fomento, não conseguem quebrar todas as barreiras existentes para uma pesquisa histórica.

Conforme referiu Assunção (2006), os documentos considerados mais importantes sobre o período colonial geralmente se encontram em Portugal, Espanha e Holanda. O deslocamento para esses países, associados às dificuldades de caráter paleográfico e de variações lingüísticas que as fontes primárias apresentam, são fatores que consomem recursos

e tempo nas pesquisas, fazendo com que o trabalho do pesquisador seja árduo, moroso, pouco atrativo e nem sempre valorizado.

Bittar (2006), ao falar sobre as lacunas existentes na produção científica que aborda a temática educação colonial brasileira, dá outra justificativa ao pouco interesse pela temática educação jesuítica. Para essa autora, enquanto alguns temas e períodos são candentes e proporcionam prestígio, a temática da educação jesuítica não desperta o mesmo interesse, a despeito de ter estado na gênese da formação da sociedade brasileira e de nela ter deixado marcas indeléveis.

Silva, Bittar e Hayashi (2007) identificaram os principais pesquisadores que publicaram artigos científicos que abordam a temática História da Educação no Brasil no período colonial. Esses autores destacaram a necessidade de maior conhecimento das pesquisas realizadas sobre este período da História da Educação Brasileira, haja vista que mesmo com o crescimento e consolidação da produção científica brasileira na área de educação, pouco se tem pesquisado e publicado sobre este período da História da Educação.

A escolha por um tema de pesquisa é uma questão importante de ser levantada, a esse respeito citamos o trabalho de Bourdieu (1998). Ele trata da existência de uma hierarquia social dos objetos, ou seja, o campo científico impõe certa censura a alguns objetos. Conforme afirma Bourdieu (1998, p. 35), “a definição dominante das coisas boas de dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso”. Bourdieu (1998) acrescenta, ainda, a hierarquia social dos objetos à existência de uma hierarquia de domínios que orienta os investimentos intelectuais dos agentes, mediados pela estrutura de oportunidades de lucro material e simbólico. Algumas temáticas são mais atrativas devido ao impacto que ela causará no campo científico. O que se pode simplificar dizendo que existem temas da moda que dão notoriedade ao pesquisador.

Em 1995, Barreira investigou as concepções de história e da ciência da história, presentes em teses de História da Educação defendidas nos programas de pós-graduação da região Sudeste no Brasil. O autor contribuiu para esse debate ao construir categorias de análise dessa produção, chegando à seguinte conclusão em seu estudo:

Em síntese, os temas investigados na historiografia recente da Educação brasileira, assim como os motivos que orientam tanto a escolha quanto o recorte desses temas, encontram-se intimamente articulados aos interesses particulares, particularíssimos, dos seus autores. Raramente encontramos, no conjunto de teses e dissertações examinado, trabalhos que resultem de projetos coletivos de pesquisa. Isto talvez explique, hipoteticamente, o porquê de essa produção apresentar, no que diz respeito ao conjunto dos temas nela contemplados, características tão lacunares e residuais, como as apontadas pela crítica historiográfica que a tomaram como objeto de estudo. (BARREIRA, 1995, p. 91).

Quanto aos aspectos teóricos, Santos (1989) argumenta que os modelos teóricos, metodológicos e conceituais evoluem historicamente com a sua aceitação e modo de aplicação; além do tempo, seu reconhecimento e aplicação também dependem do nível de autoridade do grupo de cientistas dentro da comunidade científica.

Em relação às abordagens adotadas nas pesquisas, Dalarosa (2000) enfatiza a pertinência e a necessidade da abordagem marxista para o estudo e a pesquisa em História da Educação. Segundo o autor, o marxismo nunca se pretendeu absoluto (única explicação possível), devido aos seus princípios básicos de historicidade e dialética. Porém, não ter nenhum paradigma é uma lacuna que somente pode ser preenchida com o ecletismo. Para o autor, a importância do estudo da história consiste no fato de perceber quais os mecanismos que historicamente interferem na construção das relações sociais e nos processos de exclusão e dominação e também que podem possibilitar transformação das condições materiais em que vivem os homens.

Outro ponto a destacar é que não há como estabelecer uma separação entre o pesquisador e o que ele estuda. A pesquisa traz em seu bojo valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador. Segundo Ludke e André (1986, p.3), “os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa”.

Em relação à análise das pesquisas sobre História da Educação sob o enfoque teórico - metodológico, apresenta-se a tese de Zequera (2001), que fez análise das tendências teórico-metodológicas tendo como fonte de dados os congressos Ibero-americanos. A autora faz uma reflexão crítica sobre os métodos e sobre as referências teóricas da pesquisa histórica e esclarece, ainda, a relação entre História e historiografia, entre historiografia, epistemologia da História, teoria do conhecimento histórico e Filosofia da História. Para Zequera (2001), esses são termos polissêmicos e não consensuais. Para Topolosky (1985, p.4), por exemplo, a

palavra “história” tem, no mínimo, três significados: “a) fatos passados, b) reconstrução desses fatos e c) resultados da reconstrução desses fatos por parte do historiador. Já o termo “historiografia” está mais ligado à escrita da história, sendo, portanto, história a entidade ontológica, e historiografia o fato de escrever a história. A historiografia também é utilizada para designar a produção escrita a respeito dos temas históricos”.

Zequera (2001) faz a seguinte afirmação em relação às tendências teórico-metodológicas:

- O atual debate teórico-metodológico em História da Educação apresenta características semelhantes ao debate que acontece na História;
- a História da Educação, como história setorial, não pode ser alheia às orientações teórico - metodológicas dominantes na história;
- a História da Educação ganha maior especificidade e autonomia com relação à pedagogia e às demais ciências da Educação, na medida em que se aproxima da História;
- Por sua vez, o debate teórico-metodológico na História da Educação pode ser compreendido no campo da teoria do conhecimento e dos diversos processos de construção do conhecimento histórico.

Para Zequera (2001), o debate teórico-metodológico em História da Educação deve ser entendido no contexto das concepções de ciência, que fundamentam as várias formas de trabalhar a pesquisa em História e, por sua vez, compreender estas no contexto das teorias do conhecimento, que fundamentam a produção científica da História, e da História da Educação, em particular.

Sobre a caracterização da História como ciência, Zequera (2001) ressalta que após a dissolução das grandes escolas responsáveis pela orientação do trabalho historiográfico, os pesquisadores deparam-se com a dispersão de concepções, a pluralidade dos métodos e a falta de princípio explicativo ou compreensivo universal que dê unidade de sentido ao processo histórico. (ZEQUERA, 2001).

Para melhor compreensão da caracterização das pesquisas da História da Educação, acrescenta-se o questionamento de Lombardi (2004, p. 150): Como entender a História da Educação? Segundo o autor,

muitos de nós tendemos a pensar a História da Educação como uma disciplina com status científico, estando muito além de constituir-se em mera disciplina curricular e acadêmica. No meu entendimento, a História da Educação só pode se constituir uma disciplina diferenciada, isto é, um campo de conhecimento próprio e que se reivindica científico, na perspectiva de ampliação e aprofundamento da concepção e classificação da ciência característica a matriz positivista e suas variantes. Nessa perspectiva, é admissível a especialização do conhecimento, comportando a defesa de disciplinas altamente especializadas em que a própria denominação da disciplina se confunda com o seu objeto de investigação. Creio que o mais adequado é considerar que a História da Educação está indicando o objeto de investigação – a educação-, a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação da Ciência da História.

Observa-se que os questionamentos em relação às tendências teórico-metodológicas das pesquisas em História da Educação se relacionam à própria concepção do campo da História da Educação que ora possui características inerentes ao campo da História, ora apresenta características intrínsecas ao campo da Educação. Ribeiro (1995) ressalta que os estudos sobre a pesquisa em História da Educação apontam para a necessidade de aprofundar o debate teórico- metodológico em História da Educação, já que, segundo estes estudos, existe um vazio teórico na formação do pesquisador, no campo da História da Educação.

Em relação a esta discussão, Lombardi, Saviani e Sanfelice (1999, p. 8) fazem a seguinte observação:

Apesar da longevidade do debate historiográfico e epistemológico na história, ele é muito recente na história e na historiografia educacional no Brasil. Cronologicamente, surgiu com os estudos sobre a produção no campo da educação, tendo uma dupla estimulação. Por um lado, emergiu no embalo da complexificação da pesquisa educacional no Brasil, resultante da criação e consolidação dos programas de Pós-Graduação, por outro lado, resulta da organização (ou re-articulação), em âmbito nacional, de associações e instituições de pesquisa em educação. Isso pode ser referido através de uma revisão bibliográfica sobre o que foi produzido no âmbito da historiografia da educação, pela qual se chega às seguintes conclusões preliminares: tal produção é realmente muito pequena em relação à quantidade de trabalhos produzidos (p. 8).

Apesar de Lombardi, Saviani e Sanfelice (1999) ressaltarem que a quantidade de pesquisa na história educacional é muito pequena, observa-se que essa constatação já não é a

mesma, como será apresentado mais adiante. Atualmente, com a consolidação de associações e grupos de pesquisa, com o aumento e importância atribuída aos periódicos científicos, a pesquisa em História da Educação encontrou meios para seu desenvolvimento e disseminação. Porém, a ausência de discussões teórico-metodológicas é o que provoca críticas a esses estudos.

Sobre as obras que tratam da História da Educação, Zequera (2001) categoriza as reflexões sobre a pesquisa em História da Educação em cinco situações diferentes: a) obras gerais que analisam a evolução da História da Educação e os componentes do método histórico; b) publicações de caráter didático que incluem diversas considerações teóricas; c) trabalhos específicos que examinam a historiografia educativa e a sua relação com as grandes correntes da historiografia em geral; d) em publicações sobre o método histórico, e e) comunicações que abordam, em sua maior parte, o problema das fontes em História.

Entende-se que todo campo científico possui obras clássicas que se tornam presentes nas principais reflexões do campo. Em relação às fontes utilizadas na pesquisa sobre a História da Educação brasileira, pode-se citar Ferreira (1994, p. 5), que diz:

A História da Educação Brasileira depende de determinadas obras, fontes históricas, que dão a ela sua historicidade e, portanto, seus momentos constitutivos. Momentos onde o testemunho da fonte histórica não será só memória, mas elemento de interpretação. A preocupação não está em descobrir algo novo, nem dar uma nova conotação, mas na tentativa de refazer as conexões contraditórias da própria realidade histórica.

Ferreira (1994) levanta uma questão que também se mostra importante, já que também se parte, daqui, da idéia de que, na pesquisa sobre História da Educação brasileira, sempre haverá a citação de obras consideradas clássicas para o campo. Nesse sentido, esta tese pretende levantar, nos periódicos analisados, os autores que são mais citados nesses estudos. E, a partir daí, esta pesquisa será direcionada para afirmar, ou não, a ocorrência de autores clássicos presentes nesta produção científica.

Catani e Faria Filho (2002) realizaram análise dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho da ANPEd, entre 1984 e 2000. Após quantificarem as referências citadas nos

trabalhos, verificaram que os seguintes autores se destacaram: P. Bourdieu, R. Chartier, M. Foucault, J. le Goff, M. de Certeau e K. Marx. Os resultados obtidos na pesquisa de Catani e Faria Filho (2002, p.60) expressam a importância desses referenciais para a pesquisa educacional. Para eles,

(...) investigar as formas como pesquisadores têm dialogado com as várias correntes historiográficas, como marxismo, história cultural, história das mentalidades ou o estruturalismo (e pós-estruturalismo) pode apontar tanto para permanências quanto para acomodações da historiografia educacional a novos referenciais analíticos.

Nesse sentido, devido à importância do confronto de idéias para a construção de arcabouço teórico no campo da História da Educação brasileira, citar-se-á o questionamento de Edgar Morin (2000, p.79): “de que nos serviriam todos os saberes parcelados, se não os confrontássemos, a fim de formar uma configuração que responda às nossas expectativas, às nossas necessidades e às nossas interrogações cognitivas ?”.

No que tange a esta pesquisa, faz-se valer dessa afirmação para novamente justificar o interesse em mapear a pesquisa em História da Educação através de artigos científicos publicados, esperando levantar os principais autores que compõem o arcabouço teórico dos artigos. A melhor maneira de se chegar a esse resultado é realizar a análise das citações presentes nos artigos.

Enfim, pode-se observar que as pesquisas em História da Educação não estão sendo esquecidas, pois há o interesse eminente de análise dessa produção científica. Embora, nesta breve apresentação, destacou-se o estudo de Míriam Warde (1984), verifica-se que estudo da historiografia em educação é tema de reflexão de pesquisas acadêmicas e de vários balanços efetuados no final de congressos de História da Educação como o I Congresso Brasileiro de História da Educação (Rio de Janeiro / 2000) e do I ao IV Luso-brasileiros de História da Educação (Porto / 1996; São Paulo / 1998; Coimbra / 2000; Porto Alegre / 2002), ou por encomendas de Grupos de Trabalho, como o GT História da Educação da ANPed e HISTEDBR. Esses estudos, de acordo com Vidal e Faria Filho (2003), buscam destacar as temáticas e períodos privilegiados pela pesquisa, bem como aportes teóricos mais recorrentes.

4.3 Canais de Publicação da área de Educação

Nesse momento, pretende-se apresentar os canais de publicação da área de Educação com a intenção de mostrar de que forma a produção científica em Educação vem sendo divulgada na área. A intenção, porém, não é fazer uma descrição exaustiva, e, sim, apresentar algumas considerações a respeito das fontes.

No Brasil, as universidades respondem quase que exclusivamente pela produção científica. Essas instituições, cada vez mais, incentivam os membros de sua comunidade acadêmica a aumentarem sua produção científica, alicerçadas nas exigências das agências financiadoras e avaliadoras, como a Capes, Fapesp, CNPq, etc. A produção acadêmica tornou-se indicador de competência de um pesquisador e/ou de uma instituição. A comunidade acadêmica acabou incorporando a idéia de comunicação de sua produção científica como forma de reconhecimento de seu trabalho.

A comunicação da produção científica pode ser realizada através de canais formais, como periódicos, livros e outros canais publicados e veiculados por editores comerciais; e por canais informais, conhecidos como literatura cinzenta.

A literatura cinzenta é caracterizada por relatórios institucionais, técnicos, de pesquisa, etc., pelas comunicações apresentadas em eventos, as conferências, pré-prints, teses, traduções, patentes, publicações oficiais, os anais e atas de reuniões. (POBLACIÓN, 1992). No entanto, no contexto atual, com a disseminação das bibliotecas digitais de teses e dissertações, este tipo de publicação já não se enquadra mais nesta definição. Haja vista que, de maneira geral, a literatura cinzenta é definida como todo material de difícil acesso que não pode ser localizado através dos canais normais de vendas. Para Población, Noronha e Curras (1995), a literatura cinzenta caracteriza-se como sendo um material com tiragem reduzida, divulgação restrita e dificuldade de acesso. A autora ainda ressalta que este material flui com rapidez entre os pares pelo fato de ser despida da formalidade exigida para a apresentação de documentos convencionais.

Dentre a literatura cinzenta, os eventos científicos são considerados os meios mais eficientes e rápidos para a comunicação e intercâmbio de idéias. Geralmente, o produto dos eventos científicos são os anais, que podem ser distribuídos em formato impresso, CD-ROM e

on-line. A característica principal desta tipologia documental é a distribuição física e restrita e, em alguns casos, um detalhamento maior da pesquisa em relação a outras comunicações.

Población, Noronha e Curras (1995, p. 1), há mais de treze anos, anunciavam que “a velocidade com que a informação é difundida tem privilegiado os canais informais de comunicação, criando condições adequadas para o crescimento vertiginoso dos documentos apresentados sob as formas não-convencionais”.

Realmente, o que se verifica hoje é que os eventos científicos, por exemplo, são prestigiados pelos pesquisadores, alcançando o reconhecimento de toda a comunidade científica devido às especificidades das temáticas tratadas e da maneira rápida de divulgação. As diversas áreas do conhecimento organizam simpósios, congressos, jornadas, seminários, encontros, etc., os quais, geralmente, são organizados com a iniciativa de grupos de pesquisa e/ou instituições e acabam tendo continuidade, como é o caso de eventos que já estão ou passaram da 90ª edição, como o XC Congresso Brasileiro de Olericultura, ocorrido em Águas de São Pedro – SP, em 2000.

Em relação à divulgação da comunicação científica da área de Educação, Hayashi et al. (2006, p. 2085) ressaltam que,

na atualidade, as facilidades de acesso, produção e disseminação de informação, aliada a uma enorme quantidade de publicações eletrônicas têm provocado repercussões na comunidade científica e modificado as estruturas de produção e divulgação científica. Desta perspectiva, pode-se verificar que foram ampliados os espaços de produção e divulgação de conhecimento em educação no País. Isto implica a existência de um conjunto significativo de trabalhos de pesquisa na área de educação que disponibilizam esta produção científica em diversos veículos de divulgação científica, exclusivamente na Internet.

Os resultados de pesquisas em Educação, bem como o resultado de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estão cada vez mais disponíveis na Internet. Apesar da preocupação com a qualidade do que está publicado na rede mundial, nota-se que muitos sites oficiais publicam conteúdos confiáveis. Na área de Educação, existem sites institucionais como os do Inep, ANPEd, HISTEDBR, SBHE, que contêm informações importantes para

área de Educação e História da Educação. A biblioteca eletrônica Scielo, por exemplo, disponibiliza o conteúdo de várias revistas científicas, inclusive da área de Educação. Existem também bases de dados especializadas na área de Educação, como a ERIC, disponível publicamente no Portal de Periódicos Capes e a Francis de acesso restrito, por exemplo, que são importantes fontes de pesquisa de acesso eletrônico.

Nota-se que, a partir da segunda metade dos anos de 1980, tem sido mais comum a produção da pesquisa científica em grupos de pesquisa. O agrupamento de pessoas em torno de uma problemática de investigação é o que principiou a criação desses grupos de pesquisa. A tendência de formação de grupos de pesquisa especificamente em História da Educação, surgiu com a necessidade de se organizar a produção do conhecimento no âmbito da pós-graduação. (DOSSIÊ, 2001).

Hayashi (2007) verificou que, em 2004, havia 108 grupos de pesquisa na subárea História da Educação presentes no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil / CNPq. Esses grupos respondiam por um quantitativo de mais de 30.000 publicações. Esse resultado reforça a tendência da disseminação da pesquisa educacional por meio de grupos de pesquisa, substituindo a tendência anterior da pesquisa isolada.

Sendo assim, as associações e grupos de pesquisas são grandes disseminadores do conhecimento através de suas publicações e dos eventos organizados. A importância desses órgãos como canais de publicação é reconhecida pelo seu compromisso com a pesquisa educacional.

4.3.1 Associações e Grupos de Pesquisa em Educação e História da Educação

Destacam-se, a seguir, três organizações importantes para a área de Educação e História da Educação: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), o Grupo de Estudos e Pesquisas “História Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Essas organizações são referências para a divulgação da pesquisa e comunicação científica deste campo de conhecimento.

A ANPED surgiu depois de uma proposta de institucionalização de um sistema auto – regulador na política de pós-graduação em Educação, formulada pela CAPES em 1976. Porém, somente em 1978, “o processo de institucionalização da ANPEd é retomado e, passa, então, a ser criticado por uma corrente instituinte questionadora dos veículos de uma associação nacional de cursos de pós-graduação em Educação com a política de pós-graduação”. (CARVALHO, 2001, p.134). A ANPEd foi então fundada em 1978 com a nomenclatura de Associação Nacional de Cursos de Pós-Graduação e, em 1984, alterou o nome para Associação Nacional de Pós-Graduação e de Pesquisa em Educação.

Durante a 7^a. Reunião Anual da ANPEd, em 1984, foi criado o Grupo de Trabalho História da Educação. Um dos objetivos do Grupo foi “assegurar dinâmicas de discussão de temas, questões, categorias de análise e procedimentos metodológicos, com a finalidade de rever, articular e incentivar a produção historiográfica sobre educação” (CARVALHO; SAVIANI; VIDAL, 2006, p. web). O Grupo de Trabalho teve como função difundir a produção científica gerada nos cursos de Pós-Graduação, além de exercer um papel determinante no movimento de renovação teórica, temática e metodológica da educação.

Os eventos organizados pela ANPEd trazem contribuições importantes para a área de educação, dada a excelência dos trabalhos apresentados. A qualidade dos trabalhos pode ser, em grande parte, atribuída às exigências dos critérios para o aceite dos trabalhos por meio de um sistema de avaliação entre os pares.

A ANPEd publica desde 2000 a *Revista Brasileira de Educação(RBE)*, além de organizar eventos anuais, como a ANPEDINHA, que prioriza a divulgação dos trabalhos regionais, e a ANPEd, caracterizada por ser um evento nacional.

Após oito anos da fundação da ANPEd, no meio de toda a discussão sobre os novos caminhos a percorrer da Educação, foi criado, em 1986, o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Segundo Carvalho, Saviani e Vidal (2006), o Grupo organizou-se na Unicamp, com uma estratégia desenvolvida em três frentes: a primeira era aumentar a participação de novos pesquisadores para a área de História da Educação, estimulando a criação de núcleos de pesquisa nas Universidades de todo o País em torno de um programa de coleta e de organização de fontes primárias e secundárias. Em uma segunda frente, tratava-se de articular tais grupos mediante a promoção de encontros e seminários e de uma rede informatizada de difusão e troca de informações. Em uma terceira

frente, tratava-se de promover a discussão teórico-metodológica e a crítica das novas concepções historiográficas e de seus pressupostos.

A princípio, o Grupo foi constituído com o nome de “Núcleo Permanente de Pesquisas” e era formado por doutorandos em Filosofia e História da Educação da Unicamp, orientados pelo Professor Dr. Dermeval Saviani. Logo depois, os docentes e seus orientandos da Faculdade de Educação da Unicamp vieram a fazer parte do Grupo.

Segundo Saviani (1998, p. 7), o Grupo surgiu “com a preocupação em investigar a História da Educação pela mediação da sociedade”. O que significou, segundo o autor, “a busca de uma compreensão global da educação e seu desenvolvimento”. Desde sua constituição, até hoje, o HISTEDBR vem cumprindo seu papel junto à comunidade, contribuindo para as pesquisas sobre História da Educação.

O Grupo de Estudos e Pesquisas “História Sociedade e Educação no Brasil” está cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, e está definido da seguinte maneira:

o Grupo define-se pelo amplo campo de investigação no qual a temática da educação, entendida como intrinsecamente articulada com a sociedade (quer como parte de uma dada sociedade num tempo determinado, quer como econômica, social e politicamente determinada), é trabalhada desde a História, com os métodos e teorias próprios e característicos dessa área do conhecimento. A denominação "História, Sociedade e Educação" se vincula a um entendimento que remete ao historiador - aquele que exercita a História com seus métodos, teorias e instrumentais - a tarefa de dedicar-se, entre outros objetos e problemas de investigação, à educação que, por sua vez, não é mera abstração, mas é social, geográfica e historicamente determinada. (DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, s.d., p. web).

A constituição de grupos de trabalho e pesquisa na área de Educação contribuiu para o surgimento de uma comunidade numerosa de investigadores em História da Educação. Destaca-se, porém, que a constituição dessa comunidade deveu-se também pelo contato entre pesquisadores nacionais e estrangeiros da área, que ocorreu principalmente durante os Congressos Ibero-Americanos de História da Educação e dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação. Conforme afirmam Carvalho, Saviani e Vidal (2006, p. web), “o

contato com a historiografia educacional estrangeira – especialmente a francesa, a espanhola e a portuguesa - forneceu cânones e linhas de pesquisa que, já consolidadas nesses países, evidenciaram-se férteis e potencialmente capazes de promover um maior intercâmbio entre os pesquisadores da área”.

Já no final do século XX, em assembléia realizada em Caracas, foi constituída uma comissão encarregada de coordenar o processo de organização da entidade representativa dos historiadores brasileiros da educação. Esse processo durou quatro anos, e foi então criada, em 1999, a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). A SBHE nasceu de uma necessidade de se ampliar os espaços de exposição e de discussão de trabalhos, já que o número de pesquisadores nesta área havia aumentado significativamente.

Segundo Carvalho, Saviani e Vidal (2006, p. web),

o processo de estruturação da Sociedade Brasileira de História da Educação decorreu da configuração do campo da História da Educação no Brasil. Este, por sua vez, se insere no âmbito do processo mais amplo de organização do campo da educação, cujas origens remontam à criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Criou-se, assim, um espaço específico para as discussões das questões da área assim como para a apresentação e debate da produção que vinha se desenvolvendo principalmente nos Programas de Pós-Graduação.

A organização da associação representativa dos historiadores da educação brasileira representou muito para a área. A SBHE conseguiu atingir seu objetivo de abrir espaço para a apresentação, discussão e divulgação da produção da área representada pelos Congressos Brasileiros de História da Educação e pela publicação da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE).

Apesar de a ANPED ter sua gênese um pouco distinta da SBHE e do HISTEDBR, ou seja, ela nasceu inserida no Estado, como uma proposta da Capes para a auto-regulamentação de pós-graduação, verifica-se que essas organizações nasceram da necessidade de organização da produção científica das áreas, já que o aumento da produção científica trazia questionamentos em relação à dispersão. Por outro lado, essas organizações

tornaram-se alicerces para a pesquisa educacional além de contribuírem para a aproximação dos pesquisadores da Educação e História da Educação.

4.3.2 Periódicos Científicos da área de Educação e História da Educação

No campo da comunicação científica, verifica-se a existência de uma tendência geral de a produção científica ser publicada em periódicos científicos. Observa-se que, apesar de os livros serem fontes importantes para a divulgação da produção científica da área de Educação e História da Educação, os periódicos têm sido classificados como mais impactantes na avaliação da Capes. Segundo Catani e Bastos (2002, p. 7), “as revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional”. Os autores ainda complementam que as revistas de ensino possuem dupla alternativa aos estudos histórico-educacionais:

Ao serem tomadas simultaneamente como fontes ou núcleos informativos para a compreensão de discursos, relações e práticas que ultrapassam e as modelam ou ao serem investigadas, de um ponto de vista mais interno, se assim se pode dizer, quando então se configuram aos analistas como objetos que explicitam em si modalidades de funcionamento do campo educacional (CATANI; BASTOS, 2002, p. 7).

Como já exposto anteriormente, as fontes de dados desta pesquisa são os periódicos: *Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)* e *Revista Brasileira de Educação (RBE)*. No entanto, ressalta-se que estes dois periódicos científicos da área de Educação, de abrangência nacional, foram antecidos por uma publicação que é referência neste campo de conhecimento. Trata-se da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*.

A RBEP é a revista mais antiga da área de Educação. Editada pelo Inep, a Revista surgiu em 1944, antes mesmo da implantação dos primeiros cursos de pós-graduação no País. A RBEP publica artigos resultantes de estudos e pesquisas que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento educacional e que podem oferecer subsídios às decisões

políticas na área. Desta maneira, haja vista que a RBEP fez parte de muitas transformações no cenário político educacional brasileiro, pode-se considerá-la uma fonte rica de informações sobre a constituição da pesquisa educacional no Brasil.

A importância da RBEP pode ser medida pelos inúmeros trabalhos que a utilizaram como fonte de informação para mapear o conhecimento científico produzido sobre a Educação. Dentre esses trabalhos, pode-se destacar o de Saviani (1984), que estabelece uma periodização das principais concepções de Filosofia da Educação no Brasil, tomando como ponto de referência os artigos veiculados pela RBEP. Rosas (1984) fez um estudo tendo como ponto de partida os artigos publicados na RBEP. O autor assinala o papel exercido pela RBEP, na divulgação de temas psicológicos, e lança a proposta de que a Revista volte a promover o intercâmbio entre a Psicologia e a Educação. Ainda em 1984, destacam-se o trabalho de Castro, que investigou alguns aspectos da experiência didática brasileira presentes nos textos publicados na RBEP, e o trabalho de Buffa, que verificou a atuação da RBEP na defesa do ensino superior público.

Em 1990, Gandini defendeu a tese intitulada: *RBEP (1944-1952): intelectuais, educação e Estado*. A autora refere-se particularmente às teorias políticas e sociológicas presentes nos artigos publicados na RBEP. Vidal e Camargo (1992), com o objetivo de estudar periódicos para a realização de análises históricas, estudaram o *Boletim de Educação Pública* e a RBEP. Segundo os autores, os estudos envolvendo a imprensa periódica especializada, possibilitam a leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Ainda na década de 1990, Sguissardi e Silva Junior (1998) estudaram a trajetória do tema Educação Superior na RBEP.

Verifica-se, no trabalho publicado por Alvarenga (2000), que os princípios e instrumentais metodológicos da bibliometria (Ciência da Informação) e da arqueologia do saber (Michael Foucault) se constituíram nos principais fundamentos teórico-metodológicos para a obtenção de subsídios para uma descrição do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. A autora buscou nesta pesquisa trazer contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil através da análise bibliométrica de artigos da RBEP, que foram publicados entre 1944 e 1974. Esse artigo publicado por Alvarenga (2000) é baseado em sua tese defendida em 1996 (ALVARENGA, 1996). A pesquisa de Alvarenga, assim como esta tese, utiliza aportes da Ciência da Informação para contribuir com os estudos da pesquisa educacional. Alvarenga (2000, p. 257) conclui seu artigo com a seguinte

afirmação: “ressalta-se o evidente potencial dos estudos bibliométricos, para a construção de enunciados objetivos no processo de descrição da evolução de um campo de conhecimento”. Tomando como base a experiência da autora, espera-se, também, que a aproximação da Ciência da Informação e da Educação traga resultados interessantes para a pesquisa educacional.

Já Bragança (2001) buscou concepções sobre docência e formação em artigos publicados pela RBEP na década de 60. Xavier (2002) verificou a relação entre tecnologias da comunicação e educação na perspectiva da RBEP entre os anos de 1944 e 1994. Dantas, em 2003, analisou a gestão de Lourenço Filho no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a organização da RBEP e de Gil (2003) analisou o discurso oficial na década de 1940 sobre a questão do analfabetismo a partir da análise dos artigos publicados entre 1944 e 1952 na RBEP, e, finalmente em 2004, Rothen em sua tese de doutorado verificou se a RBEP é um instrumento utilizado pelos conselheiros ligados ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ou aos seus signatários para exercer a liderança intelectual e moral da Reforma Universitária.

Especificamente no campo das pesquisas em História da Educação, a Revista *Em Aberto* foi a primeira a ser publicada, em 1981. A Revista *Em Aberto* é considerada periódico monotemático que tem por objetivo estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira. Além de artigos, publica resenhas críticas e bibliografias seletivas. Na década de 1980, a revista *Em Aberto* destacou-se como grande fonte de pesquisa sobre a pesquisa em História da Educação. Em 1984, por exemplo, foi publicado um número temático que tratou da historiografia da educação brasileira, com destaque para o artigo de Miriam Warde, que hoje é referência nos estudos sobre a pesquisa em História da Educação. Já na década de 1990, o número especial sobre currículo da revista *Em Aberto*, publicado em 1993, e a obra clássica de Silva (1992) - *O que se produz e o que reproduz em educação*, juntamente como a análise de trabalhos apresentados na ANPEd, mostram a relevância dos estudos sobre a pesquisa educacional no início dos anos de 1990.

A Revista *Em Aberto* publicou, em 1990, números considerados clássicos para a pesquisa em Educação Brasileira, entre as quais se destacam: *Contribuições das ciências humanas para a Educação: a Psicologia*; *Contribuições das ciências humanas para a Educação: a História*; *Contribuições das ciências humanas para a Educação: a Sociologia*; *Contribuições das ciências humanas para a Educação: a Filosofia*. Além desses, destacam-se também: *História da Educação brasileira* e *Pesquisa educacional no Brasil*. A partir daí,

apenas em 2007 a História da Educação encontra espaço neste periódico, com a publicação de um volume dedicado à *Educação Jesuítica*.

De acordo com Alvarenga (2003, p. 1), os estudos da literatura em periódicos constituem-se “em fontes fidedignas de enunciados para a descrição do processo evolutivo de uma disciplina, também podem ser vistos como um instrumental empírico valioso para suporte a interpretações de fatos e dados relativos à produção de conhecimento, nos diversos campos de conhecimento”. Os trabalhos citados e as publicações específicas sobre a História da Educação brasileira realçam a importância dos estudos que tomam como frente de pesquisa os periódicos científicos, seja para identificar temáticas abordadas em determinados períodos, seja para mapear a pesquisa educacional. Os resultados obtidos nestes estudos reforçam a proposta de que a análise dos artigos publicados na *RBE* e na *RBHE* trará relevantes contribuições. A seguir, será apresentada breve caracterização dessas Revistas.

4.3.2.1 Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)

A *RBHE* é uma publicação da Sociedade Brasileira de História da Educação, criada em 1999. Seu principal objetivo descrito no *site*⁶ é “ser um canal de divulgação da produção nacional e internacional na área de História da Educação”. O primeiro número da Revista foi publicado em janeiro de 2001. Até o ano de 2006, a publicação era semestral, mas a partir de 2007 passou a ser quadrimestral. A *RBHE* foi classificada na última lista de avaliação do Qualis/Capes⁷ como periódico de circulação Nacional e categorizada como de qualidade B, o que denota que a Revista ainda necessita atingir outros critérios impostos pela Capes para obter a classificação Nacional A. Para maior divulgação, o conteúdo de todos os números é de livre acesso na Internet.

⁶ <http://www.sbhe.org.br/>

⁷ Qualis/Capes é definido pela CAPES como o “resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos”. Segundo os critérios adotados para a classificação dos periódicos, “os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade - A, B ou C e do âmbito de circulação dos mesmos - local, nacional ou internacional.”. Neste contexto, “as combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado e, por inferência, do próprio trabalho divulgado”.

A *RBHE* publica artigos, dossiês, traduções, resenhas e notas de leitura inéditas no Brasil. Os temas publicados são relacionados à história e à historiografia da educação. Os autores podem ser brasileiros ou estrangeiros, e os textos podem ser escritos em português e espanhol.

Entre os critérios de conteúdo para os colaboradores da *Revista*, destaca-se, segundo o próprio site:

- Os artigos devem ser inéditos e apresentar resultados de trabalhos de investigação e/ou reflexão teórico-metodológico;
- As traduções devem versar sobre temáticas significativas para o campo da história e historiografia da educação;
- As resenhas devem discorrer sobre o conteúdo da obra e efetuar um estudo crítico, podendo versar sobre textos recentes ou já reconhecidos academicamente;
- As notas de leitura devem trazer uma notícia de publicação recente.

Os aspectos formais de publicação da *RBHE* não serão comentados, pois a intenção da pesquisa não é fazer avaliação desses parâmetros, porém é válido destacar que as normas gerais para a aceitação de trabalhos estão disponibilizadas de forma clara para os colaboradores.

4.3.2.2 Revista Brasileira de Educação (RBE)

A *RBE* é uma publicação quadrimestral, publicada pela ANPEd, fundada em 1978, que visa à publicação de artigo acadêmico-científico, com o objetivo de fomentar e facilitar o intercâmbio acadêmico no âmbito nacional e internacional. A *RBE* tem como público-alvo professores e pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas. As principais áreas de interesse são: Educação, Educação Básica, Educação Superior, Política Educacional. Movimentos Sociais e Educação.

O primeiro número da *RBE* foi publicado em 1995. Ressalta-se que, apesar de a ANPEd ser uma entidade muito mais antiga do que a SBHE, não criou sua Revista na década

de 1970, quando foi fundada. A SBHE, por sua vez, tão logo se constituiu, criou a *RBHE*. Essa constatação pode estar relacionada à importância que os periódicos vêm assumindo no cenário da pesquisa educacional.

Embora a RBE tenha sido criada após 17 anos da fundação da ANPEd, desde sua criação, não teve interrupções, tornando-se fonte importante de pesquisa para os pesquisadores da área de Educação. Está categorizada no índice Qualis/Capes como Internacional A. Essa avaliação denota que a Revista é uma publicação de qualidade e que preenche todos os critérios da Qualis/Capes para alcançar essa classificação.

4.3.3 Trabalhos monográficos (livros)

Os livros são fontes primárias de publicação e representam a produção exaustiva de um autor em relação a uma temática. Os livros, ao longo da história, assumiram várias facetas: dos papiros, passando para os pergaminhos até chegarem aos textos manuscritos. Hoje exemplares de livros podem ser encontrados na Internet, ou mesmo em formato de *e-books* (livros eletrônicos). A transição de sua forma em papel para a modalidade eletrônica parece estar acontecendo de forma lenta, já que os pesquisadores quando recorrem a Internet acabam usando o *print* para ler seus livros, o que evidencia que os livros impressos ou eletrônicos constituem um instrumento indispensável para o avanço da ciência.

Os manuais, os tratados, os ensaios, as coletâneas podem conter uma diversidade de dimensões nas Ciências Humanas e Sociais. Observa-se, porém, que, em muitos campos da ciência, o tratado erudito ou a monografia já não encontram tanto espaço como antes. Segundo Nascimento (2005, p. 72):

O trabalho de coletar e cotejar qualquer fragmento do conhecimento existente acerca de um determinado tópico, eventualmente apresentando um ponto de vista mais integrado, tornou-se um trabalho longo e árduo. É possível que a velocidade com o conhecimento esteja mudando, seja rápida demais para que possa ser acompanhada por um único autor, trabalhando por conta própria.

Nascimento (2005) acredita que, no cenário atual, nenhum pesquisador pode esperar as revelações impressas de um tratado, para dar andamento às suas atividades de pesquisa, nem tampouco dedicar boa parte de sua vida em elaborar uma monografia. Embora essa seja uma constatação coerente para a época atual, não se pode deixar de ressaltar a importância dessas obras para as pesquisas. A divulgação científica mais rápida encontrou espaço nos artigos científicos e nos ensaios, isto é, nas compilações de capítulos, com textos mais reduzidos, escrito por diversos autores. O livro publicado em colaboração vem ocupando lugar de destaque na pesquisa científica.

Outra característica inerente aos livros é o sistema de arbitragem. Os livros são submetidos à avaliação dos pares mesmo depois de serem publicados, diferentemente dos artigos de periódicos, por exemplo, que dificilmente estão sujeitos a críticas após a publicação. As críticas aos livros são realizadas sob a forma de resenhas. A elaboração de resenhas ou críticas de livros é uma atividade muito mais comum em Ciências Humanas e Sociais. (NASCIMENTO, 2005).

Sobre a relação dos livros com a área de Ciências Sociais e Humanas, Carvalho e Manoel (2006, p. 200) fazem as seguintes considerações:

Nas Ciências Sociais e Humanas, os meios de comunicação da produção estão centrados, tradicionalmente, nos livros. Nessa cultura, o livro é o veículo mais apropriado, pois ele, por natureza, instiga à reflexão, por meio da interpretação ou explicação, ao propor questões teórico-conceituais e metodológicas que subsidiam novas idéias, pesquisas, ou ainda remete à análise crítica acerca de um tema ou área de investigação. Por tudo isso o livro pode determinar um tempo de impacto mais lento.

Hayashi (2007), com o objetivo de estudar o campo da História da Educação no Brasil, realizou uma análise dos grupos de pesquisa que integram o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq, objetivando verificar a sua contribuição para a consolidação dessa área de pesquisa no País. O autor, ao analisar a produção científica dos pesquisadores que integram os Grupos de Pesquisa, verificou, entre outras características, que os pesquisadores publicaram 336 livros e capítulos de livros no período de 1993 a 2006 e, neste mesmo período, foram publicados 226 artigos. O autor observou, ainda, uma tendência de crescimento na publicação

dos livros. Esse levantamento indica a prevalência dos livros e capítulos de livros no campo educacional.

Ao analisar os dados relativos às publicações do tipo de livros e capítulos de livros, Hayashi (2007) verificou que há predominância da autoria individual sobre a co-autoria na publicação. A pesquisa de Hayashi (2007), apesar de demonstrar a existência de um número crescente de grupos de pesquisa em História da Educação, confirma a tendência da área de Humanas, ou seja, uma predileção pela autoria individual e pelos livros como canais de publicação. Essa característica, porém, pode ser modificada, já que se observa certa pressão das agências de fomento, com o intuito de diminuir custos para a pesquisa em co-autorias; além disso, há uma tendência geral para a publicação rápida dos resultados de pesquisa.

As especificidades das várias áreas do conhecimento também são fatores que determinam a publicação nos diferentes canais de publicação. Velho (1997) assinala que alguns tipos de publicações predominam sobre outros. Os livros, por exemplo, sobrepõem-se em relação aos periódicos, em algumas áreas. Os pesquisadores das ciências exatas e naturais publicam em maior número em línguas e veículos estrangeiros do que os das ciências humanas e sociais.

Em relação aos aspectos quantitativos, é perigosa a comparação entre áreas do conhecimento. Geralmente, a área de ciências exatas e naturais possui mais publicações em números absolutos. No entanto, compreende-se que os trabalhos científicos da área de humanas e sociais sejam de outra natureza. Não há como divulgar resultados parciais. Até se corre o risco de “maquiar” resultados. A pesquisa científica, para ter sentido, tem de ser lida no todo. Como já foi dito em pesquisa anterior (SILVA, 2004), o modo ensaístico, em geral, não é bem aceito, haja vista a simplicidade de sua análise. É por isso que a maior parte dos trabalhos publicados na área de humanas e sociais são livros e teses, pois contêm um estudo mais rigoroso do ponto de vista científico.

Na visão de Schelp (2004), as ciências sociais e a economia são duas áreas que têm repercussão internacional “insignificante”. Ele diz que, segundo a explicação “oficial”, os principais sociólogos, historiadores, antropólogos e filósofos brasileiros não têm tradição em produzir trabalhos de teoria geral, que possam ter aplicação universal, limitando-se a reflexões locais. E acrescenta que, por sua “vocação paroquial”, a produção sociológica

brasileira e sua historiografia atraem a atenção “apenas” dos estrangeiros que se especializaram em estudar a realidade brasileira – os chamados “brasilianistas”.

Além disso, que interesse teria para um país de língua inglesa, por exemplo, um livro intitulado “História da escola em São Paulo”? Obras das Ciências Humanas não têm o caráter de “universalidade” que outras áreas têm. De acordo com Lopes e Piscitelli (2004, p.117), “esse não-reconhecimento pelos cientistas estrangeiros está vinculado a uma série de fatores político-culturais e, inclusive, lingüísticos”. Observam-se barreiras lingüísticas que se impõem no cenário das publicações científicas para as publicações que não são redigidas e publicadas em inglês. Meadows (1999, p.129) menciona que “o crescente emprego da língua inglesa na comunicação científica tenha levado a uma internacionalização da edição científica”.

O perigo da afirmação da “não-universalidade” das obras das Ciências Humanas e Sociais recai no equívoco, para não dizer no erro, de acreditar que as áreas de conhecimento podem ser comparadas somente pelo impacto internacional. A produção brasileira nas áreas de humanas e sociais tem uma importância local significativa, pois é muito difícil encontrar “trabalhos de teoria geral” nesta área, mais apropriados à área de exatas, devido às leis imutáveis da física e da química. No âmbito social, como é o caso da Educação, recorre-se a diversas variáveis impossíveis de generalização, tendo o pesquisador de assimilar e analisar as diferenças culturais que podem modificar o objeto. (SILVA, 2004).

Além disso, diversos autores, entre os quais Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Roberto Schwarz, insistem que nós, brasileiros, temos a mania de “macaquear”, “importar” as “idéias que vêm de fora”, não as adaptando à realidade brasileira. Por isso a nossa tradição “paroquial” ser predominantemente brasileira, mas imensamente rica e desconhecida lá fora, infelizmente. Apesar de esses autores realizarem estudos em épocas diferentes das que vieram a predominar com a pós-graduação brasileira, acredita-se na riqueza dos trabalhos realizados por eles e na assertiva e atualidade de suas constatações.

Se considerarmos os padrões atuais de avaliação da produção científica e aplicarmos esses critérios aos autores deste mesmo nível, talvez os resultados fossem bastante negativos, seja em termos de tempo decorrido entre a formulação de uma teoria e a conseqüente materialização em uma obra, seja quanto à quantidade de obras publicadas pelos autores durante suas trajetórias acadêmicas. Portanto, é inegável que se torna frágil utilizar o critério

quantidade de publicações para medir o impacto das mesmas. A participação brasileira na produção científica mundial é de apenas 1,5%, concentrando-se basicamente na área de ciências exatas e naturais. Se essa análise não for feita com cuidado, corre-se o risco de acreditar na falsa idéia de que a área de humanas e sociais é “insignificante”, portanto desnecessária para o investimento de maiores recursos financeiros pelas agências de fomento à pesquisa (SILVA, 2004).

Procurou-se até o momento enfatizar a importância dos estudos e das técnicas existentes para a avaliação da produção científica, buscou-se também, no capítulo 4, apresentar um esboço teórico das questões que permeiam a elaboração e comunicação da pesquisa educacional no Brasil. Pretende-se, a seguir, apresentar os resultados obtidos com a análise dos artigos publicados na RBHE e na RBE.

Classificar não é apenas constituir grupos: é dispor estes grupos segundo relações muito especiais. Nós os representamos como coordenados ou subordinados uns aos outros, dizemos que estes estão incluídos naqueles. Há os que dominam, outros que são dominados, outros que são independentes entre si. Toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência nos oferecem o modelo.

Émile Durkheim & Marcel Mauss (1903)

**INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM
EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

5 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise bibliométrica e cientométrica dos 214 artigos que compõem os quinze números da *Revista Brasileira de História da Educação*, no período de 2001-2007 e os quinze números da *Revista Brasileira de Educação*, no período de 2003 -2007.

Para melhor compreensão, a apresentação dos resultados foi dividida em três partes: 1) análise bibliométrica dos artigos; 2) análise bibliométrica dos autores dos artigos, e 3) análise cientométrica das citações realizadas pelos autores.

Conforme o referencial teórico que embasa esta pesquisa, ressalta-se que a análise bibliométrica consiste em analisar a atividade científica ou técnica através de estudos quantitativos das publicações. Por meio da análise bibliométrica, é possível obter indicadores que traduzem as características de pesquisa de um campo do conhecimento. Já a análise de citações, conforme Foresti (1990, p. 53), “pertence à área de estudo que pretende quantificar os processos de comunicação escrita Bibliometria/Cientometria/Informetria”. A análise de citação é então a parte da bibliometria que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados.

É válido ressaltar que a análise que será apresentada a seguir, é baseada em estatísticas, portanto torna-se essencial entender que os resultados são indicativos da pesquisa educacional e não verdades absolutas. Deve-se levar em conta a amostra selecionada para a análise e a literatura de apoio utilizada.

5.1 Análise Bibliométrica dos Artigos

Serão apresentados neste tópico os indicadores bibliométricos dos artigos produzidos pelos autores e publicados na RBHE e na RBE. Os indicadores podem ser definidos como os parâmetros utilizados nos processos de avaliação de qualquer atividade.

Com a análise bibliométrica dos dados referentes aos artigos científicos publicados nas revistas buscou obter os seguintes indicadores: artigos publicados, extensão dos artigos publicados, temáticas dos artigos, os delineamentos metodológicos adotados pelos autores dos artigos, o tipo de coleta de dados utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, a periodização do objeto de estudos dos artigos científicos e abrangência geográfica do objeto de estudo dos artigos. Os resultados obtidos serão apresentados e discutidos adiante.

5.1.1 Artigos publicados na RBHE e na RBE

Na Tabela 5, encontra-se o número de artigos analisados nesta pesquisa, distribuídos por ano de publicação.

Tabela 5 - Artigos selecionados para a amostra na RBHE, no período 2001 a 2007, e na RBE, no período de 2003 – 2007

ANO	RBHE		RBE	
	Número de Artigos	Frequência (%)	Numero de Artigos	Frequência (%)
2001	14	16,9	0	0
2002	11	13,2	0	0
2003	12	14,4	30	19,0
2004	13	15,7	33	20,9
2005	10	12,0	30	19,0
2006	12	14,4	34	21,5
2007	11	13,2	31	19,6
TOTAL	83	100	158	100

A RBHE publicou dois volumes ao ano, no período de 2001-2006 e, a partir de 2007 passou a publicar três volumes ao ano, os quais totalizaram 83 artigos, distribuídos em 15 números. A média de artigos por número da RBHE durante o período analisado, é de 5,5 artigos, e a média de artigos por ano é de 11,8 artigos. Com base nestes resultados, supõe-se que haja um equilíbrio na distribuição do número de artigos por ano, o que se constitui em um bom indicador de qualidade, de acordo com os critérios de avaliação dos aspectos formais de periódicos científicos (BOMFÁ, 2003; HAYASHI et al., 2007). Além disso, a RBHE passou a ser trimestral, o que denota o aumento na divulgação de artigos dessa Revista.

Já a RBE publicou três volumes ao ano, no período de 2003-2007, os quais totalizaram 158 artigos, distribuídos em 15 volumes. A média da RBE durante o período analisado é de 10,5 artigos por número da Revista e de 31,6 artigos anuais.

A comparação entre as duas revistas (RBHE e RBE) permite verificar características diferentes em relação ao número de artigos publicados. Enquanto na RBHE a média é de 5,5 artigos por número e de 11,8 artigos por ano, na RBE a média de artigos por número é de 10,5, e por ano, de 31,6 artigos. O número maior de artigos, tanto do número da RBE, como do ano, justifica-se pelo fato de a RBE abordar temáticas mais gerais da área de Educação. A RBHE aborda temáticas específicas da área de História da Educação. Isto implica dizer que possui um público mais restrito e que o número de pesquisas nesse campo acaba sendo pouco reduzido.

5.1.2 Extensão dos artigos (número de páginas)

Existe uma questão importante por trás do número de páginas de um artigo científico, ou seja, a limitação que o autor tem para divulgar sua pesquisa. Geralmente, o número de páginas é determinado pela revista de acordo com suas normas. Com base no número de páginas de cada artigo, é realizada uma média de quantos artigos serão publicados em cada número da revista. Do ponto de vista prático, esse sistema funciona perfeitamente, porém o que está por trás é a necessidade de o pesquisador limitar suas idéias, de modo que elas se reduzam para se enquadrar às normas da publicação. Greene (2005) associa o número de páginas de um periódico com a competição por espaço na revista, à medida que, ao fixar o

número de páginas que cada sessão deve ter, automaticamente se está limitando o número de trabalhos que serão publicados. Além disto, podemos recorrer a Bourdieu (1984) e sua teoria do “crédito científico”, ao argumentar que os autores buscam nas publicações a visibilidade acadêmica e, neste aspecto, o campo científico é altamente competitivo.

O número total de páginas de um artigo também é fator de qualidade, tanto que, entre os critérios de avaliação da produção científica da Capes, determina-se que, para serem contabilizados os artigos, capítulos e trabalhos completos em anais, estes devem ter seis páginas ou mais, e os livros (textos na íntegra), 70 páginas ou mais. (CAPES, 2007).

Considerando esses critérios da Capes, identificou-se o número de páginas dos artigos publicados na RBHE e na RBE, descritos na Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição dos artigos por quantidade de páginas (%) na RBHE e na RBE

REVISTA	NÚMERO DE PÁGINAS					TOTAL DE ARTIGOS
	6-10	11-15	16-20	21-30	Acima de 30	
RBHE	0	0	16,9%	42,1%	41,0%	83
RBE	19,6%	54,4%	17,7%	8,2%	0	158

O resultado apresentado permite que se faça uma observação interessante. A RBHE, que abrange temáticas específicas da História da Educação, possui 83,1% dos artigos com mais de 20 páginas, enquanto a RBE, que abrange temáticas mais gerais da Educação, possui apenas 8,2% dos seus artigos com mais de 20 páginas.

Conforme verificado na Tabela 5, a média de artigos por número da RBHE é de 5,5 por número, enquanto na RBE é de 10,5 artigos por número. Pode-se inferir que a RBHE publica uma quantidade menor de artigos, porém disponibiliza um número maior de páginas para cada artigo. E por sua vez, a RBE publica mais artigos em cada número da Revista, porém o número de páginas de cada artigo é menor.

Acredita-se que a abrangência da temática de uma revista influencia na determinação do número de páginas de um artigo. Temáticas com abrangência mais específica, como é o caso da RBHE, tendem a necessitar de número maior de páginas para a apresentação dos artigos publicados.

5.1.3 Temáticas dos artigos

A linguagem é o meio pelo qual se representa a idéia de um texto científico. As diferentes áreas do conhecimento possuem uma linguagem científica com características peculiares. Algumas áreas possuem classificação predeterminada, vocabulário controlado ou mesmo um *thesaurus*, os quais contribuem no processo de identificação do assunto e na padronização da linguagem utilizada, trata-se, na verdade, de coleções de termos, organizados segundo uma metodologia na qual é possível especificar relações entre conceitos com o propósito de facilitar o acesso à informação. Na área de saúde, por exemplo, o *Mesh* (Medical Subject Heading da US National Library of Medicine) é bastante utilizado para a indexação. Já na área de Educação, o *Thesaurus Brased* do Inep tem sido utilizado com frequência⁸.

Para determinar a temática de um documento científico, é importante buscar as palavras, expressões ou termos mais adequados para a representação do documento, levando-se em consideração o assunto dominante da pesquisa, com a finalidade de que este possa ser identificado e reconhecido por outros pesquisadores. (VANTI, 2002, p.54).

Para identificar os temas que receberam maior atenção dos pesquisadores, no período de 2001-2007, recorreremos às palavras-chave. Vale ressaltar que existe certa confusão para o uso de palavras-chave ou descritores de assunto. Os descritores são termos que identificam assuntos em um vocabulário controlado que expressam conceitos de uma ou várias áreas do conhecimento. O uso de descritores facilita o acesso à informação, servindo de filtro entre a linguagem natural e a terminologia da área. A diferença entre palavra-chave e descritor é que o descritor obedece à estrutura de um vocabulário controlado, enquanto as palavras-chave dizem respeito a termos aleatórios, de linguagem livre ou natural. Para uma palavra-chave tornar-se um descritor, ela tem de passar por um rígido controle de especialistas da área e em lingüística e semântica avaliando sinônimos e o posicionamento na árvore (estrutura) de um determinado assunto. (RIBEIRO, 2006).

⁸ Em pesquisas anteriores (SILVA, 2004; HAYASHI et al., 2008), utiliza-se à estrutura *Thesaurus BRASED* para distribuir palavras-chave em grandes temas.

Quando a tarefa de determinar as palavras-chave que representam o trabalho, é delegada a outros, é importante lembrar que vários fatores interferem no momento da atribuição. Um deles é o processo de análise de assunto, que pode ser dividido em três fases: leitura do texto pelo indexador, extração de conceitos e determinação da atinência. Dessa maneira, é essencial conhecer a área de atuação para, assim, não correr o risco de escolher as palavras-chave sem nenhum critério específico (SILVA, 2004).

No contexto desta pesquisa, elegeram-se palavras-chave como elemento para a construção de indicadores de temáticas. Ao fazer a análise das palavras-chave, deve-se lembrar que nem sempre elas condizem com o conteúdo do artigo, mas são indicadores importantes para a leitura dos temas abordados nos artigos.

Sendo assim, foram identificadas, conforme apresentado na Tabela 7, 349 palavras-chave designadas pelos autores nos 83 artigos científicos publicados na RBHE, totalizando média de 4,2 palavras-chave por artigo. Por meio dessas palavras, é possível observar os temas de interesse nas pesquisas.

Tabela 7 – Distribuição das Palavras-chave contidas nos artigos publicados na RBHE

Palavras-Chave	Freq.	%	Palavras-Chave	Freq.	%
História da Educação	15	4,3	Amazônia	2	
Educação	9	2,6	Cultura	2	
Cultura Escolar	7	2,0	Educação Comparada	2	
Historiografia	7	2,0	Ensino	2	
Formação de Professores	7	2,0	História	2	0,6
Instrução Pública	6	1,7	Historiografia da Educação	2	0,6
Escola Primária	5	1,4	Laerte Ramos de Carvalho	2	0,6
Anísio Teixeira	4	1,1	Lourenço Filho	2	0,6
Educação Brasileira	3	0,8	Minas Gerais	2	0,6
História Cultural	3	0,8	Periodização	2	0,6
História da Escola	3	0,8	Primeira República	2	0,6
Infância	3	0,8	Rede Intelectual e Política	2	0,6
Memória	3	0,8	Século XIX	2	0,6
Política Educacional	3	0,8	Universidade de São Paulo	2	0,6
Profissão docente	3	0,8	Práticas	2	0,6
Reforma de Ensino	3	0,8	Escola	2	0,6
Escolarização	2	0,6	Escola Argentina	2	0,6
Escravidão	2	0,6	Escola Normal	2	0,6
Fontes Historiográficas	2	0,6	História Cultural da Educação	2	0,6
Formação de Professores	2	0,6	Frequência igual a 1	217	
Escola Nova	2	0,6			
TOTAL				349	100

Verificou-se que não há uma temática que demonstre predominância discrepante em relação à outra. Destaca-se, porém, a temática **História da Educação**, que está presente em 4,3% dos artigos, e a temática **Educação**, em 2,6% dos artigos. Esse resultado demonstra que a área de abrangência da Revista (História da Educação) é também tida como palavra-chave dos artigos. Dentre as temáticas mais específicas, identificou-se **Cultura Escolar**, **Historiografia** e **Formação de Professores**, com a presença em 2 % dos artigos.

Na Tabela 8, estão contidas as 549 palavras-chave designadas pelos autores nos 158 artigos científicos publicados na RBE, no período analisado (2003-2007). Dessa maneira, a média de palavras-chave por artigo é de aproximadamente 3,5.

Tabela 8 – Temáticas oriundas das Palavras-chave contidas nos artigos publicados na RBE

Palavras-chave	Freq.	%	Palavras-Chave	Freq.	%
Educação	19	3,5	Ensino Médio	2	0,3
Formação de Professores	10	1,8	Ensino Superior	2	0,3
Cultura	7	1,3	Entre-Lugares	2	0,3
Educação de Jovens e Adultos	7	1,3	Estudos Culturais	2	0,3
História da Educação	6	1,0	Esfera Pública	2	0,3
Currículo	5	0,9	Epistemologia	2	0,3
Escola	5	0,9	Exclusão Social	2	0,3
Juventude	4	0,7	Formação Profissional	2	0,3
Letramento	4	0,7	Hibridismo	2	0,3
Relação Escola-Família	4	0,7	História de Vida	2	0,3
Tecnologias	4	0,7	Inclusão	2	0,3
Trabalho	4	0,7	Infância	2	0,3
Avaliação	4	0,7	Integração	2	0,3
Pesquisa Educacional	4	0,7	Internet	2	0,3
Pós-Graduação em Educação	4	0,7	John Dewey	2	0,3
Anped	3	0,5	Livro Didático	2	0,3
Reforma do Estado	3	0,5	Metáfora	2	0,3
Direito à Educação	3	0,5	Modernidade	2	0,3
Ensino Fundamental	3	0,5	Multiculturalismo	2	0,3
Mídia	3	0,5	Pesquisa	2	0,3
Pesquisa	3	0,5	Pesquisa Qualitativa	2	0,3
Tecnologias da Informação e Comunicação(TIC)	3	0,5	Política Curricular	2	0,3
Cultura Escolar	2	0,3	Pós-Graduação	2	0,3
Culturas Juvenis	2	0,3	Pós-Graduação no Brasil	2	0,3
Alfabetização	2	0,3	Pragmatismo	2	0,3
Educação Básica	2	0,3	Produção da Subjetividade	2	0,3
Educação Brasileira	2	0,3	Recontextualização	2	0,3
Educação e Cidadania	2	0,3	Relações Raciais	2	0,3
Educação Indígena	2	0,3	Subjetividade	2	0,3
Educação Popular	2	0,3	Ciências da Educação	2	0,3
Avaliação Educacional em Larga Escala	2	0,3	Trabalho e Educação	2	0,3
Políticas Públicas	2	0,3	Alfabetização Científica	2	0,3
Prática Pedagógica	2	0,3	Ciências da Educação	2	0,3
Trabalhador Rural	2	0,3	Magistério	2	0,3
Crianças	2	0,3	Frequência igual a 1	343	62,5
TOTAL				549	100

A palavra-chave **Educação** foi a mais utilizada pelos autores nos artigos publicados na RBE. Esse resultado confirma a tendência de indicar como palavra-chave a área mais geral a que pertence à pesquisa. Acredita-se que essa prática contribui para a recuperação dos artigos e até para a avaliação da produção científica da área, porém, ao atribuir as palavras-chave que representam o assunto pesquisado, além dos termos gerais, são necessárias atribuir também às palavras específicas que representem com mais precisão o conteúdo da pesquisa. Destaca-se também a presença das palavras-chave **Formação de Professores** (1,8%), **Cultura** (1,3) e **Educação de Jovens e Adultos** (1,3%). A temática **História da Educação** está presente em 1% dos artigos.

Os resultados obtidos nas Tabelas 7 e 8 confirmam o que Lopes e Galvão (2001) observaram sobre a tendência da pesquisa em História da Educação em se preocupar com a organização e o funcionamento interno das escolas, com a expressão e/ou construção cultural no cotidiano escolar, com o estabelecimento do conhecimento, do currículo e das disciplinas escolares. Esses autores ainda verificaram que os estudos da História da Educação passaram a ser mais localizados e contextualizados. André (2006, p. 16) também reforça essa visão, ao dizer que “os temas se ampliam e se diversificam. Se nas décadas de 60-70 os estudos priorizavam as variáveis de contexto e seu impacto no desempenho dos sujeitos, nos anos 80 são substituídos pelas investigações de processos”.

Entende-se que a literatura, assim como esta pesquisa não pretendem simplesmente classificar as pesquisas de acordo com as temáticas levantadas. O processo educacional não pode ser engessado ao dividi-lo em pesquisas que analisam os fatores extra-escolares e pesquisas que analisam fatores intra-escolares. Não se deve fazer a análise de fatores internos sem considerar aspectos externos que, certamente, influenciam o cotidiano escolar. Neste sentido, não se deve pensar em educação universal, nem em pesquisas universais de educação, já que as pesquisas são desenvolvidas em contextos diferenciados.

Porém, por meio dos resultados obtidos com a análise dos artigos das duas revistas, observa-se a recorrência de temáticas, como **Cultura Escolar** e **Formação Docente**, como focos de análise dos artigos. Na RBHE, percebem-se algumas características preponderantes da pesquisa, por exemplo, entre as palavras-chave que tiveram frequência maior que 1, não há nenhuma que remeta ao período jesuítico. Já na RBE, nota-se que a inclusão na sociedade de tecnologias da informação está sendo foco de interesse nas pesquisas. Por exemplo,

identificamos as palavras-chave: **Tecnologias, Internet, Mídia e Tecnologias da Informação e Comunicação.**

Hayashi (2007), baseado nos eixos temáticos tratados nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), construiu um conjunto de 13 categorias desenvolvidas em linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa investigados em sua tese. Com base nas categorias definidas pelo autor, apresenta-se o Quadro 1.

1	Arquivos, fontes, historiografia (inclui memória; livros, manuais, documentos impressos e manuscritos, imagens, museus, centros de documentação, bibliotecas, etc.)
2	Cultura e Práticas Escolares
3	Educação
4	Educação Especial
5	Estado e Políticas Educacionais
6	Gênero e Etnia na História da Educação Brasileira
7	História da Educação e suas periodizações
8	História Comparada da Educação
9	Intelectuais, Pensamento Social e Educação
10	Instituições Escolares
11	Movimentos Sociais na Educação Brasileira
12	Novas Tecnologias em Educação
13	Processos e Práticas Educativas
14	Profissão Docente
15	Pesquisa em Educação
16	Outros (Entre-Lugares, Hibridismo, Recontextualização, Subjetividade)

Quadro 1. Categorias Temáticas⁹

Fonte: Baseado em Hayashi (2007)

Para melhor visualização dos temas recorrentes nas duas revistas analisadas, as temáticas apresentadas nas Tabelas 7 e 8, foram agrupadas nas 16 categorias elencadas no Quadro 1, conforme Tabela 9.

⁹ Do Quadro original de Hayashi (2007) foram retiradas às categorias temáticas *Ensino da História da Educação* e *História regional da Educação*, pois as mesmas não tiveram frequência nesta pesquisa e foram acrescidas as categorias: *Educação* (temáticas abrangentes da área), *Educação Especial*, *Estado e Políticas Educacionais*, *Processos e Práticas Educativas* e *Pesquisa em Educação*.

Tabela 9 – Categorias temáticas dos artigos publicados na RBHE e RBE

CATEGORIAS	FREQ.	%
Educação	58	6,4
História da Educação e suas periodizações	51	5,7
Processos e Práticas Educativas	39	4,3
Intelectuais, Pensamento Social e Educação	30	3,3
Cultura e Práticas Escolares	28	3,1
Estado e Políticas Educacionais	27	3,0
Profissão Docente	26	2,9
Pesquisa em Educação	24	2,7
Instituições Escolares	23	2,6
Novas Tecnologias em Educação	15	1,7
Gênero e Etnia na História da Educação Brasileira	11	1,2
Outros	10	1,1
Arquivos, fontes, historiografia (inclui memória; livros, manuais, documentos impressos e manuscritos, imagens, museus, centros de documentação, bibliotecas, etc.)	8	0,9
Educação Especial	8	0,9
Movimentos Sociais na Educação Brasileira	7	0,8
História Comparada da Educação	4	0,4
Frequência igual a 1	529	58,9
TOTAL	898	100

Com o agrupamento das temáticas em categorias, é possível observar mais claramente o interesse das pesquisas publicadas nas revistas, no período de 2001-2007. Como já comentado nas Tabelas 7 e 8, a atribuição da área de pesquisa, como palavras-chave, é uma prática prevalente, refletindo-se nas categorias **Educação e História da Educação e sua periodização** e que foram as mais freqüentes (6,4% e 5,7%, respectivamente).

As categorias com presença mais significativa foram: **Processos e Práticas Educativas** (4,3%), **Intelectuais, Pensamento Social e Educação** (3,3%), **Cultura e Práticas Escolares** (3,1%) e **Estados e Políticas Educacionais** (3%). A Tabela 9 deixa mais visível a característica da pesquisa educacional, levantada por Lopes e Galvão (2001) e André (2006), do interesse maior por temáticas relacionadas à investigação de processos e a problemáticas locais.

5.1.4 Dimensões Metodológicas dos artigos publicados na RBE e na RBHE

Um dos objetivos desta pesquisa é verificar o delineamento metodológico e os meios de coleta de dados utilizados nos artigos pesquisados. A intenção, para além das discussões existentes sobre a metodologia em pesquisa educacional, é caracterizar as pesquisas em Educação e História da Educação quanto às dimensões metodológicas.

Ao se pensar em pesquisa, é preciso ter em mente a existência de um processo sistemático de coleta e análise de dados. Esse processo ainda envolve a formulação dos problemas, objetivos e hipóteses. Para a execução desse processo, é necessária a definição do delineamento, da estrutura investigativa, que orienta a pesquisa desde a delimitação dos critérios de seleção dos participantes até os procedimentos de análise dos dados.

Na literatura, encontram-se diferentes delineamentos da pesquisa, com diferentes denominações. Boente e Braga (2004) indicam os seguintes delineamentos de pesquisa: bibliográfica, documental, experimental, estudo de caso, *ex-post-facto*, levantamento e pesquisa-participante. Para Silva e Meneses (2001), os tipos de pesquisa podem ser classificados como: bibliográfica, documental, estudo de caso, *ex-post-facto*, experimental, levantamento, pesquisa-ação e pesquisa-participante. Gil (1999) apresenta as seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica, documental, estudo de campo, estudo de caso, *ex-post-facto*, experimental, levantamento, pré-experimental e quase-experimental.

É importante explicitar o tipo de pesquisa a ser desenvolvido. Para isso, é preciso identificar os elementos e suas exigências. De acordo com Gil (1999, p. 64), o delineamento é:

o planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas.

A possibilidade múltipla de classificação pode ser o principal ponto de divergência entre os autores quanto à delimitação dos tipos de delineamentos. Isso ocorre principalmente porque os delineamentos não são excludentes, ou seja, uma pesquisa bibliográfica não elimina a possibilidade de ser também um estudo de caso.

Vale lembrar que as áreas do conhecimento têm visões diferenciadas em relação à classificação da pesquisa. Tendo esta pesquisa de doutorado o interesse em observar a classificação das pesquisas publicadas nas revistas analisadas, serão tomadas como base as formas clássicas de classificação das pesquisas de Gil (1991), conforme Tabela 10.

Para verificar o delineamento de pesquisa presente nos artigos, recorreu-se ao resumo dos artigos. Em geral, os autores não explicitaram o delineamento da pesquisa, o que, de certa forma, ressalta uma característica do campo do conhecimento em não destacar nos artigos uma parte específica para explicitar os procedimentos metodológicos. Sendo assim, foi feita leitura cuidadosa de maneira a buscar indícios que permitissem levantar essa informação.

Tabela 10 – Classificação das pesquisas dos artigos da RBHE e RBE

Classificação	Tipo de pesquisa	Objetivos e Características	RBHE		RBE	
			Freq.	%	Freq.	%
Natureza	Pesquisa Básica	Gerar conhecimento sem aplicação prática.	83	100	158	100
	Pesquisa Aplicada	Gerar conhecimentos para aplicação prática à solução de problemas específicos.	0	0	0	0
TOTAL			83	100	158	100
Forma de Abordagem	Pesquisa Quantitativa	Traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los.	1	1,2	5	3,0
	Pesquisa Qualitativa	Interpretar fenômenos e atribuir significados. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.	83	98,8	158	96,9
TOTAL			84	100	163	100
Objetivos	Pesquisa Exploratória	Proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve o levantamento bibliográfico; entrevistas; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Ex: Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.	79	95,2	132	83,5
	Pesquisa Descritiva	Descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Ex: Levantamento.	4	4,8	21	13,3
	Pesquisa Explicativa	Identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Quando realizada nas ciências sociais, requer o uso do método observacional. Ex: Pesquisa Experimental e Pesquisa Expost-facto.	0	0	5	3,2
TOTAL			83	100	158	100
Procedimentos Técnicos	Pesquisa Bibliográfica	Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet	74	48,4	130	44,5
	Pesquisa Documental	Elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.	73	47,7	126	43,1
	Pesquisa Experimental	Determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que serão capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.	0	0	1	0,3
	Levantamento	A pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.	2	1,3	20	6,8
	Estudo de caso	Envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento	4	2,6	11	3,8
	Pesquisa Ex-Post-Facto	O “experimento” se realiza depois dos fatos.	0	0	2	0,7
	Pesquisa ação	Concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.	0	0	2	0,7
	Pesquisa-Participante	Desenvolve-se a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.	0	0	0	0
TOTAL			153	100	292	100

Ressalta-se que, como os delineamentos não são excludentes, há autores que utilizam no mesmo artigo, por exemplo, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Sendo assim, a contagem foi feita de acordo com o número de vezes que a tipologia era destacada nos artigos, por isso a frequência dos tipos de pesquisa em relação à abordagem e em relação aos procedimentos técnicos da RBHE não é igual a 83, que corresponde ao número total de artigos, nem a frequência da RBE é igual a 158, que corresponde ao número total de artigos.

Em relação à análise das pesquisas sobre História da Educação, sob o enfoque teórico-metodológico, destaca-se a tese de Zequera (2001), que faz a análise das tendências teórico-metodológicas, tendo como fonte de dados os congressos ibero-americanos. Segundo a autora, o debate teórico-metodológico em História da Educação deve ser entendido no contexto das concepções de ciência que fundamentam as várias formas de trabalhar a pesquisa em História e, por sua vez, compreendê-las no contexto das teorias do conhecimento, que fundamentam a produção científica da História e da História da Educação.

Nota-se a aproximação levantada por Zequera (2001) da produção científica em História da Educação e em História. O que geralmente ocorre, é uma tendência dessas áreas em utilizar a pesquisa documental. Nesse sentido, é válido ressaltar que essas áreas, na maioria das vezes, buscam documentos primários e centram-se na revisão e análise dos mesmos para responderem a questões de suas pesquisas.

Sobre os delineamentos metodológicos dos artigos da RBHE, confirmaram-se os achados de Zequera (2001). Em relação aos objetivos, 95,2% são pesquisas exploratórias; em relação aos procedimentos técnicos, 48,4% são pesquisas bibliográficas e 47,7% pesquisas documentais. Ainda em relação aos procedimentos técnicos, 2,6% são estudo de caso e 1,3% levantamento.

O comportamento de pesquisa dos autores que publicaram na RBE, diferencia-se em alguns aspectos do comportamento de pesquisa dos autores que publicaram na RBHE. Observa-se na RBE que, em relação aos objetivos, 83,5% são pesquisas exploratórias, 13,3% são pesquisas descritivas e 3,2% são pesquisas explicativas. Já em relação aos procedimentos técnicos, 44,5% são pesquisas bibliográficas, 43,1% pesquisas documentais, 6,8% levantamento e 3,8% estudo de caso. Outros tipos de pesquisa, como ex-post-facto e pesquisa-ação também foram utilizados.

Ressalta-se que, nos anos de 1970 e 1980, a pesquisa-ação e a pesquisa-participante foram muito utilizadas nas pesquisas educacionais, pois tinham imbricações com a militância política e era uma forma de atuação dos intelectuais contra a ditadura militar. Depois, essas duas metodologias foram decrescendo até quase sumirem. Essa tendência pode ser visivelmente observada nesta pesquisa.

Esses resultados demonstram que, apesar de a maioria dos artigos publicados na RBE serem pesquisas do tipo bibliográfico, uma variedade maior de tipologia de pesquisas é utilizada na área de Educação. Acredita-se que a utilização de outras tipologias de pesquisa traz contribuições para este campo.

Em relação à natureza da pesquisa, nos dois periódicos prevalecem as pesquisas básicas e de abordagem qualitativa, isso se deve à característica predominante da área de Humanas, em que não é freqüente a elaboração de pesquisas aplicadas e a utilização de métodos estatísticos.

É válido lembrar que a literatura sobre a avaliação da pesquisa educacional (WARDE, 1993; GATTI, 2001; ALVES-MAZZOTI, 2001) identifica certa pobreza na abordagem teórico-metodológica, porém deve-se ter cuidado ao generalizar essa afirmação aos resultados obtidos nesta pesquisa. Sabe-se que, em pesquisas da área de Psicologia, por exemplo, é forte a preocupação com os delineamentos metodológicos. Essa preocupação é visível na apresentação da pesquisa, pois observa-se que, nesta, é reservada uma parte do trabalho para a descrição dos procedimentos metodológicos. Já nas pesquisas da área de Humanas em geral, não é freqüente essa prática.

Além disto, não há interesse em relacionar os resultados obtidos com a qualidade das pesquisas, embora esses resultados tenham revelado que os pesquisadores em Educação não costumam descrever os delineamentos metodológicos das pesquisas realizadas.

5.1.5 Instrumentos de Coleta de Dados

Além da seleção do delineamento de pesquisa, o pesquisador deve atentar para a delimitação de sua dimensão prática, a coleta de dados, formada pelos instrumentos e técnicas. A coleta de dados envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados da própria coleta.

A tipologia das técnicas e dos instrumentos de coleta de dados apresentada pela literatura é diversa, sendo algumas vezes reduzida e, em outras ocasiões, mais completa. Segundo Cervo e Bervian (1996), existem diversas formas de coletas de dados, cada qual com suas especificidades de uso. Na decisão do uso de uma forma ou outra, é necessário levar em consideração àquela que menos desvantagens oferecem, respeitando sempre os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, Gil (1999) apresenta a observação, a entrevista, o questionário, a escala, o teste e a análise documental. Ludke e André (1986) fazem referência à observação, à entrevista e à análise documental. Já Lakatos e Marconi (2000) incluem as técnicas mercadológicas¹⁰, a história de vida e o formulário.

Na Tabela 11 verificam-se os tipos de coleta de dados utilizados pelos autores nos artigos publicados na RBHE e na RBE.

Tabela 11 - Instrumentos de coleta de dados presentes nos artigos da RBHE e da RBE

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	RBHE	%	RBE	%
Análise Documental	82	98,8	127	80,4
Entrevistas	0	0	15	9,5
Observação	1	1,2	10	6,3
Questionários	0	0	6	3,8
TOTAL	83	100	158	100

¹⁰ Pesquisa mercadológica ou de mercado é a obtenção de informações sobre o mercado de acordo com técnicas específicas, tendo como objetivo ajudar o processo de decisões na empresa. (LAKATOS; MARCONI, 2000)

Observa-se que, nos artigos publicados na RBHE, a predominância é a utilização da análise documental para a coleta de dados. Lembrando que a RBHE trata de artigos da História da Educação e da proximidade dessa área com a História. É compreensível esse resultado, haja vista que geralmente as pesquisas dessa área exploram documentos e literaturas e privilegiam menos a pesquisa do tipo experimental.

A coleta de dados ocorre por intermédio de fontes primárias (pesquisa documental) e secundárias (pesquisa bibliográfica). Bell (2002) destaca que as fontes primárias têm sua compilação realizada pelo próprio autor no momento do acontecimento (arquivos públicos ou particulares) ou após o acontecimento (diários e autobiografias). Já as fontes secundárias envolvem as bibliografias públicas (boletins, jornais e teses), que possibilitam o contato direto do pesquisador com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Já na RBE, apesar de 80,4% da coleta de dados terem sido do tipo análise documental, observa-se a presença da entrevista (9,5%), da observação (6,3) e do questionário (3,8). Esse resultado associa-se às diferentes tipologias da pesquisa utilizada (ver Tabela 10).

5.1.6 Periodização abrangida nos artigos científicos

Neste tópico, será apresentado o período abrangido nos artigos publicados na RBHE e RBE. Acredita-se que esse tipo de informação é importante para a identificação dos períodos de maior interesse de análise. Essa informação foi levantada do título dos artigos, do resumo e, em alguns casos, do próprio texto.

Tabela 12 – Periodização abrangida nos artigos da RBHE

PERÍODO	FREQ.	%
Século XX	38	45,8
Século XIX	21	25,3
Séculos XIX-XX	7	8,4
Século XXI	1	1,2
Séculos XV- XX	1	1,2
Séculos XVI - XIX	1	1,2
Séculos XVI - XX	1	1,2
Séculos XVIII - XIX- XX	1	1,2
Século XVIII	1	1,2
Séculos XVI-XVII	1	1,2
Século XVII	1	1,2
Não-Identificado	9	10,8
TOTAL	83	100

Na Tabela 12, verifica-se que 45,8% dos artigos têm como foco temáticas especificamente relacionadas ao século XX e 25,3% temáticas relacionadas especificamente ao século XIX. A essa porcentagem, pode ser acrescido 13,6% que se refere aos artigos que contêm um apanhado histórico envolvendo também os séculos XIX e XX.

Esses achados confirmam o interesse das pesquisas em História da Educação pelos estudos de temáticas relacionadas ao século XX. Warde (1984) já havia feito essa observação ao avaliar criticamente as dissertações e teses em História da Educação Brasileira, de 1970 a 1984, elaboradas nos programas de pós-graduação na área de Educação. Segundo a autora, “muitos estudos são sobre os anos 30, pois há uma tendência a voltar a eles para explicar 1945-1964”.

Tabela 13 – Periodização abrangida nos artigos publicados na RBE

Período	Frequência	%
Século XX	57	36,0
Século XXI	48	30,4
Séculos XX-XXI	31	19,6
Séculos XIX-XX	4	2,5
Século XIX	3	1,9
Não Identificado	15	9,5
Total	158	100

A Tabela 13 indica a periodização dos artigos publicados na RBE. Verifica-se que os períodos abrangidos nos artigos da RBE não diferem em relação ao interesse da periodização dos artigos da RBHE. Observa-se que 36% dos artigos têm como foco temáticas relacionadas especificamente ao século XX, e 30,4% temáticas relacionadas especificamente ao século XXI. Como ponto de divergência dos resultados das duas revistas, nota-se, na RBE, concentração maior de artigos que abrangeram os séculos XIX, XX e XXI, não tendo nenhuma incidência de séculos anteriores. O século XXI, por sua vez, não se constitui em período pesquisado nos artigos da RBHE, enquanto os séculos XVI, XVII e XVIII só constam nesta Revista.

5.1.7 Foco geográfico das pesquisas

A intenção em investigar a abrangência geográfica do objeto de estudo dos artigos analisados centra-se no interesse em verificar quais são as temáticas externas ao campo da Educação no Brasil.

Tabela 14 - Foco geográfico dos artigos publicados na RBHE e na RBE

LOCAL	RBHE		RBE	
	Frequência	%	Frequência	%
Brasil	60	72,3	118	74,7
França	3	3,6	0	0
Argentina	3	3,6	2	1,3
Estados Unidos	2	2,4	0	0
Europa	2	2,4	1	0,6
México	1	1,2	4	2,5
México/Chile/Argentina	1	1,2	0	0
Portugal	1	1,2	3	1,9
Portugal - Brasil	1	1,2	1	0,6
Portugal/Brasil/Moçambique	1	1,2	0	0
América Latina	0	0	1	0,6
Brasil / Estados Unidos	0	0	1	0,6
Inglaterra	0	0	1	0,6
Itália	0	0	1	0,6
Não Identificado	8	9,6	25	15,8
TOTAL	83	100	158	100

Por tratar-se de publicações de circulação nacional, a maioria dos artigos envolveu temáticas relacionadas ao Brasil, 72,3% na RBHE e 74,7 na RBE. A grande porcentagem de artigos em que não foi identificada a localidade a que a pesquisa se referia é atribuída àquelas que tratam de temáticas gerais, não-associadas a um local específico.

Na RBHE, destaca-se que 3,6% dos artigos têm como foco de pesquisa a França e a Argentina, 2,4% dos artigos têm como foco de pesquisa os Estados Unidos e a Europa (sem determinação do país). Já na RBE, nota-se um interesse maior pelo México (2,5%), Portugal (1,9%) e Argentina (1,3%).

Observa-se que, além do Brasil, a abrangência geográfica dos artigos centra-se em países da Europa e Américas. Assim como em outras áreas do conhecimento, a aproximação de países da Europa e Américas é mais freqüente do que outras localidades geográficas. Esse resultado demonstra também que, apesar de os artigos terem sido publicados em nível nacional, há espaço para pesquisas com foco de interesse em localidades internacionais, porém como já explicitado anteriormente, o interesse por esses estudos foi mais recorrente em

outras fases da pesquisa educacional. Os resultados obtidos reforçam a tendência dos estudos se focarem em temáticas locais.

5.2 Indicadores bibliométricos de autoria

A análise bibliométrica dos dados referentes aos autores que publicaram os artigos científicos na RBHE foi realizada com o objetivo de obter os seguintes indicadores: produtividade dos autores, tipologia da autoria da publicação, gênero dos autores, vínculo institucional dos autores e área de especialização dos autores. Após a análise, obtiveram-se os resultados descritos a seguir.

5.2.1 Produtividade dos autores

Os indicadores de produtividade são obtidos por meio dos indicadores de atividade que, por sua vez, se baseiam na contagem de publicações e visam à elaboração de listas de frequência ou ranking de pesquisadores, instituições, empresas e países. Segundo Wormell (1998), alguns pesquisadores observaram que a distribuição de frequência dos dados em um texto ou em um conjunto de referências bibliográficas segue certos padrões. A partir dessa observação, originaram-se as leis de Lotka, Bradford e Zipf, que servem de base para diversas aplicações e técnicas de análises surgidas posteriormente.

Lotka, em 1926, fundamentou a “Lei do Quadrado Inverso” ao afirmar que o número de autores que fazem n contribuições em um determinado campo científico, é aproximadamente $1/n^2$ daqueles que fazem uma só contribuição, e a proporção de autores que contribuem com um único trabalho, deve ser 60% do total de autores. A Lei de Lotka, como ficou conhecida, trata da produtividade dos autores em termos de publicação científica.

Segundo Rostaing (1966) e Courcial (1990), Lotka observou que, independentemente do tema focalizado, poucos autores têm um número elevado de publicações, e muitos autores

têm poucas publicações. Lotka identificou que o número de autores com certo número de publicações obedece à relação: $Y = C/x^2$, onde: $C =$ constante, $Y = n^\circ$ de autores e $X =$ número de publicações.

Com o intuito de verificar se a lei de Lotka pode ser aplicada nos artigos publicados na RBHE e RBE no período de 2001-2007, construímos as Tabelas 15 e 16 para a obtenção de dados necessários.

Tabela 15 - Distribuição da freqüência de publicação dos autores na RBHE

AUTORES	FREQÜÊNCIA
FONSECA, M. V.	2
BONTEMPI JUNIOR, B.	2
CHAVES, M. W.	2
HÉBRARD, J.	2
FARIA FILHO, L. M. de	2
LOPES, S de C	2
Participação em 1 artigo	79
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES	91

(*) Nas contribuições, há dupla contagem de autores devido aos autores que publicam em co-autoria.

Os 83 artigos publicados na *RBHE*, no período de 2001-2007 foram de responsabilidade de **85** autores, sendo que 5 escreveram dois artigos cada, e um autor foi colaborador em 2 artigos.

Tabela 16- Distribuição da freqüência de publicação dos autores da RBE

AUTORES	FREQÜÊNCIA
STRECK, D. R.	2
CHAVES, M W	2
COSTA, M. da	2
CUNHA, M V da	2
OLIVEIRA, O. V. de	2
PEREIRA, S	2
SILVA JÚNIOR, J. dos R.	2
SOMMER, L. H.	2
SPOSITO, M. P.	2
Participação em 1 artigo	201
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES	219

Os 158 artigos publicados na *Revista Brasileira de Educação*, no período de 2003-2007, foram de responsabilidade de **210** autores. A Tabela 16 apresenta os autores que publicaram mais de um artigo na RBE durante o período analisado.

Conforme foi dito, as Tabelas 15 e 16 foram construídas para a obtenção de dados para a aplicação da Lei de Lotka. Verificou-se que a soma dos autores da RBHE e da RBE que publicaram apenas 1 artigo, foi de 280, e a soma dos autores que tiveram mais de uma publicação, foi de 15 autores com duas publicações. Sendo assim, verifica-se que a incidência de autores com apenas um artigo é predominante (94,9%), mais do que os 60% identificados por Lotka de autoria individual.

A especificidade da área de Ciências Humanas invalida a Lei de Lotka, por isso é possível inferir que no período analisado, essa Lei não se aplica a essas revistas. Observa-se que, no período analisado, não há grandes produtores de estudos que publicaram na RBHE e na RBE.

5.2.2 Colaboração científica nas autorias dos artigos publicados na RBHE e na RBE

A colaboração entre autores pode ser indicador de trabalho de equipe, pois observa-se uma tendência internacional de co-autoria nas diversas áreas do conhecimento. Conforme Donato e Oliveira (2006), é mais comum em pesquisas complexas, especializadas e custosas. Porém, o aumento da colaboração científica também se justifica pela denominada *Síndrome POP - Publish or Perish*, ou seja, “publique ou pereça”, justificada pela necessidade de publicar para posicionamento profissional. Porém, segundo Velho (1997), a autoria individual ou o nível baixo de co-autoria é uma característica prevalente na área de Ciências Humanas e Sociais em relação a Ciências Naturais e Exatas. Os resultados apresentados na Tabela 17 corroboram essa afirmação. Verifica-se que a autoria individual é a mais freqüente na publicação de artigos tanto na RBHE como na RBE.

Tabela 17– Distribuição dos artigos de acordo com a autoria da RBE

AUTORES	RBHE		RBE	
	Artigos	%	Artigos	%
1 autor	76	91,6%	118	74,7
2 autores	6	7,2	28	17,7
3 autores	1	1,2	7	4,4
4 autores	0	0	3	1,9
5 autores	0	0	1	0,6
6 autores	0	0	1	0,6
TOTAL	83	100	158	100

Nota-se, porém, que a RBHE possui 91,6% de seus artigos publicados em autoria individual, enquanto na RBE 74,7% são de autoria individual e 25,2% são de autoria coletiva. A razão de este percentual ser maior que a autoria coletiva da RBHE (8,4%), pode ser atribuída à maior participação de autores que pesquisam temáticas mais abrangentes da área de Educação. A produção individual é mais marcante na História da Educação. Na Educação, os temas contemporâneos e mais atuais ainda conseguem aproximar pesquisadores; já na História da Educação, isto não é freqüente.

A característica da autoria individual também foi observada na tese de doutorado de Venturim (2005), que analisou a produção científica dos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino (ENDIPES) que tinham como objeto de estudo “a formação do professor pesquisador”. Venturim (2005) verificou que 71% dos textos tinham um único autor.

Com os resultados obtidos, pode-se inferir que a pressão pela publicação ainda não está afetando diretamente o comportamento de publicação coletiva na pesquisa educacional, ou seja, a produção científica periódica da área educacional pode estar na contramão da tendência de publicação em colaboração instalada atualmente. Isso não implica dizer que a autoria individual influencia na qualidade da pesquisa, apenas confirma a observação de uma cultura instalada nessa área.

5.2.3 Área de especialização dos autores dos artigos publicados na RBHE e na RBE

Caracterizar os autores de acordo com sua área de especialização consiste em identificar o perfil dos autores que publicam nas revistas e, assim, observar a proximidade das outras áreas do conhecimento científico com a área de Educação e História da Educação Brasileira.

As informações obtidas para a identificação da área de especialização dos autores foram retiradas dos artigos, porém 27,2% dos autores que publicaram os artigos na RBHE e 20,3% dos que publicaram na RBE, não informaram sua área de especialização. Apesar de esta frequência ser alta, optou-se por não buscar essa informação em outras fontes, como o *Currículo Lattes*, por exemplo, pois a intenção também se estendeu para observar se existe a preocupação dos autores e/ou revistas em disponibilizar esse tipo de informação. Embora se considere importante, não foi possível verificar a área de formação (graduação) pelo mesmo motivo acima.

Ressalta-se, também, que foi considerado o maior grau de titulação indicado pelos autores para determinar a área de especialização. Por exemplo, se estava indicado Mestrado em Sociologia e Doutorado em Educação, considerou-se a área de especialização como Educação. Ao delimitar o período de análise das duas revistas (RBHE e RBE), é preciso lembrar que muitos autores não haviam concluído a pós-graduação, porém, como esses dados não foram atualizados, as Tabelas 18 e 19 condizem com a realidade dos autores no momento da publicação.

Tabela 18 - Área de Especialização dos autores que publicaram na RBHE

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO	FREQÜÊNCIA	%
Educação	26	31,8
História da Educação	14	16,5
História da Educação e Historiografia	4	4,7
História	3	3,5
História e Filosofia da Educação	3	3,5
Políticas Educacionais	3	3,5
História Social	2	2,3
Ciências Sociais	1	1,2
História social das práticas culturais da escrita	1	1,2
Estudos Históricos Educacionais	1	1,2
Historia de los Sistemas Educativos Contemporáneos	1	1,2
História e Historiografia da Educação	1	1,2
História Religiosa e História da Educação	1	1,2
História Social da Educação	1	1,2
Sociologia	1	1,2
Não - Identificado	22	25,9
TOTAL	85	100

As Tabelas 18 e 19 permitem observar que a maioria dos autores, nas duas Revistas analisadas (RBHE e RBE), possui a Educação como principal área de especialização (31,8% e 53,8%, respectivamente). Esse fato é compreensível, já que as duas Revistas abrangem temáticas dessas áreas.

Na RBHE, observa-se que 16,5% dos autores possuem formação na área de História da Educação e 41,2% possuem formação relacionada à área de História da Educação. É interessante observar que a área de especialização dos autores que publicam na RBHE é mais direcionada para a temática abrangente da Revista. Levando em consideração a porcentagem de autores que não indicaram a área de formação, é possível inferir que há pouca proximidade com outras áreas na publicação de artigos na RBHE.

Tabela 19 - Área de Especialização dos autores que publicaram na RBE

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Educação	113	53,8
Ciência da Educação	5	2,4
Ciências Sociais	5	2,4
Educação Tecnológica	5	2,4
Sociologia	4	1,9
Filosofia	3	1,4
História da Educação	3	1,4
Psicologia	3	1,4
Psicologia da Educação	3	1,4
Comunicação	2	0,9
Educação Matemática	2	0,9
História e Filosofia da Educação	2	0,9
Saúde Coletiva	2	0,9
Filosofia da Educação	2	0,9
História Moderna	2	0,9
Sociologia Política	1	0,5
Antropologia	1	0,5
Antropologia Social	1	0,5
Ciências Humanas	1	0,5
Ciências Políticas e Sociais	1	0,5
Currículo, Ensino, Política Educacional	1	0,5
Estudo Luso-Brasileiro	1	0,5
Filosofia e História da Educação	1	0,5
História	1	0,5
História e Sociologia da Educação	1	0,5
Investigaciones Educativas	1	0,5
Letras	1	0,5
Linguística Aplicada	1	0,5
Pedagogia	1	0,5
Teoria Curricular	1	0,5
Teoria Literária e Literatura Comparada	1	0,5
Teoria Matemática	1	0,5
Não - Identificado	37	17,6
TOTAL	210	100

Os resultados evidenciam algumas diferenças importantes entre os conteúdos dos dois periódicos. Por um lado, evidencia-se que a RBE, de abrangência temática mais geral, publica artigos de pesquisadores da Educação e de outras áreas do conhecimento, tais como Filosofia, História, Psicologia, Letras, etc., enquanto a RBHE, que abrange temáticas específicas sobre a História da Educação, publica artigos de pesquisadores quase que exclusivamente dessa área.

Essas informações revelam que o campo da História da Educação constitui-se, de certa maneira, como um grupo mais fechado e mais específico/especializado de pesquisadores que

pouco trabalham de forma multidisciplinar ou, ainda, é possível inferir que a área não despertou interesse de pesquisadores de outras áreas que poderiam contribuir com outras interpretações sobre a História da Educação Brasileira.

5.2.4 Gênero (Autoria)

Pretende-se verificar o gênero dos pesquisadores que publicaram artigos na RBHE e na RBE durante o período analisado. Observa-se que a questão de gênero na ciência é um assunto abordado em vários trabalhos (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000; MELO; OLIVEIRA, 2006). A literatura aponta para uma presença feminina maior nas áreas de humanidades e saúde.

Melo e Oliveira (2006, p. 318), ao buscarem, na biblioteca eletrônica Scielo, informações para verificar a cooperação existente na produção científica nacional em relação ao gênero, argumentam:

O sexo feminino ainda permanece marcado pelo estereótipo do papel dos "cuidados", escolhem as áreas vinculadas à Educação, Saúde e à Assistência Social. Os homens, seguindo no rastro do papel definido socialmente para o sexo masculino, buscam a aventura do descobrimento dos campos científicos, como a Engenharia, Ciências Exatas e da Terra e as Agrárias. Eles também são aprisionados no seu papel, mas numa concentração inferior à encontrada para as mulheres. Estas são em torno de 44% das pesquisadoras apenas nas áreas das Ciências Humanas e da Saúde. Por sua vez, eles em Engenharia e Ciências Exatas e da Terra são aproximadamente 35% do total de pesquisadores.

Neste sentido, Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi (200, p. 436) observaram em suas pesquisas que “há tendência de agrupamento das alunas universitárias em disciplinas vinculadas aos serviços como são as profissões nas áreas de Comunicação, Educação, Humanidades e Saúde”.

Hayashi et al. (2007), ao verificarem a distribuição percentual dos pesquisadores por gênero nos grupos de pesquisa em História da Educação, constataram que a presença feminina na área de História da Educação é 19,6% superior aos dados da base censitária de 2004, que registra em 46,5% a participação de mulheres. Assim como Hayashi et al. (2007), também verificamos a distribuição percentual dos pesquisadores que publicaram nas revistas.

Tabela 20 – Gênero dos autores que publicaram artigos na RBHE e na RBE no período de 2000 a 2007

GÊNERO	RBHE	%	RBE	%
Feminino	45	52,9	138	65,7
Masculino	40	47,0	72	34,2
Total	85	100	210	100

Observa-se, na Tabela 20, predominância feminina na publicação de artigos científicos publicados na RBHE (52,9%) e na RBE (65,7%). Os resultados da pesquisa com relação ao gênero parecem confirmar o que a literatura da área de Ciências já constatou sobre a feminilização dos trabalhos na área de Educação.

Conforme se observou nas Tabelas 18 e 19, a formação dos autores que publicaram na RBHE e na RBE, alicerçam-se nas Ciências Humanas. Sabe-se que a área de Ciências Humanas possui maior participação feminina, o que reforça os resultados apresentados na Tabela 20.

5.2.5 Vínculo Institucional

A quase totalidade da produção científica brasileira está atrelada às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. A maioria das IES privadas no Brasil ainda não alcançou a excelência em pesquisas. Somente centros universitários e universidades, ainda que por força de lei, buscam a tríade: ensino, pesquisa e extensão. Essas instituições tradicionalmente não priorizam a pesquisa.

Conhecer o vínculo institucional dos autores que publicaram artigos na RBHE e na RBE é interessante para a pesquisa, já que, por meio dessa informação, é possível destacar as instituições que tiveram maior frequência na produção científica em Educação e História da

Educação. Na Tabela 21, encontra-se a relação das Instituições de que os autores são provenientes.

Tabela 21 – Vínculo Institucional dos autores dos artigos da RBHE

INSTITUIÇÃO	AUTORES	%
Universidade de São Paulo	12	14,1
Universidade Federal de Minas Gerais	6	7,0
Pontifícia Universidade Católica / São Paulo	3	3,5
Universidade de Lisboa	3	3,5
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3	3,5
Universidade Estadual Paulista	3	3,5
Universidade Federal de Sergipe	3	3,5
Universidade Federal do Paraná	3	3,5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	2,3
Pontifícia Universidade Católica / Rio de Janeiro	2	2,3
Pontifícia Universidade Católica / Goiás	2	2,3
Universidade Estadual de Montes Claros	2	2,3
Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires	2	2,3
Universidad de La Plata	2	2,3
Universidade do Estado de Minas Gerais	2	2,3
Instituições com frequência menor que 2	31	36,5
Não - Identificado	4	4,7
TOTAL	85	100

Os resultados obtidos aqui revelam que 14,1% dos autores são provenientes da **Universidade de São Paulo** e 7% da **Universidade Federal de Minas Gerais**, duas instituições situadas na região Sudeste do Brasil. As IES estaduais apresentam o maior número de trabalhos (25,7%), as federais apresentam 16,3% e as privadas 8,1%. Essa mesma ordem de frequência foi observada na pesquisa de Ventorim (2005). Em relação aos autores provenientes de instituições privadas, verifica-se que, na RBHE, 8,1% dos autores são provenientes da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Destaca-se, na Tabela 21, a presença de três autores provenientes da Universidade de Lisboa e um autor proveniente da Universidad Nacional de Quilmes, localizada em Buenos Aires. Essa presença revela a atual tendência, julgada exagerada por alguns pesquisadores, de aproximação entre pesquisadores brasileiros e portugueses.

Durante a XIV Reunião da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), realizada na USP em 2004, os pesquisadores brasileiros e portugueses apontaram que as pesquisas conjuntas entre os dois países estão aumentando. Fato confirmado também pelo pesquisador português Antonio Coutinho, da Universidade de Lisboa e da Fundação Gulbekian, que afirmou que a cooperação entre Brasil e Portugal na pesquisa científica aumentou nos últimos dez anos. "A maioria dos vínculos é estabelecida pelos próprios pesquisadores, sem a intermediação de convênios". Apesar dos pesquisadores buscarem parcerias sem essa intermediação, Schmidt (2004) relata que um convênio com o Instituto de Ciências de Portugal permitiu a criação de 62 programas de pós-graduação conjuntos entre brasileiros e portugueses, envolvendo 22 instituições dos dois países. Além disso, no Brasil, o governo federal oferece bolsas de um ano para estudos de doutorado no exterior. Essas iniciativas contribuem para a ampliação do intercâmbio entre pesquisadores do Brasil, Portugal e de países de língua portuguesa na África.

Na área de História da Educação, o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, promovido pelo Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT-HE/Anped), pela Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SHE/SPCE) e, a partir de 1999, também pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), expressa uma parceria internacional estabelecida entre as duas comunidades de pesquisadores em História da Educação do Brasil e Portugal.

Tabela 22 - Vínculo Institucional dos autores dos artigos da RBE

INSTITUIÇÃO	AUTORES	%
Universidade Federal Fluminense	11	5,2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	11	5,2
Universidade de São Paulo	11	5,2
Universidade Federal de Minas Gerais	8	3,8
Universidade Federal do Rio de Janeiro	7	3,3
Universidade Estadual Paulista	5	2,4
Universidade Estácio de Sá	5	2,4
Universidade Estadual de Campinas	4	1,9
Universidade Federal de Santa Catarina	4	1,9
Pontifícia Universidade Católica / São Paulo	4	1,9
Universidade Federal de Pelotas	3	1,4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3	1,4
Universidade do Estado da Bahia	3	1,4
Grupo de Pesquisa Educação e Mídia- PUC	3	1,4
Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte	3	1,4
Universidade Católica de Petrópolis	3	1,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2	0,9
Universidade Federal do Paraná	2	0,9
Instituições com frequência menor que 3	92	43,8
Não - Localizado	26	12,4
TOTAL	210	100

Observa-se, na Tabela 22, que 11% dos autores são provenientes da **Universidade Federal Fluminense**, da **Universidade do Estado do Rio de Janeiro** e da **Universidade de São Paulo**. Assim como na RBHE, alguns autores (3,8%) da RBE também são provenientes da **Universidade Federal de Minas Gerais**. Nota-se a concentração de autores provenientes de IES localizadas no Estado do Rio de Janeiro (17,5%). Verificou-se que a maioria dos artigos analisados é proveniente de IES federais (18,8%), 16,1% das IES estaduais e 7,1% de IES privadas.

Diferentemente do que se observou sobre a presença de autores portugueses na RBHE, na RBE não aparece nenhum autor português. Essa constatação é interessante, já que assinalamos anteriormente a existência de uma tendência de aproximação maior entre pesquisadores brasileiros e portugueses.

Assim, igualmente aos resultados observados por Venturim (2005), a produção científica educacional concentra-se em IES públicas.

5.2.6 Região das instituições de vinculação institucional dos autores dos artigos

Geralmente, para se obter a contribuição de determinada região para uma área específica, é necessário verificar sua frequência na produção científica daquela área. Nesta pesquisa, a localidade das Instituições a que os autores são vinculados, foi considerada um indicador.

Sendo assim, as Tabelas 23 e 24 complementam os resultados obtidos nas Tabelas 21 e 22. Espera-se, com os dados levantados, fazer um mapeamento das regiões que contribuíram para a produção científica em Educação e História da Educação.

Tabela 23 – Distribuição geográfica da proveniência dos autores (RBHE)

NATUREZA	LOCAL	AUTORES	%
NACIONAL	São Paulo	21	24,7
	Minas Gerais	10	11,8
	Rio de Janeiro	8	9,4
	Paraná	5	5,9
	Sergipe	4	4,7
	Rio Grande do Sul	3	3,5
	Goiás	2	2,3
	Mato Grosso	1	1,2
	Bahia	1	1,2
	Rio Grande do Norte	1	1,2
	Santa Catarina	1	1,2
INTERNACIONAL	Portugal	6	7,0
	Espanha	4	4,7
	Paris	3	3,7
	Argentina	3	3,5
	Itália	2	2,3
	Chile	1	1,2
	EUA	1	1,2
	México	1	1,2
	Suécia	1	1,2
	Não - Identificado	6	7,0
TOTAL		85	100

Verificou-se que 45,9% dos autores são provenientes da região Sudeste brasileira. A região Sudeste tem importante representatividade na pesquisa científica nacional, devido às inúmeras instituições de ensino superior de excelência e os pólos científicos e tecnológicos existentes. Além do Sudeste brasileiro, observa-se que 10,6% dos autores são provenientes da região Sul, 7,1% da região Nordeste e 3,5% da região Centro-Oeste.

Observa-se que 26% dos autores pertencem a instituições internacionais, o que demonstra o interesse dos autores externos na publicação nacional. Além do interesse do autor, essa prática também pode estar relacionada ao interesse da própria revista em publicar artigos de autoria externa. Destaca-se a presença de autores vinculados a instituições de Portugal (7%) e Espanha (4,7%).

A Tabela 24 apresenta o resultado obtido com a análise bibliométrica dos dados referentes à região geográfica dos autores que publicaram na RBE.

Tabela 24 – Distribuição geográfica dos autores dos artigos da RBE

NATUREZA	LOCAL	AUTORES	%
NACIONAL	Rio de Janeiro	48	22,8
	São Paulo	35	16,6
	Minas Gerais	25	11,9
	Rio Grande do Sul	22	10,5
	Santa Catarina	8	3,8
	Bahia	5	2,4
	Espírito Santo	4	1,9
	Mato Grosso	4	1,9
	Goiás	3	1,4
	Paraná	3	1,4
	Ceará	3	1,4
	Rio Grande do Norte	3	1,4
	Amazonas	2	0,9
	Pará	2	0,9
	Pernambuco	2	0,9
	INTERNACIONAL	Portugal	4
França		3	1,4
México		3	1,4
	Local com frequência menor que 2	11	5,2
	Não - Identificado	20	9,5
TOTAL		210	100

Assim como na RBHE, observa-se que a maioria das instituições é da região Sudeste (53,2%), 15,7% da região Sul, 6,1% da região Nordeste, 3,3% da região Centro-Oeste e 1,8% da região Norte. Verifica-se porcentagem menor (4,7%) de autores provenientes de instituições do exterior, porém nota-se maior distribuição dos autores em regiões diversas do Brasil.

5.3 Análise de Citações

A importância do confronto de idéias para a construção de um arcabouço teórico é algo indiscutível. A identificação das fontes utilizadas para essa finalidade pode trazer contribuições significativas para um campo de pesquisa. Nesse sentido, procurou-se obter indicadores das citações presentes nos artigos científicos.

O meio mais comum pelo qual se atribui crédito e reconhecimento na ciência é a citação. O artigo de periódico com sua lista de citações é o meio universalmente aceito pelo qual a instituição científica registra e divulga os resultados de suas investigações. O surgimento de índices de citação contribuiu para que as citações tivessem maior importância para os cientistas, departamentos de pesquisa, universidades e nações. (MACIAS-CHAPULA, 1998).

As citações constituíram-se em importante fonte de informações para pesquisadores ao tornarem-se instrumento de avaliação do comportamento da literatura científica. Para Foresti (1990, p.54), as citações presentes nos textos publicados “estabelecem os direitos de propriedade e prioridade da contribuição científica de um autor, constituem importantes fontes de informação, ajudam a julgar os hábitos de uso da informação e mostram a literatura que é indispensável para o trabalho dos cientistas”. As citações mostram o relacionamento de uma publicação com outra; por meio dos indicadores de citação, é possível medir o impacto de uma publicação junto à comunidade científica, porém eles não devem ser entendidos como indicadores de qualidade. Torna-se necessário considerar a análise de citações como um importante indicador bibliométrico do desempenho científico, mas não o único, nem o melhor. De acordo com Almeida (1997, p. web):

Os indicadores bibliométricos têm importantes funções e potenciais utilizações no que se relaciona à atividade científica: a avaliação do desempenho técnico-científico regional ou nacional, a avaliação da performance científica das universidades e tecnológica das empresas e o mapeamento das atividades de pesquisa e do pessoal por área de conhecimento. E a importância dessas funções não pode ser desmerecida.

Nesse sentido, é válido mencionar os argumentos de Bufrém e Prates (2005) ao refletirem sobre os estudos quantitativos das pesquisas em informação. As autoras ressaltam que um impulso considerável na área da bibliometria foi dado pela análise de citação, cuja hipótese básica afirma que qualquer ato de citar o autor de artigo anterior é sempre significativo.

Bufrém e Alencar (2000, p. 4) reforçam essa visão ao comentar que a análise de citação pode ser utilizada para

identificar especialidades emergentes, novas tecnologias bem como a estrutura de várias áreas de pesquisa, campos e da ciência como um todo. Entretanto, não substitui o julgamento por especialistas da área da influência e importância das publicações de pesquisa, o que significa uma análise qualitativa da ciência. Os documentos, materiais privilegiados da análise bibliométrica, não se constituem em mais do que uma parcela da atividade de pesquisa que será demandada. Essa análise qualitativa é interpretação equilibrada das análises de citação de modo a contribuir efetivamente para a avaliação e análise da ciência e tecnologia.

Alguns dos objetivos da análise de citações encontrados na literatura são os estudos das relações bibliométricas entre frente de pesquisa e revisões de literatura (verificar o grau de coincidência entre os documentos mais citados e a frente de pesquisa); pode-se verificar a probabilidade de comunicação entre autores através de citações das mesmas revistas contidas nos artigos publicados; a análise de literatura específica para determinar a vida média da literatura citada; definir a fonte de pesquisa e seu grupo de elite; estabelecer relações internas entre assuntos e pesquisadores por meio do acoplamento bibliográfico.

Sabendo das possibilidades de análise obtidas com o estudo das citações, e haja vista a importância da citação bibliográfica dentro de um campo de pesquisa, apresenta-se, a seguir,

indicadores bibliométricos construídos a partir da análise de citações presentes nos artigos publicados na RBHE e na RBE. Foram contabilizadas 2.255 citações nos 85 artigos publicados na RBHE, com uma média de 26,5 citações por artigo. Na RBE, foram contabilizadas 3.825 citações nos 158 artigos publicados, com média de 24,2 citações por artigo.

5.3.1 Colaboração científica presente nas citações dos artigos publicados na RBHE e na RBE

A autoria das citações nos artigos publicados tanto na RBHE como na RBE é do tipo individual, coletivo ou institucional. Pretende-se verificar se o comportamento da autoria individual verificado na publicação dos artigos analisados se estende para os documentos citados nos mesmos artigos.

Na análise das citações, verificou-se que algumas obras citadas tratavam-se de documentos diversos sem autoria identificada, por exemplo: *Caderno de rascunho de Marie Mouli,n realizado por volta de 1863, na escola de Darnétal, Livro das Actas do Presbyterio de Bahia e Sergipe e Relatórios do Ministro do Império de 1856 e 1872* (Citados na RBHE). Esses casos foram considerados, conforme apresentado na Tabela 25, como “Autoria não determinada”.

Tabela 25 - Autoria na citação

AUTORIA	RBHE	%	RBE	%
Individual	1.821	80,7	2.988	78,1
Coletiva	165	7,3	488	12,8
Institucional	79	3,5	274	7,1
Autoria não determinada	190	8,4	75	1,9
TOTAL	2.255	100	3.825	100

A Tabela 25 confirma o comportamento da autoria individual nas citações realizadas nos artigos publicados nas duas revistas (RBHE e RBE). Nota-se que a proporção de citações do tipo individual na RBHE é maior que na RBE, fato também observado na autoria dos artigos publicados nas revistas. Ressalta-se novamente que a prevalência da autoria individual na RBHE pode estar associada à especificidade da área.

A autoria institucional são as obras publicadas por instituições governamentais ou privadas. Observa-se que a RBE possui o dobro (7,1%) de citações com autoria institucional da RBHE (3,5%). Geralmente, as pesquisas educacionais recorrem à legislação para embasar suas teorias, o que pode ser um indício dessa frequência.

Ressalta-se que não foi possível observar a existência de redes de colaboração científica entre as citações. Percebe-se que, nas citações com autoria coletiva, não há uma relação forte entre os autores, ou seja, os autores citados que apresentam obras em colaboração, não aparecem com frequência constante.

5.3.2 Tipologia das fontes citadas

Sobre esse assunto, permeia uma discussão que envolve os programas de pós-graduação e as agências de fomento, como a Capes. A avaliação dos programas de pós-graduação abrange a análise da produção científica de pesquisadores e programas. Nessa avaliação tem sido atribuído maior peso à produção veiculada na forma de artigos em periódicos, desconsiderando as particularidades das áreas do conhecimento. Em decorrência, tem havido questionamentos quanto aos critérios de avaliação, devido à sua possível pouca sensibilidade para identificar e valorizar outras formas de veiculação da produção científica.

As críticas em relação às políticas de avaliação da produção científica também recaem na generalização da avaliação, ou seja, mesmo que haja o discurso da avaliação das particularidades das áreas, no final, acaba prevalecendo o aspecto quantitativo. Em conferência¹¹ realizada na UFSCar, em abril de 2008, a professora Lea Velho assim argumentou: “Só se compara semelhante com semelhante”, ou seja, os indicadores de produção científica de uma área não devem ser comparados. As Ciências Humanas, por exemplo, necessitam de tempo maior para a publicação de seus resultados de pesquisa. Isso implica dizer que a quantidade de publicações de um pesquisador da área de Humanas não poderia ser comparada à de um pesquisador da área de Exatas. Talvez, a questão da

¹¹ Conferência da aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. São Carlos, 11 abr. 2008.

periodicidade de publicação esteja relacionada com a prevalência maior de publicações em livros e capítulos de livros na área de Humanas.

Apesar de a Capes já ter demonstrado interesse em modificar essa estrutura, ao classificar também Livros e Eventos, nota-se que a publicação em periódicos possui grau de visibilidade maior dentro de determinado campo de pesquisa.

Tabela 26 – Tipo de Suporte das Fontes Citadas nos artigos da RBHE e da RBE

TIPO DE PUBLICAÇÃO	RBHE	%	RBE	%
Livro	1.269	56,7	1.917	50,1
Artigo de Periódico	313	13,9	702	18,3
Capítulo de Livro	270	12	641	16,8
Texto da Internet	7	0,3	167	4,4
Trabalhos em Evento	57	2,5	156	4,1
Dissertação	46	2,0	89	2,3
Tese	60	2,6	86	2,2
Jornal	84	3,7	56	1,5
Folder	0	0	2	0,05
Relatório	41	1,8	1	0,02
Documentos diversos*	86	3,8	5	0,1
CD-ROM	3	0,1	0	0
Texto Mimeografado e digitalizado	8	0,3	0	0
Monografia	1	0,04	2	0,05
Palestra	1	0,04	0	0
Programa de TV	1	0,04	1	0,02
Entrevista	8	0,3	0	0
TOTAL	2.255	100	3.825	100

(*) Documentos diversos: fontes primárias consultadas em arquivos, livros de ofício, projetos de pesquisa, cadernos de anotações, documentos jurídicos, comunicação pessoal e outros documentos avulsos.

Constata-se a presença de 17 tipos de suportes informacionais: livros, artigos de periódico, capítulos de livro, texto da Internet, trabalhos em evento, dissertação, tese, jornal, fôlder, relatório, documentos (diversos), CD-ROM, texto mimeografado e digitalizado, monografia, palestra, programa de TV e entrevistas.

No padrão de citação encontrado neste trabalho, foi observado maior percentual de citação de livros (56,7% RBHE e 50,1% RBE) do que a citação de artigos em periódicos (13,9% RBHE e 18,3% RBE). Esse cenário também foi observado em outros estudos sobre comportamento de citações na área de Humanas. Na área de saúde, ao contrário, os estudos indicam que há maior número de citações de artigos em periódicos. A comparação entre o padrão de citação nas duas revistas (RBHE e RBE) é similar em relação à citação de livros. Esse resultado, de certa maneira, confirma a predileção da área pela citação dessa fonte.

Tanto na RBHE como na RBE, são proporcionalmente baixas as citações de teses e de dissertações, documentos da Internet e a “literatura cinzenta” (trabalho em evento, fôlder, relatório, documentos diversos, texto mimeografado, monografia, palestra, programa de TV e entrevista), não alcançando 10% (13,46% RBHE e 4,7% RBE) do total.

Apesar de existirem importantes eventos na área de Educação e de História da Educação, nota-se que a citação de trabalhos publicados em eventos científicos é relativamente baixa nas duas revistas (RBHE, 2,5% e RBE 4,1%).

Observa-se que a RBE teve um índice de citação de 4,4% de documentos da Internet, enquanto a RBHE teve um índice de citação de apenas 0,3%. Em relação à divergência do número de citações de documentos da Internet entre as duas revistas, pode-se inferir que o comportamento de citação da RBHE reflete a necessidade da área de pesquisar em fontes primárias históricas para o desenvolvimento das pesquisas. O número relativamente baixo de citações de documentos da Internet indica que, apesar da expansão da Internet na última década, ainda prevalece a consulta a fontes impressas para o desenvolvimento da pesquisa educacional. Aliás, essa é uma característica dos estudos históricos, que recorrem mais à pesquisa documental e às fontes primárias, embora hoje seja possível consultar fontes primárias *online*.

Ainda sobre o padrão de citação dos dois periódicos, ressalta-se que o número de citação, somando-se as teses e dissertações, corresponde a 4,6% das citações na RBHE e 4,5%

das citações na RBE. Esses números indicam que esse tipo de literatura ainda é pouco consultado pelos pesquisadores da área de Educação e História da Educação. Trata-se de fontes importantes de pesquisas que merecem a atenção, já que refletem o interesse da produção acadêmica dos programas de pós-graduação, além de conter investimentos de recursos e tempo para o desenvolvimento. Essas fontes precisam ser mais bem divulgadas. Nota-se que, na última década, muitas iniciativas estão sendo realizadas nesse sentido. As bibliotecas das principais universidades brasileiras estão disponibilizando em *on-line* tanto as dissertações como as teses no formato completo, facilitando o acesso que antes se restringia a consulta local nas Instituições depositárias.

A análise de citações através da abordagem quantitativa permite o mapeamento de uma realidade sociocientífica extremamente complexa. Faz-se necessário atentar para os limites desse tipo de abordagem. Mesmo que seja evidente que livros e capítulos de livros, do ponto de vista quantitativo, sejam mais freqüentes nas citações nas áreas de Educação e História da Educação, não quer dizer que outros suportes informacionais não sejam relevantes para a área. Segundo comunicado da Presidência da Capes (2007, p. web):

Recordamos que nem todas as áreas consideram os trabalhos em anais ou os livros como produção científica relevante. A orientação da Diretoria da CAPES, contudo, desde abril de 2004, é que, nas áreas em que livros são considerados a produção científica mais importante, eles sejam avaliados e, por conseguinte, tenham o devido papel na avaliação dos programas. Não obstante, registramos, com satisfação, que todas as áreas da pós-graduação vêm produzindo livros de maneira crescente nos últimos anos.

A ampliação da avaliação da Capes para a publicação em outros suportes que não sejam somente os periódicos científicos, é importante para a área de Educação, já que observamos que a publicação em Livros nesta área é predominante. Os pesquisadores desse campo acabam deparando-se, em certo momento da carreira profissional, com a necessidade contínua de publicarem artigos científicos em periódicos reconhecidos. A pressão pela publicação contínua, muitas vezes, contribui para que o planejamento de elaboração de livros seja deixado para outro momento. A alternativa mais comum tem sido a publicação em coletâneas, onde vários pesquisadores se reúnem para publicar trabalhos que tenham interesses comuns.

5.3.3 Ano de publicação das fontes citadas

O nível de atualidade das fontes citadas foi verificado por meio do ano de publicação das mesmas. A importância desse indicador recai sobre a possibilidade de dimensionar as obras citadas nos artigos publicados nos periódicos (RBHE e RBE). Considera-se, em geral, aceitável até cinco anos a atualidade das fontes citadas (RODRIGUES, 1982). Porém, antes de apresentar os resultados, ressalta-se que, ao obter indicadores do nível de atualidade das fontes citadas, não se pretende fazer um julgamento segundo o qual as fontes atuais são mais importantes. Longe disso, espera-se, com a classificação das fontes por idade, observar se os referenciais teóricos utilizados nas pesquisas priorizam determinados períodos.

Tabela 27 – Ano de publicação das fontes citadas

PERÍODO	PERÍODO	RBHE		RBE	
		Total	%	Total	%
SÉCULOS - XVI, XVII, XVIII e XIX	1539	1	0,04	0	0
	1612-1632	0	0	7	0,2
	1642-1660	3	0,13	0	0
	1778-1796	2	0,08	1	0,02
	1802-1829	1	0,04	2	0,05
	1830-1839	3	0,13	9	0,23
	1840-1849	7	0,31	6	0,15
	1850-1859	16	0,70	4	0,10
	1860-1869	16	0,70	1	0,02
	1870-1879	43	1,90	4	0,10
	1880-1889	53	2,35	4	0,01
	1890-1899	20	0,88	0	0
SÉCULOS - XX e XXI	1900-1909	26	1,15	0	0
	1910-1919	35	1,55	0	0
	1920-1929	30	1,33	0	0
	1930-1939	71	3,14	6	0,15
	1940-1949	53	2,35	6	0,15
	1950-1959	83	3,68	32	0,83
	1960-1969	92	4,07	95	2,48
	1970-1979	179	7,93	195	5,09
	1980-1989	319	14,1	493	12,9
	1990-1999	680	30,1	1.606	41,9
	2000-2006	413	18,3	1.316	34,4
	Sem Ano	109	4,83	38	0,99
	Total	2.255	100	3.825	100

Os resultados apresentados na Tabela 27 indicam que 18,3% das citações são da década de 2000. Nos artigos publicados na RBE, essa porcentagem aumenta para 34,4%. Observa-se que 7,26% das fontes citadas na RBHE são publicações dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, enquanto apenas 0,88% das fontes citadas na RBE são desse período. Tanto as citações realizadas na RBHE como as citações realizadas na RBE estão centradas na década de 1990 (30,1% e 41,9%, respectivamente).

Esses resultados permitem que se façam as seguintes inferências: o nível de atualidade das fontes citadas na RBE é 16,1% maior que o mesmo nível das fontes citadas na RBHE. A década de 1990 contém a maior porcentagem de fontes citadas nas duas revistas, talvez porque essa concentração esteja relacionada ao aumento no número de publicações que se estabeleceu nessa década. A fonte mais antiga citada na RBHE foi publicada em 1539; trata-se da *Cartilha com preceitos da Santa Madre Igreja*, obra de autoria de J. de Barros, publicada em Lisboa pela editora Luís Rodrigues. Já a fonte mais antiga citada na RBE data de 1612; trata-se do *Relatório sobre a didática de Ratke* publicado pelos autores J. Jung e C. HELVIC.

5.3.4 Fontes citadas conforme sua natureza (nacional/internacional)

O local de publicação de uma obra pode determinar alguns nichos onde a publicação de uma área está centrada. No caso específico desta pesquisa, espera-se levantar as principais localidades onde as obras citadas nos artigos foram publicadas.

Tabela 28 - Distribuição das fontes citadas conforme sua natureza (nacional/internacional) RBHE e RBE

NACIONAL/INTERNACIONAL	RBHE		RBE	
	Freq.	%	Freq.	%
Nacional	562	24,9	1.626	42,5
Internacional	1.332	59,0	1.467	38,3
Não Identificado	361	16,0	732	19,1
TOTAL	2.255	100	3825	100

Chama a atenção a porcentagem de fontes internacionais (59%) citadas nos artigos publicados na RBHE. É um dado que merece discussão, já que se trata de uma publicação direcionada á divulgação de pesquisas na área de História da Educação brasileira. Os autores recorrem a essas fontes para explicar eventos nacionais, o que, de certa forma, enriquece a discussão em uma pesquisa, porém também denota interesse menor ou a falta de mais obras sobre a História da Educação Brasileira.

Apesar de a maioria dos artigos citados na RBE não ser internacional, também há uma porcentagem representativa (38,3%) de citações dessa natureza. Esse resultado também chama a atenção por tratar-se de uma publicação nacional. Essa vinculação com autores estrangeiros demonstra, conforme levantado por Ventorim (2005), certa dependência “acrítica” ao contextualizar a produção sobre o assunto pesquisado. Demonstra também que a área sempre esteve aberta para conhecer e incorporar o pensamento produzido fora do Brasil. Essa é uma característica visível da área. Há referenciais que não se prendem às fronteiras. Em síntese, pode haver incorporação acrítica, mas pode haver também essa postura receptiva (no sentido positivo).

Nas Tabelas 29 e 30, é possível observar a distribuição das fontes citadas na RBHE e na RBE conforme o local de publicação. Vale lembrar que, na Tabela 30, para a classificação das fontes citadas em nacionais e internacionais, foram somadas todas as obras citadas, já nas Tabelas 31 e 32 constam as obras com frequência maior que 10. As fontes não-identificadas são aquelas em que não constava o local de publicação, por exemplo, a obra de Pech “*Élie Castan et la révolte du 17 e Le cahier de monologues fait à Gafsa*”, de 1982. O local de publicação pode não ter sido localizado na obra. Nem todas as obras apresentam essa informação de forma clara, ou mesmo, o autor não seguiu uma normalização para a elaboração de referências. Apesar de ser possível a identificação por meio de uma consulta em catálogos *on-line*, optou-se por não despender tempo para obter essa informação, já que os dados coletados foram suficientes para a elaboração de indicadores. Para melhor visualização, os locais de publicação foram agrupadas por Estado.

Tabela 29 - Distribuição das fontes citadas conforme o local de publicação - RBHE

NATUREZA	LOCAL	FREQ.	%
NACIONAL	São Paulo	602	26,7
	Rio de Janeiro	329	14,6
	Minas Gerais	126	5,6
	Porto Alegre	56	2,5
	Brasília	35	1,5
	Paraná	20	0,9
	Bahia	13	0,6
	Goiás	10	0,4
	INTERNACIONAL	Paris	152
Lisboa		67	3
Buenos Aires		53	2,3
New York		45	2
Madrid		40	1,8
México		28	1,2
Barcelona		24	1,0
Londres		24	1,0
Cambridge		19	0,8
Porto		14	0,6
Não - Identificado		352	15,6
Frequência menor que 10		246	10,9
TOTAL		2255	100

Na Tabela 29, verifica-se que a maioria das fontes citadas foi publicada no Estado de São Paulo (26,7%). No Sudeste brasileiro, concentram-se 46,9% das fontes citadas. Em relação às fontes publicadas no exterior, destaca-se a cidade de Paris com 6,7% das fontes citadas.

Na Tabela 30, observa-se a distribuição das fontes citadas na RBE conforme o local de publicação.

Tabela 30 - Distribuição das fontes citadas conforme o local de publicação - RBE

NATUREZA	LOCAL	FREQÜÊNCIA	%
NACIONAL	São Paulo	849	22,1
	Rio de Janeiro	637	16,6
	Brasília	184	4,8
	Minas Gerais	142	3,7
	Rio Grande do Sul	131	3,4
	Bahia	13	0,3
	Mato Grosso	11	0,2
	Santa Catarina	11	0,2
INTERNACIONAL	Paris	170	4,4
	New York	76	2,0
	Londres	65	1,7
	Lisboa	61	1,6
	México	51	1,3
	Buenos Aires	46	1,2
	Madrid	37	1,0
	Porto	36	0,9
	Cambridge	34	0,8
	Barcelona	32	0,8
	Washington	25	0,6
	Roma	16	0,4
	Oxford	15	0,4
	Braga	14	0,4
	Milano	12	0,3
	Não Localizado	731	19,1
	Frequência menor que 10	426	11,1
TOTAL		3.825	100

Conforme também observado na Tabela 30, São Paulo foi o Estado como o maior número de publicações citadas (22,1%). O Sudeste brasileiro apresenta o maior número das fontes citadas (42,4%). Nota-se a presença de diversas cidades do exterior, porém as nacionais representam 51,3% das publicações citadas e as internacionais, 17,8%; talvez, hoje, as fontes nacionais sejam as mais citadas que no passado devido ao aumento da produção científica brasileira.

5.3.5 Distribuição das fontes citadas conforme o idioma de publicação

O levantamento do idioma das obras citadas pode revelar o comportamento de citação dos pesquisadores da pesquisa educacional.

Tabela 31 - Distribuição das fontes citadas conforme idioma da publicação - RBHE /RBE

IDIOMA	RBHE		RBE	
	Frequência	%	Frequência	%
Português	1.688	74,8	2.848	74,4
Inglês	155	6,9	447	11,7
Espanhol	171	7,6	246	6,4
Francês	215	9,5	209	5,4
Italiano	15	0,6	61	1,6
Alemão	11	0,5	14	0,3
TOTAL	2.255	100	3.825	100

Embora verificada a presença marcante das citações de natureza internacional nos artigos publicados nas duas revistas, observa-se, na Tabela 31, que a grande maioria das fontes citadas foi publicada em português, fato que denota a notoriedade do mercado de traduções no Brasil. É válido ressaltar que as obras publicadas no idioma português de Portugal foram contabilizadas como português, sem determinar o país.

Na Tabela 31, destaca-se porcentagem quase igual de fontes citadas no idioma português (74,8% na RBHE e 74,4% na RBE). Na RBHE, observa-se que 9,5% das fontes citadas são do idioma francês, o que pode revelar a influência em nossa historiografia da Nova História (francesa). Na RBE, observa-se que o idioma inglês é o segundo com maior frequência (11,7%).

5.3.6 Fontes bibliográficas periódicas citadas na RBHE e na RBE

Haja vista a importância do periódico científico dentro da produção científica brasileira, foi realizada a análise dos dados referentes às fontes periódicas citadas.

Na lista Qualis/Capes, um periódico científico é considerado internacional somente se obedecer a todos os critérios determinados para essa classificação. Por exemplo, um dos critérios para uma revista nacional ser classificada como internacional é a publicação no idioma inglês. Sendo assim, para a obtenção dos indicadores de abrangência das fontes bibliográficas periódicas citadas, verificou-se o local de publicação dessas revistas e, dessa maneira, foi determinado se as fontes são nacionais ou internacionais.

Na Tabela 32, apresentam-se os indicadores das fontes bibliográficas citadas, obtidos por meio do local de publicação.

Tabela 32 - Abrangência das fontes bibliográficas periódicas citadas na RBHE/RBE

ABRANGÊNCIA	RBHE		RBE	
	Frequência	%	Frequência	%
Nacional	318	80,1	573	75,6
Internacional	79	19,9	185	24,4
TOTAL	397	100	758	100

Observa-se, na Tabela 32, que a maioria das fontes bibliográficas citadas é nacional (RBHE 80,1% e RBE 76,2%). Essa constatação indica que a pesquisa educacional se alicerça em fontes periódicas nacionais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Nas Tabelas 33, 34, 35, 36, 37 e 38, encontra-se a distribuição dos periódicos de acordo com a frequência de citação. As fontes periódicas citadas estão separadas por tipologia, já que a natureza das fontes periódicas é diferente. Os periódicos informativos são aqueles direcionados a um público geral, por exemplo, a revista *Veja*. Já os periódicos científicos (ou revistas científicas) são aqueles direcionados a um público especializado, que abrange uma área específica, por exemplo, a *Revista Brasileira de Educação*. Os jornais, incluídos nas fontes periódicas citadas, também possuem natureza diferenciada, tanto pode ser um jornal comercial, com circulação diária, direcionado ao público em geral, como ser um jornal institucional, com circulação semanal, mensal, semestral, etc., direcionado a uma

temática, ou área do conhecimento, etc. O jornal *O Estado de S. Paulo* é um exemplo de jornal comercial, e o Boletim Anped é um exemplo de jornal institucional.

Tabela 33 - Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (jornais) nacionais na RBHE

Fonte Bibliográfica periódica (Jornal)	Freq.	%	Fonte Bibliográfica periódica (Jornal)	Freq.	%
O Estado de S. Paulo	21	25	Jornal Correio da Manhã	1	1,2
Correio Oficial	13	15,5	Jornal da PUC	1	1,2
Jornal do Commercio	4	4,8	Jornal de Piracicaba	1	1,2
Jornal do Professor	2	2,4	Jornal do Brasil	1	1,2
O Jornal	2	2,4	Jornal Musical	1	1,2
O Professor	2	2,4	Jornal O Universal	1	1,2
A Boa Nova	1	1,2	Jornal Ordem	1	1,2
A Constituição	1	1,2	O Escoteiro	1	1,2
A Lanterna	1	1,2	O Estado de Sergipe	1	1,2
A Província	1	1,2	O Globo	1	1,2
A Província do Pará	1	1,2	O Horizonte	1	1,2
A Vida de Minas	1	1,2	O Liberal do Pará	1	1,2
A Voz do Trabalhador	1	1,2	O Município – 1890-1893	1	1,2
Boletim	1	1,2	Trabalhadores	1	1,2
Boletim A	1	1,2	Afro-Asia	1	1,2
Boletim da Escola Moderna	1	1,2	Akal	1	1,2
Boletim do Departamento de Didática	1	1,2	Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr E Ravignani	1	1,2
Boletim do Departamento de História	1	1,2	Expression	1	1,2
Boletim do GEPEM	1	1,2	Internationalisation	1	1,2
Commercio do Amazonas	1	1,2	Journal Des Savants	1	1,2
Diário Carioca	1	1,2	O Paiz	1	1,2
Diário de Notícias	1	1,2	Langue Française	1	1,2
Diário Oficial	1	1,2	TOTAL	84	100
Estado de Minas	1	1,2			

A Tabela 33 permite observar a presença dos Jornais como fonte de investigação para a História da Educação. O jornal é fonte primária em muitas pesquisas históricas, o que talvez explique a frequência observada.

Entre os jornais citados há aqueles que são do século XIX, como o jornal *A Boa Nova* e *A Constituição*, ambos de Manaus, cujos artigos citados datam de 1883 e 1877, respectivamente. Também há jornais que remetem ao início do século XX, como por exemplo, *A Lanterna* (1901) ou o jornal *A Vida de Minas* (1916). Muitos dos jornais citados já saíram de circulação, como por exemplo, *A Província*, *A Província do Pará*, *A Voz do Trabalhador*, *Jornal Ordem*, etc. Essas citações expressam a utilização de fontes primárias na

pesquisa em História da Educação e, demonstram também, a utilização da pesquisa documental como técnica de pesquisa. Esses jornais possivelmente foram consultados em Arquivos ou Bibliotecas, o que demonstra que a prática de buscar fontes históricas para a pesquisa em História da Educação é uma característica presente na área. Segundo Nunes e Carvalho (1992, p. 22),

os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com quem podem contar. Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. Apesar dessas dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distância necessária para olhar de uma nova maneira a pedagogia, tornando-se, pela sua prática e pelo seu projeto, um historiador.

Verifica-se também, a citação de jornais atuais (O Estado de S. Paulo, 25%) como fonte de informação. Do *Estado de S. Paulo* há citações de 2004 e citações de artigos de 1946, por exemplo. Um documento pode tornar-se fonte de informação de acordo com o olhar do pesquisador. Apesar dos jornais recentes trazerem informações mais sucintas, pode contribuir para a compreensão do pensamento e idéias de uma época. Para Saviani (2005), “as fontes históricas não são a origem do fenômeno histórico, não são as fontes da história”, de acordo com Andreotti (s.d), são documentos que nos fornece informações para a compreensão de dado fenômeno. Nada é fonte de pesquisa até que o pesquisador formule suas questões.

Na Tabela 30, nota-se, também, a presença de fontes legislativas como o *Correio Oficial* e o *Diário Oficial*. Essas fontes são documentos importantes para a investigação histórica, permitem observar a configuração das Leis de acordo com a situação política.

Os Boletins trata-se de pequenas publicações com notícias, não devem ser confundidos com o título de alguns periódicos científicos. Geralmente o Boletim é publicado para circulação de informações de uma determinada localidade, entidade ou instituição. Foram citados, por exemplo, o *Boletim do Departamento de Didática*, o *Boletim do Departamento de História*, o *Boletim da Faculdade de Ciências e Letras da USP*, etc.

Tabela 34 – Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (revistas) nacionais na RBHE

PERIÓDICOS NACIONAIS	QUALIS	FREQ	%
Educação & Sociedade	Internacional A / Educação	14	5,8
Teoria & Educação		14	5,8
Cadernos de Pesquisa	Internacional A / Educação	13	5,4
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Nacional A / Educação	13	5,4
Estudos Históricos	Nacional A / Educação	10	4,1
Revista Brasileira da História da Educação	Nacional B / Educação	10	4,1
Revista Brasileira de Educação	Internacional A / Educação	10	4,1
Educação em Revista	Nacional B / Sociologia	8	3,3
Estudos Avançados	Nacional B / Educação	6	2,5
História da Educação	Nacional B / Educação	6	2,5
Revista Brasileira de Estatística	Nacional C / Interdisciplinar	6	2,5
Cadernos Anped		5	2,0
Arquivos do Instituto de Educação		4	1,7
Educação & Realidade	Internacional A / Educação	4	1,7
Educação e Pesquisa	Nacional A / Sociologia	4	1,7
Em Aberto	Nacional B / Interdisciplinar	4	1,7
Caderno Cedes	Nacional A / Educação	3	1,2
Educação e Ciências Sociais		3	1,2
Revista Brasileira de História	Nacional A / Educação	3	1,2
Revista da Faculdade de Educação da USP		3	1,2
Revista História da Educação	Internacional A / Educação	3	1,2
Tempo Social	Internacional A / Educação	3	1,2
Com-Ciência Social		3	1,2
Periódicos com frequência menos que 3		87	36,4
TOTAL		239	100

Entre os periódicos científicos mais citados, destacam-se: *Educação & Sociedade* 5,8%, *Teoria & Educação* 5,8% e *Cadernos de Pesquisa* 5,4%, e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* 5,4%. Conforme destacado no capítulo 1 deste trabalho, a RBEP trouxe importantes contribuições para a pesquisa educacional, e é uma revista bastante utilizada como fonte de pesquisa na área. A RBHE também está entre os periódicos mais citados (4,1%), o que revela que há citações do mesmo periódico em que o artigo foi publicado. O mesmo índice foi atingido pela RBE (4,1%), indicando que artigos publicados neste periódico também são de interesse dos pesquisadores que publicaram na RBHE.

Apesar de alguns periódicos não pertencerem à lista Qualis/Capes, a maioria dos periódicos citados foi classificada como Internacional e Nacional A. Esse resultado pode demonstrar que periódicos com maior circulação e citação são melhores avaliados.

Tabela 35 - Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (revistas) internacionais na RBHE

PERIÓDICOS INTERNACIONAIS	FREQÜÊNCIA	%
Histoire de L'éducation	5	6,8
Revue Histoire de L'éducation	3	4,0
Educação, Sociedades & Culturas	3	4,0
Archivum Historicum Societatis Iesu	2	2,7
El Monitor de la Educación Común	2	2,7
Paedagogica Historica	2	2,7
Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine	2	2,7
Scrittura e civiltà	2	2,7
Teachers College Record	2	2,7
Periódicos com freqüência igual a 1	51	68,9
TOTAL DE PERIÓDICOS	74	100

Dentre as fontes bibliográficas periódicas internacionais, destacam-se o periódico *Histoire de L'éducation*, que está presente em 6,8% das fontes bibliográficas internacionais periódicas citadas, e os periódicos *Revue Histoire de l'Éducation* e *Educação Sociedades & Culturas*, presentes em 4% das citações.

Verifica-se que apesar de se destacar apenas os periódicos com freqüência maior que 1, considera-se representativo os que tiveram freqüência igual a 1. Trata-se de 51 títulos de periódicos internacionais, que foram citados nos artigos publicados na RBHE. A citação desses títulos denota certa preocupação dos pesquisadores da História da Educação em consultar tais publicações internacionais.

Na Tabela 36, encontra-se a distribuição das fontes bibliográficas periódicas nacionais citadas na RBE.

Tabela 36 - Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (Jornais) na RBE

FONTE BIBLIOGRÁFICA PERIÓDICA (JORNAL)	FREQ.	%
Folha de S. Paulo	13	23,2
Boletim Anped	12	21,4
Diário Oficial	6	10,7
Correio do Povo	4	7,1
Zero Hora	4	7,1
Diário da República	3	5,3
Correio Braziliense	2	3,6
Diario El Informador	2	3,6
Correio da Manhã	1	1,8
Diário Público	1	1,8
Gazeta de Antropología	1	1,8
Jornal Comunidade	1	1,8
Jornal da Ciência	1	1,8
Jornal do Brasil	1	1,8
Última Década	1	1,8
O Estado de S. Paulo	1	1,8
The New York Time	1	1,8
LA Times	1	1,8
TOTAL	56	100

Entre os jornais mais citados, encontra-se a *Folha de S. Paulo* com 23,2%, o *Boletim Anped* com 21,4% e o *Diário Oficial* com 10,7%. Apesar do jornal *Folha de S. Paulo* ser comercial, publica matérias de interesse para a Educação. Já a presença do *Boletim Anped*, confirma a importância e influência dessa instituição na pesquisa educacional brasileira. A frequência de citação do *Diário Oficial* demonstra a preocupação em incluir entre as fontes citadas as publicações oficiais do País.

Observa-se que a RBE citou menos jornais que a RBHE, este fato pode estar relacionado ao comportamento dos pesquisadores da História da Educação que tomam, muitas vezes, os jornais como fontes primárias. A maioria das citações de jornais presentes na RBE abrange a década de 2000, o que demonstra que o pesquisador da Educação utiliza como fonte de investigação os jornais mais atuais.

Tabela 37 - Distribuição das fontes bibliográficas periódicas (Revistas) na RBE

PERIÓDICOS NACIONAIS	QUALIS	FREQ.	%
Educação & Sociedade	Internacional A / Educação	52	9,9
Revista Brasileira de Educação	Internacional A / Educação	41	7,9
Cadernos de Pesquisa	Internacional A / Educação	35	7,9
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Nacional A / Educação	17	3,3
Educação & Realidade	Internacional A / Educação	16	3,0
Cadernos CEDES	Nacional A / Educação	15	2,9
Trabalho & Crítica		11	2,1
Cadernos Anped		9	1,7
Educação em Revista	Nacional B / Sociologia	8	1,5
Em Aberto	Nacional B / Multidisciplinar	8	1,5
Educação e Pesquisa	Nacional A / Sociologia	7	1,3
Estudos em Avaliação Educacional	Nacional B / Educação	7	1,3
Revista Brasileira de Ciências Sociais	Internacional A / Educação	7	1,3
Tempo Social	Internacional A / Educação	6	1,1
Teoria & Educação		6	1,1
Alfabetização e Cidadania	Nacional C / Educação	5	0,9
Estudos e Documentos	Nacional C / Interdisciplinar	5	0,9
Novos Estudos Cebrap	Nacional A / Interdisciplinar	5	0,9
Pátio Revista Pedagógica		5	0,9
Pro-Posições	Nacional A / Educação	5	0,9
Revista da ANDE		5	0,9
Trabalho & Educação	Nacional C / Educação	5	0,9
Contemporaneidade e Educação		4	0,8
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Nacional A / Educação	4	0,8
Revista da Faculdade de Educação	Internacional A / Educação	4	0,8
Alteridades		3	0,6
Crítica Marxista	Nacional A / Ciência Política e Relações Internacionais	3	0,6
Educação e Seleção		3	0,6
Proposta		3	0,6
Revista Brasileira de História da Educação	Nacional B / Educação	3	0,6
Revista Didática		3	0,6
Revista Integração		3	0,6
Vozes		3	0,6
REVISTAS INFORMATIVAS			
Caras		10	1,9
Veja		6	1,1
Crescer		4	0,8
Periódicos com incidência igual a 1		185	35,5
TOTAL		521	100

Dentre as fontes periódicas nacionais citadas, verifica-se que a maior frequência de citação é da *Educação & Sociedade* (9,9%) e da própria RBE (7,9%). Na RBE, a citação à RBHE é de 0,6%. Nota-se que as três revistas com maior frequência são classificadas como de circulação Internacional A no Qualis/Capes, o que demonstra a relevância desses periódicos para a área educacional.

Observa-se a citação a revistas informativas (3,8%). A natureza dessas revistas, como já expressado anteriormente, diferencia-se dos periódicos científicos, porém, também se constituem em fontes significativas de informação em pesquisas educacionais.

Apesar dos periódicos internacionais não representarem a maioria das citações, como em outras áreas do conhecimento, é interessante conhecer os títulos citados. Na Tabela 38, encontra-se essa distribuição.

Tabela 38 - Distribuição das fontes bibliográficas em periódicos Internacionais - RBE

PERIÓDICOS INTERNACIONAIS	FREQÜÊNCIA	%
Exceptional Children Education	6	3,3
Revista Portuguesa de Educação	6	3,3
Revue Française de Sociologie	6	3,3
Anthropology & Education Quarterly	5	2,8
Educational Theory	5	2,8
Recherches em Didactique des Mathématiques	5	2,8
Reading Research Quarterly	4	2,2
Cultura y Educación	3	1,6
Cultural studies critical methodologies	3	1,6
Harvard Educational Review	3	1,6
Journal of Curriculum Studies	3	1,6
New Left Review	3	1,6
Soviet Education	3	1,6
Cahiers du Brésil Contemporain	2	1,1
Childhood Education	2	1,1
Comparative Education	2	1,1
Comunicación, Lenguaje y Educación	2	1,1
Demography	2	1,1
Education Studies in Mathematics	2	1,1
Educational Researcher	2	1,1
Episteme	2	1,1
European Journal of Education	2	1,1
Futur Antérieur	2	1,1
Journal of Education Policy	2	1,1
Language and Education	2	1,1
Mental Retardation	2	1,1
Quaderni del Centro nazionale di documentazione e analisi per l'infanzia e l'adolescenza	2	1,1
Review of Educational Research	2	1,1
Review of Research in Education	2	1,1
Revista de Educación	2	1,1
Revue d'Histoire de Mathématiques	2	1,1
Sociology of Education	2	1,1
Teachers Céollege Record	2	1,1
Periódicos com frequência igual a 1	86	47,5
TOTAL	181	100

Observa-se que os periódicos internacionais mais citados foram: *Exceptional Children Education* (3,3%), *Revista Portuguesa de Educação* (3,3%) e *Revue Française de Sociologie* (3,3%). Pela distribuição dos periódicos internacionais citados, nota-se que há muitas publicações estrangeiras na área educacional, porém, a natureza internacional dessas fontes contribui para a citação mais freqüente de publicações nacionais.

5.3.7 Índice de citação dos autores citados na RBHE e na RBE

Os autores citados compõem o arcabouço teórico ou mesmo referencial teórico escolhido pelo pesquisador. O levantamento desses autores pode revelar as principais referências nacionais e internacionais que compõem a pesquisa em Educação e História da Educação. A frequência de citação dos autores pode revelar, também, os principais intelectuais do pensamento educacional brasileiro de influência no campo, bem como ausências de autores reconhecidos na área que se encontram refletidas nas publicações científicas. As Tabelas 39 e 40 sistematizam esses achados.

Na análise dos autores citados, foi detectado o fenômeno da autocitação. A autocitação é uma prática comum nos artigos científicos; assim como a citação, é uma forma de conectar um trabalho ao outro. Segundo Garfield (1979), um pesquisador que objetiva aumentar o número de citações a si próprio, deve publicar com maior frequência. Para aumentar o número de publicações, supõe-se que ele tenha muito a dizer, caso contrário, só conseguirá publicar em periódicos periféricos, que não são indexados em índices de citações.

O argumento de Garfield ainda é atual, as autocitações não garantem o impacto do autor na comunidade científica. As autocitações, “embora sejam consideradas por alguns autores como um tipo normal de citação, não representam o impacto de um trabalho (ou autor) sobre outro” (FREITAS, 1997, p. 126). Por isso, nesta pesquisa, optou-se por apresentar a frequência dos autores citados, não levando em conta a autocitação, porém é válido apresentar os indicadores obtidos com o levantamento desse fenômeno.

Verificou-se que, dos 78 artigos analisados da RBHE, 61,5% apresentam autocitações. Na RBE, esse percentual é ainda maior, pois, dos 136 artigos analisados, 72,8% apresentam autocitações. Sob outra perspectiva, no total de 2.255 citações presentes na RBHE, verificou-se que 4,7% foram autocitações. Já na RBE, no total de 3.825 citações, 5,7% foram autocitações.

Tabela 39 – Índice de citação dos autores citados na RBHE

AUTORES	FREQUÊNCIA	% INDIVIDUAL
Roger Chartier	38	1,7
Clarice Nunes	33	1,5
Pierre Bourdieu / Marta Maria Chagas de Carvalho	28	1,2
Diana Gonçalves Vidal	27	1,2
Michael Foucault	26	1,1
Paraná (Estado)/ Jean Hébrard	20	0,9
Antônio Nóvoa	19	0,8
Cyntia Greive Veiga	18	0,8
Fernando de Azevedo / André Chervel	16	0,7
Luciano Mendes de Faria Filho / Mírian Jorge Warde	15	0,6
Manuel B.Lourenço Filho / Anísio Teixeira	14	0,6
Minas Gerais (Estado)	13	0,6
Célestin Hippeau / Thomas S. Popkewitz	12	0,5
Jorge Nagle / Michael de Certeau	11	0,5
Ferdinand e Buisson / Dominique Juliá / Theobaldo Miranda Santos / Laerte Ramos de Carvalho / Maria Lúcia Spedo Hilsdorf	10	0,4
Brasil (país) / Universidade de São Paulo / Barbara Denise Catani / Jacques Le Goff / Rosa Fátima de Souza	9	0,4
Peter Burke / Dermeval Saviani	8	0,3
Sidney Chalhoub / Marcus Vinícius da Fonseca / Enrique C. R. Brest / José M. de Carvalho / Luiz A. Cunha / Antônio Viñao Frago	7	0,3
Gabriel Compayré / L Lukács / Mato Grosso (Estado) / Ilmar Rohloff de Mattos	6	0,3
Autores com frequência menor que 6	1.488	65,9
Sem autoria	190	8,4
TOTAL	2255	100

A Tabela 39 demonstra a presença dos autores citados nos artigos. Nota-se que 65,9% das citações são de autores que tiveram frequência menor que seis. Este resultado demonstra certa pulverização dos trabalhos citados, ou seja, há muitos autores com baixa representatividade no total de citações. Se, por um lado, esse resultado pode representar que os pesquisadores da História da Educação não se apóiam constantemente em autores consagrados da área, por outro lado, pode-se inferir que há muitas obras e documentos a serem explorados neste campo de pesquisa.

Destaca-se entre os documentos citados a presença do Brasil (país) (0,4%) e de alguns Estados, como Paraná (0,9), Minas Gerais (0,6%), Mato Grosso (0,3%). Os documentos com

autoria Brasil referem-se a algumas publicações da Typografia nacional e Imprensa Nacional, como leis e regulamentos, por exemplo: *Lei Imperial n. 4 de 3 de outubro de 1834, Reforma do Ensino Primário (1883), Reforma do Ensino Secundário (1882), Lei orgânica do Ensino Superior (1912)*. Já as citações de documentos com autoria dos Estados tratam-se de documentos, relatórios, leis e regulamentos, por exemplo: publicações da Tipografia Paranaense, como o *Regulamento de ordem para as escolas de Instrução Primária de 1857, Coleção de leis e decretos do Estado de Minas Gerais (1892-1930)*, Documentos do Arquivo Público de Mato Grosso, como o *Regulamento Interno da Escola Normal de Cuiabá*.

Entre as citações institucionais, somente a *Universidade de São Paulo* (0,4%) obteve frequência maior que seis. Alguns documentos citados foram *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1949)*, publicado pela Seção de Publicações da USP em 1953, *Relatório Geral do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros de 1972, Catálogo de teses e dissertações (1942-1997)* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas publicado em 1998.

Clarice Nunes recebeu 1,5% das citações. Essa autora tem publicado trabalhos no campo da historiografia brasileira. Entre suas obras mais citadas, encontram-se: *Configuração da historiografia educacional brasileira, Historiografia da Educação e fontes, História da Educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos*.

A autora Marta Maria Chagas de Carvalho recebeu 1,2% das citações. A pesquisadora é membro do conselho diretor da RBHE e também membro de Conselho Editorial das revistas - Educação e Sociedade, Quaestio (UNISO) e Educação e Filosofia. Suas pesquisas são de interesse para a área de historiografia e História da Educação, no campo da história cultural da escola e dos saberes pedagógicos no Brasil. As principais temáticas abordadas em suas publicações relacionam a circulação internacional de modelos pedagógicos, difusão de modelos pedagógicos e circulação do impresso, pedagogia moderna, pedagogia da escola nova, cultura pedagógica e cultura escolar. Diana Gonçalves Vidal também recebeu 1,2% das citações. A autora foi presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação entre 2003 e 2007. Suas publicações versam principalmente sobre os seguintes temas: cultura escolar, escola nova e práticas escolares. Observa-se que as duas autoras se ligaram em algum momento à SBHE, o que pode ter influenciado, de certa forma, o número de citações recebidas, além, é claro, da importância de suas publicações para a História da Educação.

Não há como deixar de mencionar a presença marcante de Roger Chartier (1,7%), Pierre Bourdieu (1,2%) e Michael Foucault (1,1) nos artigos publicados na RBHE .

Os estudos da Educação ganharam considerável colaboração a partir da difusão, entre os pesquisadores da área, de conceitos como os de apropriação, representação e práticas culturais. Foi muito importante a contribuição do historiador francês Roger Chartier, principalmente a partir dos seus estudos sobre práticas de leitura. Talvez seja essa a razão de ser o autor mais citado nos artigos publicados na RBHE. É interessante, porém, observar na Tabela 40 que o autor não se encontra entre os seis mais citados nos artigos da RBE.

Os textos mais citados do autor foram: “Au borde de la falaise”, “Lire pour écrire a école primaire? – Là invention de la composition française dans école do século XIX”, “Civilité”, “Le message écrit et ses reception du codex a là écran”, “Figures de la gueuserie”, “Des secretaires pour le pleupe?”, “Lectures”, “Marie-Madeleine compere et Dominique Julia, la educacion em France du século XVI au XVIII”, “Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna”.

Chartier, como expressão da história cultural francesa, tem voltado suas reflexões para áreas e objetos culturais, como história das edições, história da vida privada, análise das instituições de ensino, análise das sociabilidades intelectuais, marginalidade, intelectuais frustrados, festas, morte, vida urbana, história social, história da leitura, história do livro, história dos objetos tipográficos, cultura política, configurações, discursos escritos e também para estudos a respeito do ofício de historiador.

Roger Chartier criou condições para que a História da Educação incorporasse também outras contribuições importantes da história cultural. Foram valorizados alguns sujeitos esquecidos da História da Educação, como crianças e mulheres, ao tempo em que houve uma valorização dos sentimentos, emoções e mentalidades, e de fontes até então consideradas pouco confiáveis, como a fotografia, a literatura, as estatísticas escolares. Do ponto de vista dos objetos culturais, aconteceu uma grande valorização da produção, circulação, consumo, práticas, usos e apropriações. O cotidiano escolar ganhou relevância por meio de estudos que buscaram compreender a organização e o funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas escolares, os agentes educacionais, a imprensa pedagógica, a educação feminina, os negros, os indígenas e os jovens.

Tomada sob esta ótica, a História da Educação não pode ser reduzida a uma mera representação, porque, por um lado, as representações coletivas incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força.

Os seus estudos possibilitaram aos pesquisadores de História da Educação perguntar para que serve o campo, assumindo, a partir daí, o entendimento de que a Pedagogia, a Didática, o trabalho cotidiano na sala de aula podem ser vistos como cenários de mudança educacional, de distintas expressões culturais, como práticas escolares.

Bourdieu também se encontra entre os autores mais citados. A obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu é vastíssima, sendo que, em sua trajetória, Bourdieu escreveu centenas de artigos em diversas áreas da sociologia, tais como: educação, gênero, mídia. Em nossa pesquisa, destacam-se os seguintes textos citados: *A Reprodução*, *Questões de Sociologia*, *Estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*, *Modernidade Educação e Estatística na Ibero-Americana*, *O Poder Simbólico*, *A Economia das Trocas Lingüísticas*, *Razões Práticas*, *Escritos de Educação*, *As Regras da Arte* e *As Economias das Trocas Simbólicas*.

Nessas obras, há uma correlação de conceitos que formam o arcabouço explicativo de suas idéias, impossível de ser explicado individualmente: *violência simbólica*, *arbitrário cultural*, *trabalho pedagógico*, *habitus*, *poder*, *capital cultural*, *campo*.

No texto *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, escrito em 1970 por Bourdieu e Passeron, a tese central nessa obra é que toda a ação pedagógica é, objetivamente, uma violência simbólica. O conceito de *violência simbólica* designa para eles uma imposição arbitrária que, no entanto, é apresentado àquele que sofre a violência de modo dissimulado, que oculta as relações de força que estão na base de seu poder. A ação pedagógica é uma forma de violência, pois impõe também um determinado *arbitrário cultural*, que nada mais é do que a concepção cultural dos grupos e classes do sistema de ensino, e não pode ser considerado uma pedagogia, pois limita-se à inculcação de valores e normas. Esse processo é chamado pelos autores de *trabalho pedagógico* e deve durar o

bastante para que o educando “neutralize” seu conteúdo, encare-o como natural, como evidentemente correto para si mesmo, o bastante para produzir uma “formação durável”. Quando isso ocorre, Bourdieu diz que ele adquire um *habitus*. Uma vez que o arbitrário cultural a ser imposto é incorporado ao *habitus* do professor, o trabalho pedagógico tende a reproduzir as mesmas condições sociais (de dominação de determinados grupos sobre outros) que deram origem àqueles valores dominantes. Um dos temas deste trabalho é o meio pelo qual o ensino superior transmite privilégios, aloca status e infunde respeito ao status quo. Segundo os autores, numa sociedade estratificada, os grupos e classes dominantes controlam os significados culturais mais valorizados socialmente. Tais significados simbólicos medeiam as relações de poder entre grupos e classes.

Outro conceito importante é o de *capital cultural*, que se refere à competência cultural e lingüística socialmente herdada e que facilita o desempenho na escola. Não é distribuído equitativamente entre os grupos e classes sociais de tal modo que as possibilidades de sucesso na escola são também desiguais. O currículo, por exemplo, por ser constituído pelo formalismo, pela palavra oral e escrita e outros aspectos, limita as possibilidades dos estudantes. Aqueles que dispõem de uma grande quantidade de capital cultural são bem-sucedidos, enquanto os demais enfrentam barreiras, em virtude da descontinuidade entre a escola e suas origens. Mesmo assim, os autores não propõem uma explicação baseada unicamente no determinismo de classe.

Bourdieu oferece-nos um novo modo de interpretação da escola e da educação que, pelo menos num primeiro momento, pareceu ser capaz de explicar tudo o que a perspectiva anterior não conseguia. Os dados contidos no texto “Os herdeiros” apontam a forte relação entre desempenho escolar e origem social e que, em última instância, negavam o paradigma funcionalista, transformam-se nos elementos de sustentação da nova teoria. A frustração dos jovens das camadas médias e populares diante das falsas promessas do sistema de ensino converte-se em uma evidência a mais que corrobora as novas teses propostas por Bourdieu. Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectiva. Bourdieu oferece um novo quadro teórico para a análise da educação, dentro do qual os dados

estatísticos acumulados a partir dos anos 50 e a crise de confiança no sistema de ensino, vivenciada nos anos 60, ganham uma nova interpretação.

Uma das teses centrais da Sociologia da Educação de Bourdieu é a de que os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais - relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular -, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares.

A escola, na perspectiva dele, não seria uma instituição imparcial que, simplesmente, seleciona os mais talentosos a partir de critérios objetivos. Bourdieu questiona frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentando que o que essa instituição representa e cobra dos alunos são, basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria, assim, um papel ativo - ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação - no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Mais do que isso, ela cumpriria o papel fundamental de legitimação dessas desigualdades, ao dissimular as bases sociais destas, convertendo-as em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais. Em resumo, a grande contribuição de Bourdieu para a compreensão sociológica da escola foi a de ter ressaltado que essa instituição não é neutra. Formalmente, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Bourdieu mostra que, na verdade, as chances são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes implícitas, da escola.

Os textos mais citados de Michael Foucault foram: *Vigiar e Punir, Tecnologias del hoy, Dicts et écrits, Microfísica do Poder, A História de la Sexualidad, A ordem do discurso, Arqueologia do saber e Em defesa da sociedade.*

As obras do autor oferecem importantes abordagens teóricas, metodológicas e mesmo temáticas, para os estudos em educação: as práticas de vigilância na escola, a construção

disciplinar dos currículos, as relações de poder no espaço da sala de aula, a produção de sujeitos confidentes, entre outros. Foucault trata do uso da “linguagem” como construidora, produtora, inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana.

O objetivo de “Vigiar e Punir” é descrever a *história do poder de punir* como história da prisão, do *suplício do corpo* (roda, fogueira, etc.) da época medieval para a utilização do tempo do *arquipélago carcerário* do capitalismo. É um ritual público de dominação pelo terror, para toda a massa testemunhar a vitória do soberano sobre o rebelde que ousou desafiar o poder. Os *efeitos positivos* da prisão, como *tática política de dominação* orientada pelo *saber científico*, que define a moderna *tecnologia* do poder de punir, caracterizada pelo investimento do corpo por *relações de poder*, a matriz comum das ciências sociais contemporâneas. Na linguagem de “Vigiar e Punir”, as relações de saber e de controle do sistema punitivo constituem a *microfísica do poder*, a estratégia das classes dominantes para produzir a *alma* como *prisão do corpo* do condenado - a forma acabada da *ideologia de submissão* de todos os vigiados, corrigidos e utilizados na produção material das sociedades modernas. O conceito de *disciplina*, fundamental na obra de Foucault, é a própria microfísica do poder, instituída para controle e sujeição do corpo, com o objetivo de tornar o indivíduo *dócil e útil*.

Destaca-se ainda a presença de autores clássicos das Ciências Humanas e Sociais, Fernando de Azevedo (0,7%) e Michel de Certeau (0,5%). Nota-se, porém, ausências entre eles, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre não estão entre os autores mais citados. Observa-se, na Tabela 39, presença maior de autores contemporâneos. Segundo Faria Filho (2007, p. 10), não se pode dizer que

há uma renovação dos autores de referência, pois em sua maioria eles já freqüentam, de forma mais ou menos marcante, as bibliografias dos trabalhos já há algumas décadas, pode-se sim dizer que há modos renovados de apropriação. Assim como têm sido feitas novas perguntas a velhos objetos, antigos autores/interlocutores têm sido lidos de forma a ajudarem a entender a Educação e, deste modo, a constituição da própria sociedade brasileira.

Na Tabela 40, encontram-se os autores que tiveram mais de seis citações nos artigos analisados da RBE.

Tabela 40 – Índice de citação dos autores citados na RBE

AUTORIA	FREQÜÊNCIA	% INDIVIDUAL
Brasil	99	2,6
Pierre Bourdieu,	45	1,1
Michael Foucault	43	1,1
Stuart Hall	27	0,7
Boaventura de Souza Santos / Tomaz Tadeu da Silva	21	0,5
Minas Gerais (Estado)	19	0,5
Paulo Freire	18	0,5
Nestor García Canclini / Alice Casimiro Lopes	17	0,4
María Teresa Sirvent / Vera M. F.Candau / Michael de Certeau / Antônio Flávio Barbosa Moreira	14	0,4
Mikhail Bakhtin / Edgard Morin	13	0,3
Alfredo Veiga-Neto / Stephen J.Ball	12	0,3
Demerval Saviani / Anthony Giddens / Gilles Deleuze / Pablo Gentili	11	0,3
Luiz Antonio Cunha / José de Souza Martins / Michel Serres / Ana Lúcia Valente / Gaudêncio Frigotto / Almerindo J.Afonso / Carlos Roberto Jamil Cury / Acácia Z. Kuenzer	10	0,3
Manuel Castells / Attico Chassot / Juarez Tarcisio Dayrell / Álvaro Vieira Pinto / WTO – World Trade Organization / Roger Dale / Nilma Lino Gomes / Richard Rorty	9	0,2
1	8	0,2
Anped / Celso Furtado / Inep / Georg Lukács / Universidade Federal de Santa Maria	7	0,2
Lev Semenovitch Vygotsky	6	0,1
Sem autoria	73	1,9
Autores com freqüência menor que 7	3.352	87,6
TOTAL	3.825	100

Verificou-se que Brasil, como autoria, recebeu 2,6% das citações. Trata-se de citações de documentos que oficializam as políticas públicas educacionais, como, por exemplo, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Entende-se que a citação dessas fontes é importante para nortear e contextualizar as pesquisas da Educação, talvez seja esse o motivo de essas fontes serem as mais citadas nos artigos.

Pierre Bourdieu e Michael Foucault receberam o mesmo percentual de citações (1,1%). Como já destacamos anteriormente, esses autores contribuíram significativamente

para o campo da Educação, tornando-se referência tanto para a área como para outros campos do conhecimento.

A presença de **Stuart Hall**, teórico cultural, entre os autores mais citados (0,7%) deve-se a suas contribuições para os debates que envolvem a relação da cultura com estruturas sociais de poder na modernidade. O interesse de estudo do autor recai nas questões que envolvem o popular e as políticas culturais. Seus trabalhos também focam o multiculturalismo e a identidade diaspórica, além das formas de dominação e exclusão. Haja vista a abrangência das temáticas estudadas pelo autor, entende-se o interesse dos pesquisadores educacionais por suas obras. As obras mais citadas nos artigos foram: *A identidade cultural na pós-modernidade*, *Quem precisa da identidade?*, *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*, *Cultural studies and its theoretical legacies* e *Race, culture and communications*.

Destaca-se também, entre os autores mais citados, a presença de duas importantes entidades da Educação, a **Anped** e o **Inep** (0,2%). Os títulos mais citados foram *Anped 25 anos - Sistemática de avaliação de trabalhos, pôsteres e minicursos* e *Histórico e avaliação dos grupos de trabalho* (Anped) e *Sinopse Estatística da Educação Básica: Brasil, Regiões e Unidades da Federação, Censo de educação superior e Educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade* (Inep).

A contribuição da sociologia para o campo educacional é expressa na Tabela 40 pela presença de teóricos internacionalmente reconhecidos, como **Boaventura de Sousa Santos**, catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que trabalha com questões que envolvem a aproximação da ciência do “senso comum”. As principais obras do autor, citadas nos artigos da RBE, foram: *Para um novo senso comum: a ciência, O direito e a política na transição paradigmática*, *A globalização e as ciências sociais*, *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, *Pela mão de Alice* e *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*.

Edgar Morin, sociólogo e filósofo francês, um dos pensadores mais importantes do século XX, é considerado um dos principais pensadores sobre complexidade. Entre suas obras, as mais citadas nos artigos, foram: *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, *Ciência com consciência*, *A religião dos saberes: O desafio do século XXI* e *Epistemologia da Complexidade*.

Anthony Giddens é um sociólogo britânico, conhecido por sua Teoria da Estruturação. Seu interesse de pesquisa centra-se em reformular a teoria social e reexaminar a compreensão do desenvolvimento e da modernidade. Sua obras mais citadas foram: *Modernidad e identidad del yo: el yo y la sociedad en la época contemporânea* e *As consequências da modernidade*.

O sociólogo espanhol **Manuel Castells** também se encontra entre os autores mais citados na RBE. Segundo o *Social Sciences Citation Index*, Castells figura entre os cientistas sociais mais citados no mundo. Os textos mais citados do autor foram: *A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*, *La era de la información* e *Novas perspectivas críticas em educação*.

Entre os cientistas sociais nacionais, os mais citados foram: **Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha**, com as obras: *A educação na sociologia: um objeto rejeitado?*, *Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação* e *Pós-graduação em educação: no ponto de inflexão*, e **José de Souza Martins**, cujas obras mais citadas foram: *Exclusão social e a nova desigualdade*, *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala* e *A valorização da escola e do trabalho no meio rural*.

Verifica-se também a citação de importantes filósofos, como: **Deleuze**, filósofo inglês, **Michel Serres**, filósofo francês, **Antonio Gramsci**, político, filósofo e cientista político, **Georg Lukács**, filósofo húngaro e **Gaudêncio Frigotto**, filósofo e pedagogo brasileiro contemporâneo.

Verificamos, na Tabela 8 (Temáticas dos artigos), alguns indicadores para a leitura dos temas abordados nos artigos. Acredita-se que o foco de interesse de pesquisa determina os autores citados nos trabalhos. *Formação de Professores* e *Currículo* está entre as temáticas com maior frequência, o que pode explicar o maior número de citação dos autores: **Antonio Flavio Barbosa Moreira**, que foca suas pesquisas em questões relacionadas ao currículo, multiculturalismo, ensino, escola e formação de professores, sendo suas obras mais citadas: *A crise da teoria curricular crítica*, *Estudos do currículo no Brasil: abordagens históricas*, *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*, *Currículo, diferença cultura e diálogo* e *Currículo, cultura e sociedade*; **Tomaz Tadeu da Silva**, que aborda temáticas relacionadas ao currículo e ao neoliberalismo. Seus textos mais citados foram: *Neoliberalismo, qualidade total e educação*, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, *O*

sujeito da educação: estudos foucaultianos, Currículo , cultura e sociedade e O currículo como fetiche; Alice Casimiro Lopes, que também trabalha com questões relacionadas aos currículos. Os textos mais citados da autora foram: *Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo, Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?* e *Currículo: debates contemporâneos*; etc.

Destaca-se ainda, entre os autores citados, a presença de **Michel de Certeau**, jesuíta e erudito francês, que combinou em suas obras: psicanálise, filosofia e ciências sociais. Sua obra mais citada é *A invenção do cotidiano*; **Néstor García-Canclini**, antropólogo argentino contemporâneo, que trabalha com temáticas relacionadas à pós-modernidade e à cultura na perspectiva latino-americana. As obras mais citadas do autor foram: *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização* e *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*.

Paulo Reglus Neves Freire e **Lev Semenovitch Vygotsky** também se encontram entre os autores mais citados. **Paulo Freire**, educador brasileiro, é reconhecido internacionalmente, e seus trabalhos voltaram-se para a área da educação popular. Paulo Freire influenciou no movimento chamado pedagogia crítica. Sua obra mais citada nos artigos é *Pedagogia do Oprimido* (1968), livro publicado em diversas línguas. Essa obra trouxe contribuições importantes para o campo da educação popular, principalmente para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários. **Vygotsky**, pesquisador russo, trouxe grandes contribuições à Psicologia da Educação. Suas obras mais citadas foram: *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* e *Manuscrito de 1929: psicologia concreta do homem*.

Assim como observado na RBHE, há muitos autores com baixa representatividade no total de citações, e 65,9% dos autores tiveram frequência menor que seis. A área de educação apóia-se com mais frequência nos campos da sociologia, filosofia e psicologia, fato demonstrado nos resultados obtidos na pesquisa. Conforme verificado na Tabela 27 (Ano de publicação das fontes citadas), 76,3% das obras citadas concentram-se nas décadas de 1990 e 2000, o que implica dizer que os autores dos artigos publicados na RBE citam obras mais recentes para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Qual é, em verdade, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo trabalho científico [...] ? É o de que toda obra científica "acabada" não tem outro sentido senão o de fazerem novas indagações: ela pede, portanto, que seja "ultrapassada" e "envelheça".

Max Weber (1919)

**A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA RBHE E RBE**

6 A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA RBHE E RBE

Neste capítulo, pretende-se apresentar e discutir especificidades das duas revistas analisadas e observar o comportamento dos pesquisadores na área da Educação e da História da Educação.

A produção científica da área educacional brasileira, oriunda dos artigos científicos analisados, demonstra características semelhantes aos resultados revelados na literatura sobre a avaliação da produção científica proveniente de outros suportes informacionais. Como já havíamos anunciado na hipótese levantada nesta tese, as características da produção científica, observadas na revistas analisadas, revelam que a pesquisa produzida na área de Educação segue padrões de comportamento da área de Ciências Humanas em geral, tais como: citações de autores estrangeiros, concentração da produção científica da área da Educação na região Sudeste brasileira, dispersão de temáticas nos trabalhos, etc. Essas características assemelham-se aos resultados obtidos na presente pesquisa.

Neste trabalho, os resultados foram analisados com vieses da Ciência da Informação e da Educação, mas não é possível saber exatamente o ponto de diferenciação dessas análises, pois acreditamos que elas se complementam.

Nos quadros 2, 3 e 4, a seguir, podemos observar uma síntese dos resultados obtidos com a análise dos artigos da RBHE e da RBE. Buscou-se apresentar os resultados de forma comparativa, de modo que pudesse tornar mais visíveis as características prevalentes de cada revista.

No quadro 2, encontram-se os indicadores obtidos na análise dos artigos publicados na RBE e na EBHE.

	RBHE	RBE
Artigos Publicados	Publicou 2 volumes ao ano até 2006 e 3 volumes ao ano a partir de 2007, os quais totalizaram 85 artigos, distribuídos em 15 números. A média de artigos por número é de 5,5 e a média anual é de 11,8 artigos.	Publicou 3 volumes ao ano, no período de 2003-2007, os quais totalizaram 158 artigos, distribuídos em 15 volumes. A média por volume é de 10,5 artigos e a média anual é de 31,6 artigos.
	O número maior de artigos da RBE justifica-se pelo fato de a RBE abordar temáticas mais gerais da área de Educação e publicar trimestralmente. A RBHE, além de ser uma publicação semestral, aborda temáticas específicas da área de História da Educação. Isto implica dizer que possui um público mais restrito e que o número de pesquisas nesse campo acaba sendo pouco reduzido.	
Extensão dos artigos (número de páginas)	79,5% dos artigos com mais de 20 páginas.	8,8% dos seus artigos com mais de 20 páginas.
	A RBHE publica uma quantidade menor de artigos, porém disponibiliza um número maior de páginas para cada artigo. E por sua vez, a RBE publica mais artigos em cada número da revista, porém o número de páginas de cada artigo é menor.	
Temáticas dos artigos	A média de palavras-chave por artigo é de aproximadamente 3,5. A temática História da Educação está presente em 4,3% dos artigos, e a palavra-chave Educação , em 2,6%. Dentre as temáticas mais específicas, identificou-se Cultura Escolar e Historiografia , com a presença em 2% dos artigos. Na RBHE, percebem-se características preponderantes da pesquisa. Por exemplo, entre as temáticas que tiveram frequência maior que 1, não há nenhuma que remeta ao período jesuítico.	A temática Educação foi a mais utilizada pelos autores nos artigos publicados na RBE. Esse resultado confirma a tendência de indicar como palavra-chave a área mais geral a que pertence a pesquisa. Destaca-se, também, a presença das seguintes temáticas: Formação de Professores (1,8%), Cultura e Educação de Jovens e Adultos (1,3%) e História da Educação (1%). Já na RBE, nota-se que a inclusão na sociedade de tecnologias da informação está sendo foco de interesse nas pesquisas. Identificamos as seguintes temáticas: Tecnologias, Internet, Mídia e Tecnologias da Informação e Comunicação .
	A atribuição da área de pesquisa como palavras-chave é uma prática prevalente, refletindo-se nas categorias História da Educação e sua periodização e Educação , que foram as mais frequentes (6,4% e 5,7%, respectivamente). As categorias com presença mais significativa foram: Processos e Práticas Educativas (4,3%), Intelectuais, Pensamento Social e Educação (3,3%), Cultura e Práticas Escolares (3,1) e Estados e Políticas Educacionais (3%). Percebe-se o interesse maior por temáticas relacionadas à investigação de processos e às problemáticas locais, fato já levantado na literatura por Lopes e Galvão (2001) e André (2006).	

Continuação do Quadro 2

	RBHE	RBE
Dimensões Metodológicas	<p>Em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aos objetivos: 95,2% são pesquisas exploratórias. - Aos procedimentos técnicos: 48,4% são pesquisas bibliográficas e 47,7% pesquisas documentais. - Aos procedimentos técnicos: 2,6% são estudos de caso e 1,3% levantamentos. 	<p>Em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aos objetivos: 83,5% são pesquisas exploratórias, 13,3% são pesquisas descritivas e 3,2% são pesquisas explicativas. - Aos procedimentos técnicos: 44,5% são pesquisas bibliográficas, 43,1% pesquisas documentais, 6,8% levantamentos e 3,8% estudos de caso. Outros tipos de pesquisa, como <i>ex-post-facto</i> e pesquisa-ação também foram utilizados.
	<p>A pesquisa-ação e a pesquisa-participante foram muito utilizadas nas pesquisas educacionais nos anos de 1970 e 1980, pois tinham imbricações com a militância política e eram uma forma de atuação dos intelectuais contra a ditadura militar. Depois, essas duas metodologias foram decrescendo até quase sumirem. Essa tendência pode ser visivelmente observada nesta pesquisa.</p> <p>Esses resultados demonstram que, apesar de a maioria dos artigos publicados na RBE serem pesquisas do tipo bibliográfico, encontra-se ainda uma variedade de outros tipos de pesquisa utilizados na RBE.</p> <p>Em relação à natureza da pesquisa, nos dois periódicos, prevalecem as pesquisas básicas e de abordagem qualitativa; isso se deve à característica predominante da área de Humanas, em que não é freqüente a elaboração de pesquisas aplicadas e a utilização de métodos estatísticos.</p>	
Coleta de Dados	<p>Predominância da utilização da análise documental para a coleta de dados.</p>	<p>80,4% são do tipo análise documental; observa-se a presença da entrevista (9,5%), da observação (6,3) e do questionário (3,8). Esse resultado associa-se às diferentes tipologias de pesquisa utilizadas (ver Tabela 10).</p>
Periodização abrangida nos artigos científicos	<p>45,8% dos artigos têm como foco temáticas relacionadas ao século XX, enquanto 25,3% das temáticas são relacionadas ao século XIX. A essa porcentagem, podem ser acrescidos 13,6% que se referem aos artigos que contêm um apanhado histórico envolvendo também os séculos XIX e XX.</p> <p>Esses achados confirmam o interesse dos pesquisadores em História da Educação pelos estudos de temáticas relacionadas ao século XX.</p>	<p>36% dos artigos têm como foco as temáticas relacionadas ao século XX, enquanto 30,4% são temáticas relacionadas especificamente ao século XIX.</p>
	<p>Observam-se divergências nos resultados das duas revistas. Nota-se, na RBE, uma concentração maior de artigos que abrangem os séculos XIX, XX e XXI, não havendo nenhuma incidência em séculos anteriores. O século XXI, por sua vez, não se constitui em período pesquisado nos artigos da RBHE, enquanto os séculos XVI, XVII e XVIII só constam nesta revista.</p>	

Continuação do Quadro 2

Foco geográfico das pesquisas	RBHE	RBE
	Na RBHE, destaca-se que 3,6% dos artigos têm como lócus de pesquisa a França, enquanto 2,4% dos artigos privilegiam a Argentina, os Estados Unidos e a Europa (sem determinação do país).	Na RBE, nota-se um interesse maior em países como México (2,5%), Argentina (1,3%) e Portugal (1,9%).
Por tratar-se de publicações de circulação nacional, a maioria dos artigos envolveu pesquisas relacionadas ao Brasil: 71,8% na RBHE e 74,2 na RBE. Observa-se que, além do Brasil, a abrangência geográfica dos artigos centra-se em países da Europa e das Américas.		

Quadro 2. Indicadores da produção científica em Educação e História da Educação – artigos publicados na RBHE e na RBE

No quadro 3, apresentam-se os indicadores obtidos na análise dos autores do artigos publicados na RBE e na RBHE.

Produtividade	RBHE	RBE
	Os 78 artigos publicados na RBHE, no período de 2001-2007, foram de responsabilidade de 85 autores, sendo que 5 escreveram dois artigos cada, e um autor foi colaborador em 2 artigos.	Os 136 artigos publicados na RBE, no período de 2003-2007, foram de responsabilidade de 210 autores.
Verificou-se que a soma dos autores da RBHE e da RBE que publicaram apenas 1 artigo foi de 280, e a soma dos autores que tiveram mais de uma publicação, foi de 15 autores com duas publicações. Sendo assim, verifica-se que, nas duas revistas, a incidência de autores com apenas um artigo é predominante (94,9%), mais do que os 60% identificados por Lotka de autoria individual.		
Colaboração científica nas autorias dos artigos	91,6% dos artigos publicados são de autoria individual.	74,7% dos artigos são de autoria individual.
Área de especialização	57,7% dos autores possuem formação na área de História da Educação e congêneres (História e Filosofia da Educação, História Social, Estudos Históricos Educacionais, etc.).	A publicação de artigos não é restrita a pesquisadores da área da Educação. A revista aceita colaboração de outras áreas do conhecimento, tais como: Filosofia, História, Psicologia, Letras, etc.
	Nas duas revistas, a Educação é a principal área de especialização dos autores, sendo 31,8% (RBHE) e 53,8% (RBE). Esse fato é compreensível, já que as duas revistas abrangem temáticas dessas áreas. O campo da História da Educação constitui-se, de certa maneira, como um grupo mais fechado e especializado de pesquisadores, indicando que há pouca pesquisa interdisciplinar neste campo.	
Gênero	Há predominância da autoria feminina na publicação de artigos científicos publicados na RBHE (52,9%) e na RBE (65,7%). Os resultados da pesquisa com relação ao gênero confirmam o que a literatura da Ciência da Informação já constatou sobre a feminização na autoria dos trabalhos científicos na área de Educação.	

Continuação do Quadro 3

	RBHE	RBE
Vínculo institucional	14,1% dos autores são provenientes da Universidade de São Paulo e 7% da Universidade Federal de Minas Gerais , duas instituições situadas na região Sudeste do Brasil. As IES estaduais apresentam o maior número de trabalhos (25,7%), enquanto as federais apresentam 16,3%, e as instituições privadas, 8,1%.	11% dos autores são provenientes da Universidade Federal Fluminense , Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo . Assim como na RBHE, alguns autores (3,8%) da RBE também são provenientes da Universidade Federal de Minas Gerais .
	Em ambas revistas, quando se analisa o vínculo institucional dos autores, verifica-se que há predominância da região Sudeste, sendo que a maioria das instituições é públicas.	
Região das instituições de vinculação institucional	45,9% dos autores são provenientes da região Sudeste brasileira. Além dessa região, observa-se que 10,6% dos autores são provenientes da região Sul, 7,1% da região Nordeste e 3,5% da região Centro-Oeste. Observa-se que 26% dos autores pertencem a instituições internacionais.	A maioria das instituições é da região Sudeste (53,2%), 15,7% da região Sul, 6,1% da região Nordeste, 3,3% da região Centro-Oeste e 1,8% da região Norte. Verifica-se porcentagem menor (4,7%) de autores provenientes de instituições do exterior, porém nota-se maior distribuição dos autores em regiões diversas do Brasil.
	A região Sudeste tem importante representatividade na pesquisa científica nacional, devido às inúmeras instituições de ensino superior de excelência e os pólos científicos e tecnológicos existentes. Verificou-se a presença de autores externos nas duas publicações. Além do interesse do autor, essa prática também pode estar relacionada ao interesse da própria revista em publicar artigos de autoria externa, como forma de alcançar uma visibilidade internacional.	

Quadro 3. Indicadores da produção científica em Educação e História da Educação – autores dos artigos publicados na RBHE e na RBE

No quadro 4, apresentam-se os indicadores das citações obtidos na análise dos artigos publicados na RBE e na EBHE.

	RBHE	RBE
Colaboração científica	<p>Nota-se que a proporção de citações do tipo individual na RBHE é maior que na RBE, fato também observado na autoria dos artigos publicados nas revistas. Ressalta-se, novamente, que a prevalência da autoria individual na RBHE pode estar associada à especificidade da área.</p> <p>Observa-se que a RBE possui o dobro (7,1%) de citações com autoria institucional da RBHE (3,5%). Geralmente, as pesquisas educacionais recorrem à legislação para embasar suas teorias, o que pode ser um indício dessa frequência.</p> <p>Não foi possível observar a existência de redes de colaboração científica entre as citações, pois a maioria das citações é de autoria individual. Percebe-se que, nas citações de autoria coletiva, não há uma relação forte entre os autores, ou seja, os autores citados que apresentam obras em colaboração, não aparecem com frequência constante.</p>	
Tipologia das fontes citadas	<p>No padrão de citação encontrado neste trabalho, foi observado maior percentual de citação de livros (56,7% RBHE e 50,1% RBE) do que a citação de artigos em periódicos (13,9% RBHE e 18,3% RBE).</p> <p>A comparação entre o padrão de citação nas duas revistas (RBHE e RBE) é similar em relação à publicação de livros. Esse resultado, de certa maneira, confirma a predileção da área pela citação de livros.</p> <p>Tanto na RBHE como na RBE são proporcionalmente baixas as citações de teses e de dissertações, documentos da Internet e a “literatura cinzenta” (trabalho em evento, fôlder, relatório, documentos diversos, texto mimeografado, monografia, palestra, programa de TV e entrevista), não alcançando 10% (13,46% RBHE e 4,7% RBE) do total.</p> <p>Apesar de existirem importantes eventos na área de Educação e de História da Educação, nota-se que a citação de trabalhos publicados em eventos científicos é relativamente baixa nas duas revistas (RBHE, 2,5% e RBE 4,1%).</p> <p>Observa-se que a RBE teve um índice de citação de 4,4% de documentos da Internet, enquanto a RBHE teve um índice de citação de apenas 0,3%.</p>	
Ano de publicação das fontes citadas	<p>18,3% das citações são da década de 2000.</p> <p>7,26% das fontes citadas na RBHE são publicações dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.</p>	<p>34,4% das citações são da década de 2000.</p> <p>0,8% das fontes citadas na RBHE são publicações dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.</p>
	<p>Tanto as citações realizadas na RBHE como as realizadas na RBE estão centradas na década de 1990 (30,1% e 41,9%, respectivamente).</p> <p>Supõe-se que a década de 1990 concentre maior porcentagem de fontes citadas nas duas revistas pelo fato de que, nesta década, tenha ocorrido um aumento no número de publicações.</p>	
natureza (nacional/internacional)	59% citação de fontes internacionais.	38,3% citação de fontes internacionais.
local de publicação	A maioria das fontes citadas foi publicada no Estado de São Paulo (26,7%)	São Paulo foi o Estado com o maior número de publicações citadas (22,1%).

Continuação Quadro 4

Idioma de publicação	Na Tabela 31, destaca-se porcentagem quase igual de fontes citadas no idioma português (74,8% na RBHE e 74,4% na RBE). Na RBHE, observa-se que 9,5% das fontes citadas são do idioma francês, o que pode revelar a influência da Nova História (francesa) na historiografia da Educação. Na RBE, observa-se que o idioma inglês é o segundo com maior frequência (11,7%).
Fontes bibliográficas periódica	A maioria das fontes bibliográficas citadas é nacional (RBHE 80,1% e RBE 76,2%). Essa constatação indica que a pesquisa educacional se alicerça em fontes periódicas nacionais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Quadro 4. Indicadores da produção científica em Educação e História da Educação – citações presentes nos artigos publicados na RBHE e na RBE

Após a apresentação dos resultados em forma de Quadros, serão feitas algumas considerações a respeito das pesquisas produzidas no campo educacional.

A pesquisa científica em Educação no Brasil está atrelada, há quase 40 anos, aos programas de pós-graduação. Antes da pós-graduação, a principal base institucional da investigação científica constituía-se nos Centros de Pesquisas ligados ao Inep, criado em 1938 por Anísio Teixeira e vinculado ao Ministério da Educação.

Como já realçado anteriormente, a pesquisa educacional teve três importantes fases, conforme aponta Gouveia (1971):

- 1) até meados de 1950 - nessa fase, o foco das pesquisas centrava-se nos temas psicopedagógicos;
- 2) após 1956 - essa fase é marcada pela criação dos cinco Centros Regionais de Pesquisa (CRPE) – Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Recife e Porto Alegre – e a ênfase das pesquisas recaía em temas sociológicos;
- 3) após 1964 - período de mudança da situação política nacional instalada a partir do golpe militar. Houve a desativação dos Centros de Pesquisa do Inep, e as pesquisas passaram a ter um viés economista.

Cunha (1979) complementa o trabalho de Gouveia (1971), atribuindo mais uma fase à pesquisa educacional:

- 4) a partir de 1970 – início do atrelamento da pesquisa educacional aos programas de pós-graduação.

Como bem pudemos observar, a pesquisa em educação é relativamente recente no Brasil. Além disso, demonstra certa vulnerabilidade às determinações mais imediatas da política. Esse fato pode ser atribuído à vinculação da educação ao poder estatal e/ou a “complexa rede de interações, conflitos e alianças que inevitavelmente permeiam as ações práticas e as formulações intelectuais, as palavras e os gestos que imprimem uma identidade específica ao campo educacional”. (XAVIER, 1999, p.11).

Grandes intelectuais tomaram a frente para que a promoção da investigação em educação se desenvolvesse de forma sistemática. Dentre eles, destaca-se Anísio Teixeira, que em diversos momentos atuou ativamente no projeto de renovação do ensino. Nos anos de 1930, Anísio Teixeira atuou na reforma do ensino no Distrito Federal, criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), além de introduzir inovações no processo de formação de professores. Após a extinção da UDF, Anísio Teixeira retoma suas atividades públicas somente nos anos de 1950, quando assume a direção da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Inep. No Inep, o intelectual cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e, posteriormente, volta para Brasília e participa do projeto de Criação da UNB.

Além de Anísio Teixeira, outros intelectuais participaram ativamente da renovação educacional: Fernando Azevedo, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, etc. Grandes nomes que contribuíram efetivamente para a sistematização do ensino no Brasil, seja por meio de cargos públicos, seja pelos ideais traduzidos em suas importantes produções científicas.

A partir da consolidação da pós-graduação no Brasil, a produção científica centrou-se nas dissertações, teses e nos trabalhos de pesquisas dos docentes. Além dos programas de pós-graduação, alguns centros de pesquisas independentes disponibilizaram estrutura apropriada para o desenvolvimento de pesquisa, utilizando metodologias mais sofisticadas e disponibilizando maior prazo de realização.

Nos resultados obtidos nesta pesquisa, observa-se que tanto na RBHE como na RBE, as citações de teses e de dissertações são proporcionalmente baixas em relação às outras fontes pesquisadas. Há maior percentual de citações de livros, artigos de periódicos e capítulos de livros. O que podemos inferir com esses resultados é que, se a pesquisa educacional está concentrada nos cursos de pós-graduação, onde naturalmente as teses e

dissertações se constituem produto da pesquisa científica, isto se deve ao fato de que estas são transformadas em outros produtos de divulgação da produção acadêmica, tais como: livros, capítulos e artigos de periódicos.

Podemos também atrelar a maior divulgação científica das pesquisas educacionais produzidas nas universidades ao sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, o qual atribui a produção científica dos professores e alunos como um dos principais critérios de avaliação. A partir de 1976, a Capes implementou no Brasil um sistema de avaliação e acompanhamento dos cursos de mestrado e doutorado. A avaliação era realizada bienalmente, modificando-se nos anos de 2000 para trienal. Muitos pontos foram modificados após a avaliação da Capes, como, por exemplo: o tempo médio de titulação dos discentes, a titulação dos docentes, a qualidade da produção acadêmica, que permitem verificar, entre outros aspectos, a predominância da produção científica em periódicos da própria instituição, a concentração da produção em poucos docentes e a falta de linhas de pesquisas definidas, etc. (CAMPOS, FÁVERO, 1994).

Vale lembrar que a reestruturação da pós-graduação modificou também o perfil dos alunos e da pesquisa. A fixação do prazo de dois anos para a conclusão do mestrado, e de quatro para a conclusão do doutorado, aliada ao número reduzido de bolsas de estudo contribuíram para que muitos alunos fossem para o mercado de trabalho e cursassem paralelamente o mestrado e o doutorado, sem bolsas. As pesquisas, em muitos casos, tornam-se menos abrangentes, com intuito de cumprir os prazos de defesa. A adequação dos programas de pós-graduação para atendimento desses critérios de avaliação da CAPES modificou claramente o modo de divulgar as pesquisas produzidas em seu interior. Os docentes passaram a publicar suas pesquisas científicas com maior frequência e incentivaram os alunos a fazerem o mesmo. Isto implicou uma “corrida” pela publicação em periódicos com maior notoriedade no campo científico. A procura por esses periódicos contribuiu para melhorar a qualidade dos trabalhos publicados, já que, para a seleção dos artigos, os mesmos contam com um sistema rigoroso de avaliação por pares. No entanto, tais revistas não estão conseguindo atender à demanda de artigos enviados para publicação. Para atender a essa demanda e permitir o acesso mais rapidamente, algumas revistas estão disponibilizando a publicação *on line*, que possui ISSN, portanto tem o mesmo prestígio e importância. A pressão pela publicação tornou-se, então, o elemento propulsor para a divulgação do conhecimento científico.

Apesar de os periódicos científicos serem hoje os mais prestigiados meios de divulgação científica, verificou-se que a divulgação dos resultados de pesquisa tem sido realizada, principalmente, por meio dos livros, característica observada nas citações realizadas na RBHE e na RBE.

Outro ponto a ser considerado são os periódicos nacionais, que estão cada vez mais alcançando espaço no cenário científico. Apesar de muitos não conseguirem ganhar notoriedade internacional, observa-se o esforço despendido para manterem-se regulares e conseguirem indexação em bases de dados internacionais. A pesquisa realizada verificou que a maioria das citações é nacional. Essa característica pode ser considerada incomum em outras áreas do conhecimento. Porém, tratando-se do campo educacional, é absolutamente compreensível, considerando que é muito mais difícil para um pesquisador da área da Educação despertar o interesse de pesquisadores estrangeiros para suas pesquisas, que, de forma generalizada, abrangem temáticas localizadas.

Entre as citações de fontes bibliográficas periódicas, notamos a presença, nas duas revistas, de jornais nacionais e estrangeiros, e de periódicos nacionais, com maior frequência aqueles classificados como Nacional A na lista Qualis/CAPES, e de periódicos internacionais.

Como já comentamos anteriormente, as Ciências Humanas, em geral, possuem características diferentes de outras áreas do conhecimento; suas pesquisas são de caráter mais denso, necessitam de maior espaço para a argumentação teórica, além de maior tempo para a conclusão. Confirmamos essa argumentação com os achados da pesquisa, pois verificamos que, nas duas revistas, 100% das pesquisas são básicas e mais de 98% utilizam a pesquisa qualitativa como forma de abordagem. Além disso, a maioria dos artigos tem como objetivos a pesquisa exploratória e utiliza como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica. Apesar de termos limitado a análise para os artigos de periódicos, essas características revelam que as pesquisas educacionais encontram espaços nos periódicos para sua divulgação, mas ainda não desprestigiaram a divulgação em livros.

Observamos também que a área de pesquisa da Educação se fortaleceu com a atuação da Anped, criada no final dos anos de 1970. Por meio de seus grupos de trabalho, a pesquisa educacional encontrou espaço para a pesquisa científica realizada nas várias disciplinas da Educação. Os grupos organizaram-se em temáticas, o que contribuiu para a aproximação de pesquisadores. Além do mais, a Anped, por meio da organização dos importantes eventos,

tornou-se reconhecidamente o local para o desenvolvimento de idéias e para a divulgação do conhecimento científico educacional.

Não poderíamos deixar de mencionar que a utilização em massa da Internet inaugurou mais uma fase da pesquisa educacional. A partir do momento em que o pesquisador consegue ter acesso a grande parte do conhecimento produzido em sua área, passa a identificar a formação de grupos de pesquisa e a conhecer o que se pesquisa nos cenários nacional e mundial. Se antes muito do que era desenvolvido acabava empoeirado em uma gaveta, hoje, dificilmente uma produção se perde no tempo. A Internet proporcionou a possibilidade de divulgação científica de inúmeras maneiras (bases de dados, periódicos *on-line*, sites institucionais, sites pessoais). Grandes pesquisadores já estreitaram a proximidade com os pares, seja por meio dos Blogs, divulgando seus trabalhos e compartilhando suas idéias, seja participando de grupos de pesquisa.

De acordo com Hey (2008, p. 112),

Apesar de muito presente em outras áreas, como nas ciências exatas e biológicas, até mesmo pelo caráter coletivo das pesquisas que exigem laboratório e auxiliares, os grupos de pesquisa constituem uma configuração mais ou menos nova em termos de organização da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Dessa maneira, afirma-se como uma possibilidade de pleitear recursos financeiros junto às agências de fomento à pesquisa e de esforço simbólico ao reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos, geralmente em disputa com áreas consideradas mais nobres no ambiente hierarquizado da pesquisa científica no país.

Apesar de a formação de grupos de pesquisa contribuir para o aumento da produção científica, segundo Hey (2008), alguns pesquisadores, como Simon Schwartzman, acreditam que os grupos de pesquisa não criam vantagens para o prestígio de um pesquisador individual, uma vez que o mesmo já demarcou sua posição no universo acadêmico. Por outro lado, para o pesquisador iniciante, pertencer a um grupo de pesquisa pode contribuir para sua inserção no cenário científico e, notoriamente, contribuir na construção do nome individual.

Independentemente das questões que permeiam a formação de grupos de pesquisa, reconhecemos que eles se tornaram grandes disseminadores da pesquisa educacional, substituindo a tendência anterior da pesquisa isolada. Entre os achados desta pesquisa,

verificou-se que, apesar de os pesquisadores formarem e participarem de grupos de pesquisa, publicarem em colaboração de forma a reduzir custos e tempo para aumentarem a publicação científica (incentivo das agências de financiamentos) e realizarem pesquisa de forma interdisciplinar, a autoria individual ainda é predominante nos artigos publicados e nas citações presentes na RBHE e na RBE. Na RBHE, essa frequência é maior, o que releva que a especificidade de um campo pode influenciar no comportamento de produção e divulgação científica.

Outro fator que contribui para essa argumentação, é o indicador obtido com a análise do perfil dos autores que publicaram nas duas revistas. A maioria dos autores possui a Educação como principal área de formação. O campo da História da Educação constitui-se em um grupo mais especializado de pesquisadores que pouco trabalham de forma interdisciplinar. Na RBHE, 41,2% dos autores possuem formação relacionada à área de História da Educação (História e Filosofia da Educação, História Social, Estudos Históricos Educacionais, História e Historiografia da Educação, etc.). Já na RBE, observou-se a presença de autores com formação em outras áreas que não a Educação (Sociologia, Filosofia, Psicologia, Comunicação, Saúde Coletiva, etc), o que implica novamente interpretar como a questão da especificidade das áreas.

Outra característica preponderante na pesquisa educacional é a distribuição desigual no território brasileiro. Verificamos que 45,9% dos autores da RBHE são provenientes da região Sudeste do Brasil e 10,6 da região Sul. Quanto ao local de publicação das fontes citadas, 46,9% é da região Sudeste. Na RBE, 52,3% dos autores são da região Sudeste e 15,4 da região Sul, e em relação ao local de publicação das fontes 42,4% são da região Sudeste. Esses resultados podem estar relacionados ao desenvolvimento econômico desigual das várias regiões brasileiras: “A investigação educacional de maior qualidade e impacto acaba sendo produzida principalmente em programas situados em estados do Sudeste e Sul”. (CAMPOS; FÁVERO, 1994, p. 6).

As temáticas de maior interesse nas pesquisas publicadas na RBHE e na RBE foram analisadas por meio das palavras-chave atribuídas pelos autores aos artigos. Verificou-se nas duas revistas que não há predominância de uma temática em relação à outra. Esse fato pode relacionar-se à dispersão temática da pesquisa educacional já observada em outros trabalhos que analisaram a produção científica, como, por exemplo, Campos e Fávero (1994). Na realidade, o que se observa é que o foco de interesse das pesquisas que, além de seguir o

interesse do modismo de temáticas, também acompanha a situação política do País, ou seja, a pesquisa em Educação está fortemente centrada em análises sobre a atuação do Estado no campo educacional. Essa argumentação pode ser confirmada no trabalho de Campos e Fávero (1994). Segundo os autores, nos anos de 1970, o deslocamento da produção científica para os programas de pós-graduação trouxe modificações nas orientações teóricas e metodológicas da pesquisa educacional. As preocupações com as desigualdades sociais e o ressurgimento dos movimentos sociais fortaleceram “as abordagens críticas de inspiração marxista, em particular marxista”. (CAMPOS; FAVERO, 1994, p.13). Nesse período, há maior predominância do recurso do estudo de caso, de caráter exploratório, com o uso de metodologia qualitativa, isso porque havia dificuldades de financiamento e infra-estrutura para os projetos de pesquisa de maior escala.

Ainda segundo Campos e Fávero (1994), na década de 1980, o País vivia a redemocratização do processo político; nesse período, muitos intelectuais passaram a fazer parte das decisões nas estruturas governamentais: “A fase de denúncia e das explicações globalizantes, sucedeu-se um ressurgimento dos estudos de caráter psicopedagógico, principalmente em temas como: formação de professores, alfabetização e ensino de disciplinas específicas na escola elementar e secundária”. (CAMPOS; FAVERO, 1994, p. 13).

Na década de 1990, os movimentos sociais, juntamente com as ONGs, promoveram atividades de pesquisa; nesse espaço, algumas temáticas encontraram condições para a investigação: meninos de rua, alfabetização de jovens e adultos, ensino noturno, escolas comunitárias, creches, educação do trabalhador, etc. (CAMPOS; FAVERO, 1994).

De acordo com Campos e Favero (1994, p. 13):

Novas preocupações agregaram a essas modalidades de pesquisa: as contradições de gênero e raça, a diversidade cultural são temas que têm sido incorporados a estudos históricos, análise de dados estatísticos secundários, estudos de caso, interpretação de movimentos sociais – inclusive organizações de professores – e a estudos sobre composição e comportamento da clientela escolar.

No que tange aos resultados obtidos nesta pesquisa, verificou-se que, na década de 2000, os temas de maior interesse nas pesquisas concentraram-se nas seguintes temáticas: História da Educação e suas periodizações, processos e práticas escolares, cultura e práticas

escolares, Estado e políticas educacionais, intelectuais, pensamento social e educação e profissão docente. Apesar de esses temas serem os mais frequentes, destaca-se a presença de temáticas relacionadas às instituições escolares, pesquisa em educação, novas tecnologias em educação, movimentos sociais, educação especial, gênero e etnia, história comparada, etc.

Na análise das citações presentes nos artigos, verificou-se que há uma representatividade grande de fontes internacionais citadas (59% na RBHE e 42,5% na RBE). Apesar dessa porcentagem, verificou-se que a maioria das citações encontra-se no idioma português, fato que denota a representatividade do mercado de tradução de textos estrangeiros. Acredita-se que a representatividade de citações internacionais na pesquisa educacional tende a diminuir com o aumento da produção editorial no País.

Como já apontamos anteriormente, a dependência da pesquisa educacional por obras internacionais é passível de críticas, já que, em se tratando de uma área na qual o interesse particular recai em problemas internos, não deveria alicerçar-se completamente em intelectuais estrangeiros, visto que, no Brasil, há intelectuais que deixaram importantes contribuições ao campo. Porém, sob outro aspecto, é importante o diálogo com autores reconhecidos no cenário internacional, que podem contribuir expressivamente na construção do arcabouço teórico das pesquisas e na troca de experiências já realizadas em outras nações.

Assim, como já referido anteriormente, entre os autores citados na RBHE e na RBE verificou-se que há certa pulverização dos trabalhos citados, ou seja, há muitos autores com baixa representatividade no total de citações. A pesquisa verificou que, entre os autores mais citados, encontram-se aqueles cuja presença é sempre marcante na área de Humanas em geral, são eles: Michael Foucault, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michael de Certeau, Antonio Gramsci, Georg Lukacs, Jacques Le Goff, Boaventura de Sousa Santos, Antônio Nóvoa, etc. Entre os autores brasileiros, destacam-se: Laerte Ramos de Carvalho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Paulo Freire, Jorge Nagle, Luís Antônio Cunha, Dermeval Saviani, Clarice Nunes, Marta Maria Chagas de Carvalho, Diana Gonçalves Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho, etc.

Como já observamos na literatura, existem alguns períodos que quantitativamente são mais explorados que outros, pelo grande número de citações a autores mais contemporâneos verificados nos artigos publicados na RBHE e na RBE, o que pudemos observar dada a prevalência de pesquisas com foco no século XX. Essa constatação é comprovada também

com os indicadores de periodização dos temas de interesse dos artigos analisados e com os indicadores do ano de publicação das fontes citadas.

Quanto à periodização abrangida nos artigos da RBHE e da RBE, o foco de análise concentrou-se nos séculos XIX e XX. Em relação ao ano de publicação das citações, também observamos, em ambas as revistas, maior frequência de fontes publicadas no século XX, visto que, neste período, o ensino foi sistematizado, surgiram às primeiras universidades e foram criados os cursos de pós-graduação, o que impulsionou o interesse pelo estudo destas questões.

Os Quadros 2, 3 e 4 expressam características da pesquisa educacional brasileira. Espera-se que os indicadores apresentados sejam refletidos sob outras perspectivas e contribuam, efetivamente, para os pesquisadores da Educação interessando em conhecer o universo da pesquisa que os circundam.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Para finalizar esta tese, é conveniente tecer algumas considerações gerais. Não se pretendeu, aqui, avaliar a produção científica da área da Educação, apenas em relação aos aspectos classificatórios ou quantitativos. Entendemos que cada campo do conhecimento tem suas particularidades e padrões de comunicação científica e, assim, não podem ser simplesmente comparados. É importante conhecer o contexto e as características das diferentes áreas para situá-los no âmbito da pesquisa no País.

A pesquisa no campo da Educação brasileira teve um desenvolvimento tardio em relação a outras nações. Foi somente a partir da década de 1970, com a proliferação dos cursos de pós-graduação no País, que se verificou o crescimento da produção científica. No entanto, no cenário científico atual da Educação, podemos dizer que a pós-graduação já se encontra consolidada, havendo uma expansão dos cursos de graduação em Pedagogia, pós-graduação em Educação e áreas afins, maior preocupação com a produção científica e, ainda, a utilização em massa da Internet como caminho facilitador para a obtenção e a divulgação da informação. Nessa perspectiva, podemos inferir que a pesquisa se encontra em um momento propício para a investigação científica. Os resultados da pesquisa corroboraram essa afirmação na medida em que expressam características peculiares ao campo.

Retomando o objetivo geral proposto nesta tese, que consiste em realizar um estudo sobre como está representado o campo da Educação brasileira em periódicos científicos da área, podemos afirmar que os periódicos se configuram em fontes importantes para a caracterização de um campo, à medida que conseguem reunir trabalhos de diferentes pesquisadores e abarcar temáticas amplas. Os artigos, por sua vez, trazem em seu cerne inúmeros pontos passíveis de análise. A escolha desses pontos está relacionada aos objetivos que se pretende atingir.

Particularmente, a *Revista Brasileira de História da Educação* e a *Revista Brasileira de Educação*, além não terem sofrido interrupções, o que prejudicaria a análise de um período, disponibilizam o conteúdo na Internet, o que facilita a coleta e a padronização dos dados. Essas características, aliadas àquelas que estão relacionadas à qualidade dos artigos publicados, como, por exemplo, um corpo editorial estruturado e o sistema de avaliação por

pares, contribuiu para tomá-las como fontes importantes de informação na área educacional. Sendo assim, os indicadores construídos com a análise dos artigos evidenciaram as características atuais da pesquisa educacional.

Na área da Educação, notam-se particularidades em relação ao comportamento de pesquisa. No caso desta área do conhecimento, há um acompanhamento das exigências do campo científico, ao aumentar a produção científica. Porém, a área possui especificidades próprias, tais como: prevalência de autoria individual, divulgação científica predominante em livros e capítulos de livros, citação mais freqüente de periódicos nacionais em relação aos internacionais, etc.

É válido destacar que, em vários momentos no texto, é demonstrado o interesse em caracterizar o campo da pesquisa em História da Educação e em Educação. Ressalta-se, porém, que a História da Educação é um subcampo da área de Educação. Sendo assim, nossa visão não é a de campos distintos e estanques, mas que possui estreita vinculação. Sobre os aspectos que diferenciam o campo da pesquisa em Educação e em História da Educação, verificou-se que esta última parece coincidir, em alguns momentos, com a primeira; porém, nota-se que a pesquisa em História da Educação possui também características similares à pesquisa em História, o que denota a proximidade da produção científica dessas áreas.

Quanto à metodologia empregada nesta pesquisa, conclui-se que realmente é favorável de ser aplicada no campo educacional. Na verdade, esta metodologia pode ser aplicada em qualquer campo, já que utiliza instrumentos de análise caracterizadores e indicadores, e requer, com efeito, um profundo conhecimento teórico da área estudada. A experiência com a utilização do *Vantage-Point* como ferramenta automatizada para a análise bibliométrica e cientométrica, consolidada em publicações anteriores (SILVA; HAYASHI, BITTAR, 2007; HAYASHI; HAYASHI; SILVA; LIMA, 2007; HAYASHI; HAYASHI; FERREIRA JUNIOR; SILVA, 2006; SILVA, 2006), contribui para melhor delineamento da pesquisa, à medida que trabalhamos com uma quantidade expressiva de 241 artigos, 295 autores e 6.080 citações sem necessidade de desprezar nenhum registro. A construção de protocolos de coleta de dados como forma de organização dos registros, aliado à utilização de ferramentas automatizadas para a análise bibliométrica e cientométrica, demonstrou ser realmente eficaz em pesquisas que abarcam grandes quantidades de dados. A pesquisa em História da Educação, em particular, que trabalha com fontes históricas, pode utilizar esses recursos como forma de facilitar a investigação científica.

Acrescentamos que a pesquisa educacional brasileira, como já apontado no referencial teórico deste trabalho, ainda é caracterizada pela falta de instrumentos metodológicos que garantam sua “isenção diagnóstica” e sua “*transferibilidade à prática educacional*”. (LIMA, 2001). A meu ver, ainda veremos muitas discussões a esse respeito. Porém, a interdisciplinaridade do campo educacional, confirmada nos achados da pesquisa e reforçada pela contribuição da área de Biblioteconomia desta tese, é um elemento importante para a incorporação e troca de experiências com outros campos. A busca por novos instrumentos e técnicas de pesquisa poderá contribuir para dar conta da complexidade dos temas pesquisados na Educação de forma a comportar suas diferentes epistemologias. Independentemente das metodologias empregadas na pesquisa educacional, sugere-se que se deva atentar-se para a formação pedagógica do investigador para que o conhecimento produzido no campo traga benefícios à comunidade científica, à sociedade e à Educação.

Outra consideração relevante refere-se às novas tecnologias da informação que modificaram completamente o processo de investigação científica. O caminho entre o produtor (autor) e o interlocutor se estreitaram de tal forma que a informação pode ser divulgada antes mesmo de passar pelo crivo da avaliação. Nesse sentido, mais uma vez reforço a idéia de que o momento é propício para discussões e reflexões que corroborem o delineamento da pesquisa educacional.

Por fim, espera-se que esta tese contribua para o debate sobre a produção científica da área de Educação que está em franca expansão, incorporando contribuições de outras ciências e consolidando-se, definitivamente, como uma das mais importantes áreas do conhecimento em termos de produção científica, destacando-se no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALMEIDA, M. H. de A. Oito anos de transinformação. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, set./dez. 1997.
- ALVARENGA, L. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974)**. 1996. 244f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.
- ALVARENGA, L. Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 198, p. 244-272, maio/ago. 2000.
- ALVARENGA, L. Política editorial e estado: um estudo bibliométrico de artigos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944-1974. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.13, n.1, 2003. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 05 jan. 2004.
- ALVES-MAZZOTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v.113, p.39-50, jul. 2001.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 113, p.51-64, jul. 2001.
- ANDRÉ, M. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Dialogo Educativo**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 11-24, set./dez. 2006.
- ANDREOTTI, A. L. **Acervo de fontes de pesquisa para a história da educação brasileira: características e conteúdo**. s.d. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html>. Acesso em: 10 out. 2008.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- ARROYO-ALONSO, A. Estudio cientométrico de la colaboración científica en la universidad Politécnica de Valencia. **Information Research**, Sheffield, v. 11, n. 1, 2005.
- ASSUNÇÃO, P. **Educação, história e cultura no Brasil colonial**. São Carlos: UFSCar, 2006. (Conferência).

BALANCIERI, R. **Análise de redes de pesquisa em uma plataforma de gestão em ciência e tecnologia: uma aplicação à plataforma lattes**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

BALANCIERI, R.; BOVO, A. B.; KERN, V. M. ; PACHECO, R. C. dos S. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, 2005.

BARREIRA, L. C. **História e historiografia: as escritas recentes da história da educação brasileira (1971-1988)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 1995.

BAVELAS, J. B. The social psychology of citations. **Canadian Psychological Review**, Calgary, v.19, n.2, p. 158-163, 1978.

BEAVER, D. B.; ROSEN, R. Studies in Scientific Collaboration: the professional origins of scientific co-authorship. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 1, p. 64-84, 1978.

BELL, J.S. Narrative inquiry: more than just telling stories. **TESOL Quarterly**, v. 36, n. 2. p.207-212, 2002.

BITTAR, M. **O estado da arte em história da educação brasileira após 1985: um campo em disputa**. Campinas: HISTEDBR-DEFHE/FE/UNICAMP, 2006. Disponível Em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_078.html Acesso em: 20 fev. 2008.

BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. São Paulo: Brasport, 2004.

BOMFÁ, C. R. Z. **Revistas científicas de engenharia de produção: critérios e procedimentos para concepção em mídia digital**. Florianópolis: UFSC, 2003. 148 p.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. cap.4, p.122-155.

BOURDIEU, P. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Orgs). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência por uma sociedade do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRAGANÇA, I. F. de S. Algumas imagens sobre docência e formação na década de 60: revisitando a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 7-14, jan./dez. 2001.

BUFFA, E. Os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 301-313, maio/ago. 1984.

BUFREM, L. S.; ALENCAR, M. de C. F. Análise de citação das pesquisas em informação do Brasil e Espanha entre 1993-1998. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO 19, 2000. **Proceedings** ... Porto Alegre: Centro de eventos da PUCRS, 2000.

BUFREM, L.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.2, p.9-25, maio-ago. 2005.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALLON, M. et al. **La scientométrie**. Paris: PUF, 1993.

CAMPOS, M. M.; FÁVERO, O. A pesquisa em educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, p. 5-17, fev. 1994.

CAPES. **Documento de Área / Educação**: relatório anual: avaliação continuada 2006 ano base 2005. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/export/sites/capes/download/avaliacao/DocArea04_06_Educacao_anobase2005.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2008.

CAPES. **Qualis**: critério de classificação de periódicos, anais, revistas e jornais. 2007. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: jan. 2007.

CAPES. **Cursos recomendados e reconhecidos**. 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/recomendados.html> . Acesso em: 30 ago. 2008.

CARVALHO, M. M. de. Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil . **Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 119-141, 1975.

CARVALHO, J. C. B. de. **Origens da Anped**: de instituída a instituinte. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 17, p. 134-138, 2001.

CARVALHO, Y. M.; MANOEL, E. de J. Para além dos indicadores de avaliação da produção intelectual na grande área da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 193-225, set./dez. 2006.

CARVALHO, M. M. C. de C.; SAVIANI, D.; VIDAL, D. **Sociedade Brasileira de Educação**: constituição, organização e realizações. 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2008.

CASTRO, A. D. de. A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 291-300, maio/ago.1984.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo:Escrituras, 2002.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000)”. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 113-128, jan./abr. 2002.

CAVALCANTI, I. G. M.; GÓMEZ, M. N. G. de; ARAÚJO, I. M.; RIBEIRO, R.B.; ROSÁRIO, J.J. Análise comparativa da produção científica entre áreas sociais e tecnológicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, 2000. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000.

CELIS, A. R. **A dinâmica da comunidade científica na produção do conhecimento um estudo da imunologia no Brasil e na Colômbia**. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, UNICAMP, Campinas, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Mackron Books, 1996.

COURCIAL, J. P. **Introduction à la scientométrie**: de la bibliométrie à la veille technologique. Paris : Editora Anthropos - Economica, 1990.

COUTINHO, A. Cooperação entre Brasil e Portugal na pesquisa científica. 2004. SCHMIDT, B. **Pós-graduação é alternativa para aumentar contato entre pesquisadores de língua portuguesa**. 2004. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_dentrodocampus_bebbf.html>. Acesso em: 20 jun. 2008.

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design**: choosing among five traditions. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.

CUNHA, L. A. **Os (dês) caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação** . In: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Org.). Seminários sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em Educação. Brasília: MEC/CAPEL, 1979. p. 3-15.

CUNHA, M. V. da. **A educação no período Kubitschek**: os Centros de Pesquisa no Inep. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio/ago. 1991.

DALAROSA, A. A. Anotações à questão: para que estudar história da educação? In: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 43-53.

DANTAS, A. M. L. A gestão Lourenço Filho no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e a organização da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: o impresso como dispositivo de assessoria técnica. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 153-172, set.2002/fev.2003.

DIRETÓRIO dos Grupos de Pesquisa do Brasil. s.d. Disponível em:<http://dgp.cnpq.br>. Acesso em: 10 fev. 2008.

DONATO, H. M.; OLIVEIRA, C. P. Patologia mamária: avaliação da atividade científica nacional através de indicadores bibliométricos (1995 junho 2005). **Acta Médica Portuguesa**, v. 19, p. 225-234, 2006.

DOSSIÊ. História da Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 125-128, dez. 2001.

EDGE, D. Quantitative measures of communication in science: a critical review. **History of Science**, Bucks, v. 17, n. 36, p. 102-134, 1979.

EPSTEIN, I. Periódicos científicos. In: _____ **Divulgação científica**. Campinas: Pontes, 2002. p. 215.

FARIA FILHO, L. M. (Org). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERRAZ, M. C. C.; HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M. Desafios da Ciência da Informação como ciência interdisciplinar em construção. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PROF. PAULO TARCÍSIO MAYRINK, 4., 2004. **Anais...** Marília (SP): FFC / UNESP / Marília, 2004. p. 53-54.

FERREIRA, L. W. **Fernando de Azevedo e os momentos constitutivos da história da educação brasileira**. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

FORESTI, N. A. B. Contribuição das revistas brasileiras de Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto fonte de referência para pesquisa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 1990.

FRANCO, M. L. P. B. Porque o conflito entre tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 75-89, ago. 1988.

FREITAS, M. H. de A. Oito anos de transição. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, set./dez. 1997.

GAMBOA, S. Pesquisando a pesquisa. **Jornal da Unicamp**, campinas, v. 17, 28 out./3 nov. 2002. (entrevista concedida a Luiz Sugimoto). Disponível em : http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2002/unihoje_ju196pag02.html . Acesso em: 03 jan. 2008.

GAMBOA, S.; SANTOS FILHO, C. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GANDINI, R. P. C. **RBEP (1994-1952): intelectuais, educação e Estado**. 1990. 411 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

GARFIELD, E. Is citation analysis a legitimate evaluation tool? **Scientometrics**, Amsterdam, v. 1, n. 4, p. 359-375, 1979.

GARFIELD, E. New international professional society signals the maturing of Scientometrics and Informetrics. **The Scientist**, Philadelphia, v. 9, n. 16, p. 11, aug. 1995.

GATTI, B. A. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978- 1981. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 3-17, fev. 1983.

GATTI, B. A. Implicações e perspectiva da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GATTI, B. A. A pesquisa em Educação: pontuando algumas questões metodológicas. **Nas Redes da Educação, Revista Eletrônica**, out. 2003. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gatti.html>> . Acesso em: 13 mar. 2008.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.11-30, jan.-abr. 2004,

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil**. Ibitinga: MG Informática, 1991.´

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Metodologia e técnica da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, N. de L. A ameaça do analfabetismo: uma análise do discurso oficial na década de 1940. **Quaestio: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, v. 5, n. 2, p. 117- 127, nov. 2003.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, p.1-20, 1970.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, jul. 1971.

GOUVEIA, A. J. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 60, n. 135, p. 495-500, out./dez. 1974.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 19, p. 75-79, dez. 1976.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldade, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, v. 5, n. 31, p. 1-17, jul./set. 1986

GREENE, L. J. **Efeito do Scielo open access nos periódicos científicos brasileiros**. 2005. Disponível em:<http://www.iea.usp.br/online/midiade/greeneacessolivre.ppt>. Acesso em: 20 mar. 2008.

GRIFFITH, B. C. Uderstanding science: studies of communication and information. **Communication Research**, Philadelphia, v. 16, n. 5, p. 600-614, 1989.

HAYASHI, M. C. P. I. **Construção de indicadores de C&T para a gestão da Informação científica e tecnológica na UFSCar**. Relatório Parcial de Pesquisa. São Carlos: UFSCar, 2000.

HAYASHI, C. R. M. **O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa**. 249f. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Reflexões preliminares sobre a produção de conhecimento em educação jesuítica no Brasil Colonial. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 4., 2005. **Anais...** Marília-SP, 2005.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; FERREIRA JUNIOR, A.; SILVA, M. R. Avaliação de aspectos formais em quatro periódicos científicos na área de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 3, p. 369-392, set./dez. 2006.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, Campinas, v.19, n.1, p.1-26, 2007.

HAYASHI, M. C. P. I.; FERREIRA JÚNIOR, A. ; BITTAR, M. ; HAYASHI, C. R. M. ; SILVA, M. R. da . História da Educação: a produção científica na biblioteca eletrônica Scielo. **Educação e Sociedade**, v. 29, p. 181-211, 2008.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFScar, 2008.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, Amsterdam, v. 26, p. 1-18, 1997.

KIM, K. W. Measuring international research collaboration of peripheral countries: taking the context into consideration. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 66, n. 2, p. 231-40, 2006.

KUHN, T. S. A. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p.91-102, maio/ago. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LATOUR, B. **Le métier de chercheur**: regard d'un anthropologue. Paris: INRA, 1994.

LEAL, I. C. **Análise de citações da produção científica de uma comunidade**: a construção de uma ferramenta e sua aplicação em um acervo de teses e dissertações do PPGCI-UFMG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

LEE, S.; BOZEMAN, B.. The impacto f research collaboration on scientific productivity. **Social Studies of Science**, Londres, v.35, n.5: p.667-702, oct. 2005.

LIMA, R. C. M. Estudo bibliométrico: análise de citação no periódico “Scientometrics”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 57-66, 1984.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. 317f. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LOMBARDI, J. C. História da Educação Brasileira e Marxismo. **Trajeto**, Campinas, v.1, n. 1, p. 1-19, dez. 1994.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 4., 1999, Campinas. **Anais ...** Campinas: Autores Associados, 1999.

LOMBARDI, J. C. (Org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

LOMBARDI, J. C. **História e historiografia da Educação**. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, E. M. T. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, M. M.; PISCITELLI, A. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde " as margens" . **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 115-121, set./dez. 2004

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LUNA, S. O falso conflito entre tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 70-4, ago. 1988.

LYOTARD, I. F. **O pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: J. Olympio, 1973. 121p.

MACEDO, T. M. B. Redes informacionais nas organizações: a co-gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 1, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n1/28n1a13.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2007.

MACHADO, R. das N. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2007.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da infometria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.134-140, 1998.

MAIA, M. de F. S. **A produção e o uso de informação em saúde: estudo bibliométrico da área de epidemiologia**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999

MELO, H. P. de; OLIVEIRA, A. B. de. A produção científica brasileira feminina. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 301-331, jul./dez. 2006.

MELLO, G. N. de. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 67-72, ago. 1983.

MELLO, G. N. de. Pesquisa educacional, políticas governamentais e o ensino do 1º grau. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, V. 53, p. 25-31, maio 1985.

MELLO, P. M. A. C. A citação bibliográfica no contexto da comunicação: um estudo exploratório da área de Botânica. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.1-13, 1996.

MERLIN, G; PERSSON, O. Studying research collaboration using co-authorship. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 36, n. 3, 1996.

MERTON, R. K. **The sociology of science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: University Press, 1973.

MESQUITA, R. M. A.; STUMPF, I. R. C. Estudo de citações de documentos eletrônicos online em revistas da área de comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...2004**. p.1-15. Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18450/1/R1889-1.pdf>

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIRANDA, D. B. de; PEREIRA, M. de N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p. 375-382, set./dez. 1996. Disponível em: <http://www.ilbict.br/cionline>. Acesso em: 12 abr. 2007.

MORAES, M. C. M. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 14, n. 1, p.7-25, 2001.

MORAIS, J. F. R. de. **Ciência e tecnologia: introdução metodológica e crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1978

MORIN, E. Articular os saberes. In: ALVES, N.; GARCIA, R.L. (Orgs.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP& A, 2000.

MOSTAFA, S. P.; MAXIMO, L. F. A produção científica da Anped e da Intercom no GT da Educação e Comunicação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.96-101, jan.-abr. 2003.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que mede os periódicos nacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, n.1, v.1, dez. 1999.

MUELLER, S. P. M.; OLIVEIRA, H. V. de. Autonomia e dependência na produção científica: uma base conceitual para estudar relação na comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, jan./jun. 2003.

NASCIMENTO, M. A. R. do. **Os instrumentos de avaliação da produção científica no campo das ciências humanas e sociais: um estudo de caso da antropologia no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NEWMAN, M. E. J. Coauthorship networks and patterns of scientific collaboration. **PNAS**, Washington, v. 101, n. suppl. p. 5200-5, 2004.

NORONHA, D. P. Análise das citações e dissertações de mestrado e tese de doutorado em saúde pública (1990-1994): estado exploratório. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 66-75, 1998.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos Anped**, n. 5, p. 7-65, 1992.

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S.; SCHMIDT, L. Profissional da informação no limiar do século XXI: enfoque nos periódicos brasileiros de biblioteconomia e ciência da informação (1995-2002). **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 17, 2004.

OKUBO, Yoshiko. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OCDE, 1997. (STI Working Papers).

OLIVEIRA, M. B. de. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade. In: LOUREIRO, I.; DEL-MASSO, M.C.S. **Tempos de greve na universidade pública**. Marília: UNESP, 2002. p. 17-41.

PELLEGRINI FILHO, A.; GOLDBAUM, M.; SILVI, J. Producción de artículos científicos sobre salud em seis países da América Latina, 1973 a 1992. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v.1, n.1, p.23-34, 1997.

PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para a discussão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.226-229, maio/ago. 1998.

POBLACIÓN, D.A. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, p.243-6, 1992.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P.; CURRÁS, E. Literatura cinzenta versus literatura branca: transição dos autores das comunicações dos eventos para produtores de artigos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995, p. 3-13.

PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRICE, D. de S. **A ciência desde a Babilônia**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

QUEIROZ, F. M.; NORONHA, D. P. Temática das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-Graduação em ciência da comunicação da USP. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 132-42, maio/ago. 2004.

RIBEIRO, M. L. **INEP**. Belo Horizonte, 1995.

RIBEIRO, M. P. F. A importância da indexação para a difusão do conhecimento comunicado nas revistas técnico-científicas. **Rev. Min. Enferm**, Belo Horizonte, v.10, n.1, 2006. (Editorial).

RODRIGUES, M. da P. L. Citações nas dissertações de mestrado em Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.11, n. 1, p.35-61, 1982.

ROSAS, P. A psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336, maio/ago. 1984.

ROSTAING, H. **La bibliométrie et ses techniques**. Toulouse : Editora Sciences de la Société, 1966.

ROTHEN, J. C. **Funcionário intelectual do Estado**: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. 2004. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

SANFELICE, J. L. A pesquisa histórico-educacional: impasses e desafios. In: LOMBARDI, J. C.. **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 33-42.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, R. N. M. dos. Indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: refletindo a sua prática como dispositivo de inclusão / exclusão. **Transinformação**, Campinas, v.15, p.129-140, set./dez. 2003.

SAVIANI, D. A Filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 273-290, maio/ago. 1984.

SAVIANI, D. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. ; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998. p.7-15.

SAVIANI, D. et al. (Orgs.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998. 141p

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHELP, D. Os melhores brasileiros. **Veja**, São Paulo, v.30, n.44, p.130-138, nov. 2004.

SCHWARTZMAN, S. A busca da qualidade em educação. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de (Eds.). **Educação e modernidade**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional/ Nobel, 1993. p. 217-219.

SCHWARTZMAN, S. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v.15, n. 3, p. 25-32, 1984. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pol_pub.htm>. Acesso em: 27 mar. 2008.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. dos R. A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP): período 1968- 1995. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 95-112, set./dez. 1998.

SILVA, T. T. **O que se produz e o que reproduz em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, E. L. Rede científica e a construção do conhecimento. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n.1, p. 120-48, 2002.

SILVA, M. R. da. **Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar: 1998-2003**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SILVA, A. da; ABRAMOWICZ, A.; BITTAR, M. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **Educação e pesquisa: diferentes percursos, diferentes contextos**. São Carlos: RiMa, 2004. p.vii-ix.

SILVA, M. R. da; BITTAR, M.; HAYASHI, M. C. P. I. Contribuições para o “estado da arte” das pesquisas em educação no período colonial. **Série Estudos**, Campo Grande, v. 23, 2007.

SILVA, E. L. do; MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2001.

SILVEIRA, M. A. A. da.; MOURA, A. M. S. de. **O artigo científico como fonte de informação utilizada nos Anais do SNBU**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewabstract.php?id=300>> Acesso em dez. 2006.

SCHMIDT, B. **Pós-graduação é alternativa para aumentar contato entre pesquisadores de língua portuguesa**. 2004. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_dentrodocampus_bebbf.html>. Acesso em: 20 jun. 2008.

SOUZA JUNIOR, M.; GALVÃO, A. M. de O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./out. 2005.

SPINAK, E. Los análisis cuantitativos de la literatura científica e su validez para juzgar la producción latinoamericana. **Boletim de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, v. 120, n. 2, p. 139-146, feb. 1996.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.141-148, maio/ago. 1998.

STRAUBERT, H. J.; CARPENTER, D. R. **Qualitative research in nursing: advancing the humanistic imperative**. Philadelphia: J.B. Lipincott, 1995.

TARGINO, M. G. **Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

TOPOLOSKY, J. **Metodologia de la historia**. Catedra: Madrid, 1985.

TRZESNIAK, P. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webliometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e o avanço do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n.2, p.152-162, maio/ago.2002.

VANZ, S. A. A. **A produção discente em comunicação: análise das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul**. 2004. 144p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VANZ, S. A. de S. **Estudos bibliométricos no campo da comunicação: instrumentos de administração de biblioteca e centros de informação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.intercon.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2007.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul. / dez. 2003.

VELHO, L. A contemporaneidade da pesquisa agrícola brasileira como reflexo da distribuição da idade das citações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 3-9, 1986.

VELHO, L. Indicadores científicos: aspectos teóricos e metodológicos. In: MARTÍNEZ, Eduardo (Ed.). **Ciencia, tecnología y desarrollo: interrelaciones teóricas y metodológicas**. Caracas: Nueva Sociedad, 1994.

VELHO, L. **Notas sobre a pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades: por que e em que diferem das ciências naturais?** Brasília: UNESCO, 1997.

VENTORIM, S. **A formação do professor pesquisador na produção científica dos encontros de didática e prática de ensino: 1994-2000**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

VIDAL, D. G.; CAMARGO, M. J. G. de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

VIDAL, D.G.; FARIA FILHO, L.M. de. História da educação no Brasil: a constituição história do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-40, 2003.

VIEIRA, C. E. Anísio Teixeira e a pesquisa em educação no Brasil: ensaio sobre o processo de formação do campo. **Série-Estudos**, Campo Grande-MS, n.15, p.167-178, jan./jun. 2003.

WARDE, M.J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em Aberto**, Brasília, v. 3, n. 23. p.1-6, set./out. 1984.

WARDE, M.J. Contribuições da história para a educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 47, p.3-11, jul./set. 1990a.

WARDE, M.J. O papel da pesquisa na Pós-Graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 67-75, maio 1990b.

WEB of science. 2008. Disponível em: < <http://isiwebofknowledge.com/>>. Acesso em: 10 maio 2008.

WINTER, G. A comparative discussion of the notion of “validity” in qualitative and quantitative research. **The Qualitative Report**, v. 4, n. 3/4, mar. 2000.

WORMELL, I. Infometria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.210-216, maio/ago.1998.

XAVIER, J. B. **A relação entre tecnologias da comunicação e educação na perspectiva da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944/1994**. São Paulo, 2002.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)**. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

YANNOULAS, S. C.; VALLEJOS, A. L.; LENARDUZZI, Z. V. A. Feminismo e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

ZEQUERA, L. H. T. **Historia da educação em debate** : as tendencias teorico-metodologicas nos Congressos Ibero-Americanos (1992-1998). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZIMAN, J. M. **A força do conhecimento: a dimensão científica da sociedade**. São Paulo: EDUSP, 1981.